

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

Nicole Cristina Oliveira Silva

**A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO MARXISMO PARA A
APREENSÃO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL: reflexões para o
Serviço Social**

Juiz de Fora
2025

Nicole Cristina Oliveira Silva

**A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO MARXISMO PARA A
APREENSÃO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL: reflexões para o
Serviço Social**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social.
Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Dr.^a Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Nicole Cristina Oliveira.

A contribuição teórico-metodológica do Marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil : Reflexões para o Serviço Social / Nicole Cristina Oliveira Silva. -- 2025.
145 f.

Orientadora: Luciana Golçalves Pereira de Paula
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2025.

1. Marxismo. 2. Questão étnico-racial. 3. Teoria. 4. Método. 5. Serviço Social. I. Paula, Luciana Golçalves Pereira de, orient. II. Título.

Nicole Cristina Oliveira Silva

A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO MARXISMO PARA A APREENSÃO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL:

reflexões para o Serviço Social

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 31 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF

Profa. Dra. Ana Maria Ferreira
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF

Profa. Dra. Joseane Barbosa de Lima
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF

Profa. Dra. Paula Martins Sirelli
Universidade Federal Fluminense/UFF – Campus Rio das Ostras

Prof. Dr. Rodrigo José Teixeira
Universidade Federal Fluminense/UFF – Campus Rio das Ostras

Juiz de Fora, 03/07/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Gonçalves Pereira de Paula, Chefe de Departamento**, em 01/08/2025, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Ferreira, Professor(a)**, em 04/08/2025, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joseane Barbosa de Lima, Professor(a)**, em 04/08/2025, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo José Teixeira, Usuário Externo**, em 11/08/2025, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Martins Sirelli, Usuário Externo**, em 11/08/2025, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2481465** e o código CRC **5E47AC02**.

Aos meus pais, Terezinha e André: pelo amor irrestrito, pelo trabalho fincado em solo brasileiro, pela pele em que existimos e resistimos, pela (boa) vida que me inventaram para que eu possa, também, inventar a minha. Pelos sonhos nossos, dos nossos; pelos sonhos de antes, de agora; pelos sonhos de amanhã: tantos virão. Pelos sonhos.

AGRADECIMENTOS

“coração de estudante”

À pequena Nicole, que tomou gosto por aprender ainda muito menina. Desde então, não quis fazer outra coisa. A criança da foto guardada na gaveta da mesa em que esta tese foi escrita, brinca de dar aula: maria chiquinha no cabelo, chinelos de dedo cor de rosa (como não?), giz, quadro, câmera analógica.

O registro da menina guarda os porquês das escolhas da mulher. Já muito adulta e um tanto mais séria, o tempo de brincar fica miúdo. Mas não mata o encanto, a curiosidade e o espanto diante do mundo que ali, com tão pouca idade, já anunciava o que viria a ser.

Ao coração de estudante da pequena Nic, obrigada: por não ter desencantado, por ser um tanto curiosa, por continuar se espantando.

“há que se cuidar da vida”

Honro a vida que me foi concedida. Nutro um apreço por tudo que pulsa vida em mim: respirar, sentir, tocar, pensar, arriscar, chorar, rir, ser. Acredito que há mistério para além dessa corporeidade em que habito e, se não sei entendê-lo, agradecer, sei. Então, agradeço.

A Deus, que se mostra para mim de tantas formas. A Jesus, Santa Rita de Cássia e Nossa Senhora, sobretudo à Mãe Aparecida, agradeço pelo amparo e amor que me sustentam, dão confiança e reúnem as partes quando estas estatelam. Agradeço, pois pelo que acredito, posso olhar a vida com beleza e cor e cheiro e vontade.

Aos Orixás e guias que me acompanham e ensinam, agradeço pelos caminhos abertos, pela força do chão de terra em que finco meus pés para seguir com cabeça firme, forte, convicta de meus passos neste plano. À mãe Oxum, pelo brilho que ilumina a caminhada, pelas águas doces que aliviam a alma. Obrigada a toda a espiritualidade que, dia a após dia, me ensina que viver uma boa vida é honrar a

ancestralidade.

À minha mãe, Terezinha: primeira casa nesse mundo, morada de amor e zelo. Demonstração de cuidado pelos atos, pelo olhar e pelo trabalho. Primeira professora: foi vendo teu ofício docente - em zona rural, com quadro, giz, estêncil e mimeógrafo - que soube que queria estar em sala de aula, fosse como estudante, fosse como professora. Admiração profunda por quem você é, mãe!

Ao meu pai, André: conselheiro e guia. Amor que se expressa no comum do cotidiano. Me lembro, pequenina, quando me levava à UFJF em alguns dias após seu trabalho na mesma universidade. Foi ali que comecei a adorá-la e isso não mudou. Veja bem onde estamos, não é? Muito obrigada, pai, por tudo!

Aos meus pais, sou profundamente grata pelo que meu parco texto jamais conseguirá expressar. Das tantas coisas boas que me proporcionaram, estudar foi a que mais me fez feliz. Sigo feliz fazendo o que, com trabalho, carinho e alegria, me ensinaram a valorizar.

Agradeço à minha - grande, muito grande - família: à minha bisá Anna (quantas saudades), aos meus avós (todos vivos e bem, que sorte!), às madrinhas e padrinhos, aos tios e tias, aos primos e primas. Em nome de meus avós Margarida, Joaquim, Geralda e Emílio, de minha madrinha Marlene e do pequeno Gabriel - presente em forma de pessoinha a quem me foi confiada a honra de amadrinhar -, agradeço a toda minha família.

Os amo com cada parte minha, mesmo em nossas contradições. Gosto de ver que quem sou tem quase tudo de vocês. Obrigada por serem meu ninho, meu porto, meu colo, minha festa. Obrigada por cuidarem da minha vida.

“há que se cuidar do mundo”

Agradeço aos espaços que me formaram como sujeito posicionado no mundo e às oportunidades que tenho tido no curso da travessia.

À Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, cujo vínculo teve início ainda criança, como estudante no Colégio de Aplicação João XXIII, passou pela graduação e pelo mestrado em Serviço Social, por uma primeira e transformadora experiência

profissional como docente e, agora, culmina com a conclusão do doutorado. Local que carinhosamente chamo de “segunda casa”, pois nesta universidade sempre me senti acolhida, respeitada, ouvida e legitimada. A cada docente, discente, TAE, funcionário/a e colega desta instituição que tanto amo, meu profundo agradecimento e respeito.

Agradeço ao professor Ronaldo Vielmi, cujas aulas e estudos individuais reforçaram em mim a importância de seguir com pesquisas, no campo dos Fundamentos do Serviço Social, com crítica e rigor teórico-metodológico. Agradeço especialmente às professoras e professores que, com generosidade e compreensão, aceitaram compor tanto minha banca de qualificação, quanto de defesa de tese: além de minha muito amada orientadora, Luciana Paula, agradeço à Yolanda Guerra, Rodrigo Teixeira, Paula Sirelli, Gabrielle Gomes, Ana Maria Ferreira, Joseane Lima, Elizete Menegat e Alexandra Eiras.

Na oportunidade, agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Aos demais locais em que trabalhei em Juiz de Fora, SEDH/PJF e EMCASA, meu reconhecimento pelo aprendizado *stricto sensu* da realidade e pela compreensão e incentivo à minha presença no doutorado. Aqui, reconheço e ressalto as oportunidades a mim confiadas por Raquel Gaio e Fabrício Zanolli, em nome de quem estendo o apreço a cada colega de trabalho que me apoiou.

À amada Regional Leste da ABEPSS, gestão 2023-2024 “*Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!*”, onde pude exercer atuação representativa no Serviço Social, aprendendo e contribuindo para construir esta profissão na direção de seu projeto ético-político. Juliana Melim, André Correa, Cibele Henriques, Ariane Paiva, Clarice Carvalho, Cynthia Rezende, Ester Gomes e Laryssa Oliveira: que honra conhecê-los, que alegria pelo que construímos em nossa gestão, que bonito o que continuamos a trilhar.

Ao campus de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense/UFF, que me acolheu como docente com tanta abertura, carinho e paciência. O que vivi neste

local permanecerá marcado em mim e, sempre que puder, quero estar junto de vocês. Assim, em nome das queridas professoras Susana Maia e Paula Sirelli, que ao me abrirem as portas de suas casas, mostraram, com afeto, o quanto esta cidade e esta universidade estariam abertas para mim, deixo meu mais profundo agradecimento a cada pessoa e lugar que a UFF de Rio das Ostras me permitiu conhecer.

Aqui, ressalto a reverência e honra ao povo negro do Quilombo da Machadinha, em Quissamã/RJ: pela extensão universitária pisei, pela primeira vez, em um território quilombola. E isso foi – continuará sendo - muito, muito importante.

À equipe de pesquisadoras/es do projeto *“Apoio técnico e científico ao Ministério da Igualdade Racial em pesquisas no âmbito da Saúde da População Negra: emergência, processo de institucionalização e atualidades”*, realizado em parceria com a UFF e o Ministério da Igualdade Racial/MIR. Compor este trabalho foi uma honra e um reconhecimento ímpar dos caminhos que venho buscando seguir para contribuir com a luta antirracista em nossa realidade. Por isso, agradeço, em nome das queridas professoras Hayda Alves e Letícia Batista, pela confiança em meu trabalho.

A cada sala de aula, a cada docente e a cada discente, meu agradecimento mais sincero por me permitirem fazer o que mais amo na vida: aprender e ensinar. Soube menina que gostava de aprender e fui descobrindo, no curso da travessia, que gostava ainda mais de ensinar. Desde então, as salas de aula têm sido meu lugar no mundo, campo de construção das relações mais bonitas que me nutrem e fazem querer caminhar. Ensinado e aprendendo, a elas agradeço: às salas de aula, por serem o espaço em que mais gosto de mim.

Por vezes, são tortuosas e vis as veredas da vida, mas tenho sido agraciada pela realidade que, no fluxo imprevisível de seus acontecimentos, tem me permitido conhecer tanta gente, tantos lugares, tantas experiências. Por isso, sou grata pelo que tenho vivido e pelas oportunidades e reconhecimentos que tenho tido, pois estes me constituem como sujeito posicionado no mundo.

Mundo, este, que há que se cuidar.

“tomar conta da amizade”

Às amigadas, família que se escolhe com o coração. Força bruta e viva, sem as quais não seria quem sou, não faria o que faço, não acreditaria no que acredito.

À Larissa Pereira, pelo cuidado detalhista, pela prontidão e urgência em estar presente para o que for, como for.

À Carolina Rodrigues, pela sensibilidade que toca e preenche os dias de lirismo e sensatez.

À Letícia Sell, pelo abraço, colo, escuta, fé, importância e conselhos certos, sem os quais não seguiria com firmeza.

À Lorhana Lopes, pelo que oferta e ensina no que fala e, igualmente, no que silencia.

À Carolina Fernandes, pelo apoio irrestrito com os melhores toques de humor, sempre sagaz e sarcástico, mas nunca sem zelo.

À Clara Barbosa, pela perspicácia e inteligência que sempre sabem o que e como dizer sem perder afeto.

À Carla Carrilho, cuja amizade espraia fronteiras oceânicas.

À Érica Santos, sempre tão sábia.

À Isabella Costa, pela leveza e alegria que concede aos momentos.

À Luciana Paula, que é amiga antes de ser orientadora, mas cujo significado desta palavra representa quem ela é: direção, guia, luz que incandeia o caminho. Inspiração!

À Vitória Bergo, por todas, todas as coisas. Compasso traçado no céu, mapa inverso, nomes que dizem o mesmo, norte, ponte entre lá e cá, mesma raiz, duas seivas. Que chegou antes e sempre chega, sempre me toma e mostra o que eu preciso, ainda que eu mesma não saiba: não sei quase nada sobre mim que não haja você. Minha melhor amiga, minha *best*: síntese de tudo. Somos do mesmo barro. Teu nome só poderia ser este, só poderia ser Vitória.

Através dele, meu agradecimento e reverência a esta coisa bela que é amar e ser amada por nossos amigos. Assim, agradeço a tanta gente, que de tantas formas distintas, mas igualmente importantes, tem lugar do lado esquerdo do peito: Breno

Salvador, Laira Santos, Ana Luiza Bruinjé, Greice Santos, Pedro Lameu, Janaína Parreira, Polyana Carvalho, Mariana Gomes, Juliano Zancanello, Luana Diniz, Paolla Galollete, Jeane Angélica, Marina Azevedo, Yuri Costa, Emília Nunes, Janya Costa, Ellen Rebeca e Lucas Aredes.

Me alegra poder nomeá-los e saber que não caminho só. A existência de vocês é a certeza de que, sim, é preciso tomar conta da amizade.

“alegria e muito sonho, espalhados no caminho”

Nos porões dos navios negreiros, no fundo do mar, nos subsolos das casas grandes: quantos dos meus, cujos nomes não saberei, sonharam com liberdade? Quantos, no suplício, desejaram outro mundo? Quantos lutaram para tornar possível uma vida sem amarras, sem os grilhões da escravidão, da vilania e do terror?

Muita dor foi - ainda é - causada pelo racismo. Mas os sonhos, como canta Bituca, não envelhecem. Tampouco morrem. Então, assim, eu sonho.

Não de forma ilusória ou irreal, mas com os pés fincados no chão da realidade: o mesmo chão em que se pisa nos terreiros com resistência e coragem, pois sei que não sonho só. E sonhar me emociona, pois, um corpo pode ser preso, mas um sonho... Ah, um sonho, escorrega por algemas, passa pelas frestas das menores grades: liquefaz, muda forma, atravessa espaço e tempo. Vive!

Então, assim, eu sonho. Assim, eu acredito. Acredito na subversão da dor não só pela luta, mas também pela festa, pelo conhecimento, pela cultura, pela arte, pelo corpo, pelo bem viver: há alegria e muito sonho, muito sonho espalhado no caminho.

Sonhos para serem construídos com ousadia, com a certeza de que tudo o vinga para cada negra/o é justo, é bom, é merecido: permanecerá. Com fé como sinônimo de esperança. Esperança no mundo que se deseja viver. Assim, sou grata ao que foi e a quem já veio. E esperançosa pelo que virá: vale a pena seguir na utopia.

*“verdes, plantas e sentimentos,
folhas, coração, juventude e fé”*

“O que me dava tanto medo? Questionar e dizer o que pensava podia provocar dor, ou a morte. Mas, todas sofremos de tantas maneiras todo o tempo, sem que por isso a dor diminua ou desapareça. A morte não é mais do que o silêncio final. E pode chegar rapidamente, agora mesmo, mesmo antes de que eu tenha dito o que precisava dizer. Só havia traído a mim mesma nesses pequenos silêncios, pensando que algum dia ia falar, ou esperando que outras falassem. E comecei a reconhecer uma fonte de poder dentro de mim ao dar-me conta de que não devia ter medo, que a força estava em aprender a ver o medo a partir de outra perspectiva. Eu ia morrer cedo, tivesse falado ou não. Meus silêncios não tinham me protegido. Tampouco protegerá a vocês”.

Audre Lorde, em *“A Transformação do silêncio em linguagem e ação”*

“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência, é roubar o pouco de bom que eu vivi. Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes. É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir”.

Trecho da música *“AmarElo (Sample: Sujeito de Sorte - Belchior) (part. Pablo Vittar e Majur)”*, por Emicida

SILVA, N. C. O. *A contribuição teórico-metodológica do Marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil: reflexões para o Serviço Social*. 2025. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.

RESUMO

A tese tem como objeto a relação entre marxismo e questão étnico-racial e como objetivo demonstrar, a partir de uma análise bibliográfica e reflexiva, a contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil. Parte da hipótese de que, no que toca à questão étnico-racial, o recurso ao marxismo sem a intrínseca articulação entre apropriação teórica e mobilização metodológica pode incorrer em abordagens ecléticas que limitam a apreensão do objeto sob perspectiva de totalidade. O argumento central, ou seja, a tese defendida é a de que a perspectiva teórico-metodológica marxista, compreendida enquanto unidade articulada entre teoria e método, oferece contribuições indispensáveis para a análise e apreensão crítica da questão étnico-racial no Brasil, permitindo sua compreensão como constitutiva e indissociável do capitalismo. Para tal, exige a mobilização das categorias constitutivas do método de Marx: totalidade, contradição e mediação. Para concretização do objetivo, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica com base em referenciais teóricos do campo marxista. A organização da tese contempla: sua introdução, na qual são discorridas o objeto, os objetivos e as justificativas; a hipótese e a tese de pesquisa; a exposição do método e da metodologia de investigação; a discussão sobre a perspectiva teórico-metodológica marxista, com ênfase na abordagem das categorias constitutivas de seu método; o debate sobre as relações entre marxismo e questão étnico-racial, no qual se pretende evidenciar a argumentação central (tese); e, por fim, a síntese final. Nela, são retomadas as principais reflexões desenvolvidas no curso da pesquisa, apontando as contribuições da perspectiva marxista para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil e levantando algumas ponderações para o Serviço Social. A tese presente não encerra o debate que coloca, pois seu próprio objeto de análise está em movimento

constante na realidade. Nessa direção, tal pesquisa aponta contribuições, reconhece limites e abre possibilidades para novos caminhos investigativos.

Palavras-chave: Marxismo. Questão étnico-racial. Teoria. Método. Serviço Social.

SILVA, N. C. O. *The theoretical and methodological contribution of Marxism to the understanding of the ethnic-racial question in Brazil: reflections for Social Work*. 2025. Thesis (PhD in Social Work) – Federal University of Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.

ABSTRACT

This dissertation investigates the relationship between Marxism and the ethnic-racial question, aiming to demonstrate, through bibliographic and reflective analysis, the theoretical and methodological contribution of Marxism to the understanding of the ethnic-racial question in Brazil. It is based on the hypothesis that, regarding the ethnic-racial question, the use of Marxism without an intrinsic articulation between theoretical appropriation and methodological mobilization may result in eclectic approaches that limit the apprehension of the object from a perspective of totality. The central argument, that is, the defended thesis, is that the Marxist theoretical-methodological perspective, understood as an articulated unity between theory and method, offers indispensable contributions to the critical analysis and understanding of the ethnic-racial question in Brazil, allowing it to be comprehended as constitutive of and inseparable from capitalism. To do so, it requires the mobilization of Marx's methodological categories: totality, contradiction, and mediation. The methodology employed was bibliographic research, drawing on theoretical references from the Marxist field. The thesis is organized as follows: the introduction, in which the object, objectives, justifications, hypothesis, and thesis are presented; the discussion of the method and investigative methodology; an exploration of the Marxist theoretical-methodological perspective, with emphasis on its constitutive methodological categories; the debate on the relationship between Marxism and the ethnic-racial question, where the central argument is developed; and, finally, the concluding synthesis, which revisits the main reflections developed throughout the research, highlighting the contributions of the Marxist perspective to the understanding of the ethnic-racial question in Brazil and proposing some considerations for Social Work. This dissertation does not aim to conclude the debate; it suggests that, as its object of analysis is in constant movement within reality. In this sense, the research provides valuable insights, acknowledges its

limitations, and opens up paths for new investigations.

Keywords: Marxism. Ethnic-racial question. Theory. Method. Social Work.

SILVA, N. C. O. *La contribución teórico-metodológica del Marxismo para la comprensión de la cuestión étnico-racial en Brasil: reflexiones para el Trabajo Social*. 2025. Tesis (Doctorado en Trabajo Social) – Universidad Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objeto la relación entre el marxismo y la cuestión étnico-racial, y como objetivo demostrar, a partir de un análisis bibliográfico y reflexivo, la contribución teórico-metodológica del marxismo para la comprensión de la cuestión étnico-racial en Brasil. Parte de la hipótesis de que, en lo que respecta a la cuestión étnico-racial, el uso del marxismo sin la articulación intrínseca entre la apropiación teórica y la movilización metodológica puede derivar en enfoques eclécticos que limitan la aprehensión del objeto desde la perspectiva de la totalidad. El argumento central, es decir, la tesis defendida, es que la perspectiva teórico-metodológica marxista, entendida como una unidad articulada entre teoría y método, ofrece contribuciones indispensables para el análisis y comprensión crítica de la cuestión étnico-racial en Brasil, permitiendo su comprensión como constitutiva e inseparable del capitalismo. Para ello, es necesario movilizar las categorías constitutivas del método de Marx: totalidad, contradicción y mediación. La metodología adoptada fue la investigación bibliográfica basada en referencias teóricas del campo marxista. La organización de la tesis contempla: una introducción en la que se abordan el objeto, los objetivos, las justificaciones, la hipótesis y la tesis de investigación; la exposición del método y la metodología de investigación; la discusión sobre la perspectiva teórico-metodológica marxista, con énfasis en las categorías constitutivas de su método; el debate sobre las relaciones entre el marxismo y la cuestión étnico-racial, donde se pretende desarrollar el argumento central (la tesis); y finalmente, la síntesis final. En ella, se retoman las principales reflexiones desarrolladas durante la investigación, señalando las contribuciones de la perspectiva marxista para la comprensión de la cuestión étnico-racial en Brasil y planteando algunas consideraciones para el Trabajo Social. Esta tesis no pretende cerrar el debate que propone, ya que su objeto de análisis está en constante movimiento en la realidad. En esta dirección, esta

investigación aporta contribuciones, reconoce límites y abre posibilidades para nuevos caminos investigativos.

Palabras clave: Marxismo. Cuestión étnico-racial. Teoría. Método. Trabajo Social.

SILVA, N. C. O. *La contribution théorico-méthodologique du Marxisme à la compréhension de la question ethno-raciale au Brésil: réflexions pour le Service Social*. Thèse de doctorat, Université Fédérale de Juiz de Fora, 2025.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objet la relation entre le marxisme et la question ethno-raciale et pour objectif de démontrer, à partir d'une analyse bibliographique et réflexive, la contribution théorico-méthodologique du marxisme à l'appréhension de la question ethno-raciale au Brésil. Elle part de l'hypothèse que, concernant la question ethno-raciale, le recours au marxisme sans une articulation intrinsèque entre l'appropriation théorique et la mobilisation méthodologique peut conduire à des approches éclectiques qui limitent l'appréhension de l'objet dans une perspective de totalité. L'argument central, c'est-à-dire la thèse défendue, est que la perspective théorico-méthodologique marxiste, comprise comme une unité articulée entre théorie et méthode, offre des contributions indispensables à l'analyse et à l'appréhension critique de la question ethno-raciale au Brésil, permettant de la comprendre comme constitutive et indissociable du capitalisme. Pour cela, elle exige la mobilisation des catégories constitutives de la méthode de Marx: totalité, contradiction et médiation. La méthodologie adoptée repose sur une recherche bibliographique fondée sur des références théoriques du champ marxiste. La structure de la thèse comprend: une introduction dans laquelle sont présentés l'objet, les objectifs, les justifications, l'hypothèse et la thèse; l'exposé de la méthode et de la méthodologie d'investigation; une discussion sur la perspective théorico-méthodologique marxiste, avec un accent sur les catégories constitutives de sa méthode; le débat sur les relations entre le marxisme et la question ethno-raciale, dans lequel l'argument central est développé; et enfin, une synthèse finale. Cette dernière reprend les principales réflexions développées au cours de la recherche, en soulignant les apports de la perspective marxiste à l'appréhension de la question ethno-raciale au Brésil, et en soulevant quelques réflexions à destination du Service Social. Cette thèse ne prétend pas clore le débat qu'elle engage, car son objet d'analyse est en constante évolution dans la

réalité. En ce sens, cette recherche apporte des contributions, reconnaît ses limites et ouvre des perspectives pour de nouvelles pistes d'investigation.

Mots-clés: Marxisme. Question ethno-raciale. Théorie. Méthode. Service Social.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01- Dados da 2ª edição da pesquisa “*Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*” do IBGE.....p.98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPE	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EMCASA	Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva
ENESSO	Entidade Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FSS	Faculdade de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
MG	Minas Gerais
MIR	Ministério da Igualdade Racial
PJF	Prefeitura de Juiz de Fora
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
RJ	Rio de Janeiro
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1) Introdução	p. 25
2) Hipótese e tese de pesquisa: pressupostos construtivos	p. 52
3) Caminhos da pesquisa: método e procedimentos metodológicos.....	p. 61
4) A perspectiva teórico-metodológica marxista e as categorias constitutivas de seu método	p. 70
4.1) Teoria e método em Marx: unidade indissociável	p. 75
4.2) Totalidade, contradição e mediação: as categorias do método em Marx	p. 86
5) Relações entre marxismo e questão étnico-racial: contribuições para o debate.....	p. 95
5.1) Aproximações teórico-metodológicas entre marxismo e questão étnico-racial.....	p. 101
5.2) A apreensão da questão étnico-racial no Brasil pelas categorias do método em Marx.....	p. 116
6) Síntese Final.....	p. 128
7) Referências Bibliográficas.....	p. 136
ANEXOS	

1) Introdução

"Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária"

Karl Marx

A trajetória do Serviço Social brasileiro demonstra o compromisso ético e político desta profissão com o enfrentamento das desigualdades, arbítrios e opressões concernentes ao modo de produção capitalista e em favor das lutas sociais que se articulam para enfrentar este mesmo modo de produção. Sobretudo a partir da “virada”¹ em fins da década de 1970 no contexto de crise da autocracia burguesa no Brasil (cf. Netto, 2010), a formação, o exercício profissional e a produção do conhecimento da categoria têm se direcionado para apreender e intervir nas expressões da “questão social”² sob uma perspectiva de crítica ao capitalismo e em articulação com as pautas da classe trabalhadora. Classe, esta, que também somos.

¹ Este processo faz referência ao IIIº Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS, comumente conhecido na profissão como “Congresso da Virada”. Realizado em São Paulo em 1979, no contexto da autocracia burguesa (Netto, 2010), o evento foi um marco para o Serviço Social brasileiro ao reivindicar e direcionar a profissão na contramão da hegemonia conservadora predominante até então, com desdobramentos significativos nas décadas seguintes nos campos técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político da profissão. Mota e Rodrigues (2020), em análise que discorre sobre o legado do Congresso, apontam que: “É possível sustentar que o processo que coroou o Congresso da Virada já continha o embrião de um projeto profissional, que viria ao lume ao longo dos anos 1980, e nos anos subsequentes adquiriria maior nitidez e densidade ético-política, teórica e técnica. Em síntese: o III CBAS deu uma decisiva contribuição para forjar uma nova cultura profissional que continha e contém uma direção social estratégica (PAULO NETTO, 1996) colidente com os interesses do grande capital, expressa na atuação política das entidades representativas da categoria profissional, nos parâmetros jurídico-políticos da formação e atuação dos assistentes sociais (Códigos de Ética, na lei de regulamentação da profissão, nas Diretrizes Curriculares) e na produção teórica mais relevante da área do Serviço Social” (Mota; Rodrigues, 2020, p.202).

² Segundo Iamamoto (2008, p. 160) a “questão social” expressa “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania” (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais”.

Tributário das lutas sociais empreendidas por esta categoria combativa, o Serviço Social brasileiro encontra, na atualidade, legado de importantes embates e acúmulo teórico que possibilitam a esta profissão ser partícipe de forma ativa dos processos democráticos que, cotidianamente, se desdobram em solo nacional e colocam para nós, assistentes sociais, necessidades prementes e continuadas de estudos e pesquisas que possam incidir na vida concreta dos sujeitos - individuais e coletivos - com os quais nos relacionamos no exercício da profissão.

Para tal, o estudo constante não somente é indispensável, como urgente em tempos tão difíceis para a classe trabalhadora, em que se acentuam e se complexificam as formas de exploração pelo capitalismo. Assim, para uma profissão cujo real da vida das pessoas é tão fortemente presente, torna-se imprescindível o embasamento teórico-metodológico em matrizes do pensamento que possibilitam o desvelamento da realidade de maneira minuciosa e sob perspectiva de totalidade.

Dito isso, esta tese ratifica a importância e a predileção pelo marxismo como a matriz do pensamento científico que melhor permite aproximar, conhecer e interpretar a realidade sob a qual o Serviço Social intervém. Pela perspectiva teórico-metodológica marxista³, podemos apreender categorias universais do modo de produção capitalista – como trabalho, mercadoria, valor, dentre outras (Marx, 2017), entender como estas se particularizam na realidade latino-americana e se expressam no Brasil, articuladas aos componentes próprios de nossa formação sócio-histórica, como a colonização e a escravidão (Moura, 2019; Nascimento, 2016).

No mesmo processo, situamos o Serviço Social no bojo das relações sociais capitalistas (cf. Iamamoto; Carvalho, 2014), identificando seu significado social (Yazbek, 2009), os entraves e limites de sua intervenção, mas também - e isso nos interessa mais - as possibilidades reais de, nas condições de cada conjunção histórica, edificar um exercício profissional alinhado a princípios e valores emancipatórios, como liberdade e justiça social (CFESS, 1993).

³ No curso da tese, os termos “marxiana/o” e “marxista” são aludidos com frequência e é necessário fazer a devida distinção: enquanto o primeiro se refere ao pensamento e produção intelectual do próprio Marx, o segundo compreende os estudos, pesquisas e produções daqueles que seguiram suas formulações, tomando-as como referências para fundamentar e construir suas análises.

Nessa direção, a vertente hegemônica do Serviço Social brasileiro tem, coletivamente, se vinculado e respondido a demandas e embates fundamentais de trabalhadores, somando-se e fortalecendo lutas anticapitalistas e contrárias ao racismo, ao machismo, ao capacitismo, às violências de gênero e sexualidade, à destruição da natureza e à crise climática, ao latifúndio, ao estágio atual do neoliberalismo que assola nossa vida em distintos âmbitos e ao conservadorismo que tenta minorar nossa capacidade humana de pensar, de sonhar, de existir.

A produção de conhecimento e o trabalho intelectual de assistentes sociais na esfera da pesquisa, enquanto parte da dimensão investigativa do Serviço Social (Guerra, 2009), faz parte desse compromisso ético e político da profissão com projetos societários de emancipação humana na medida em que

(...) além de possibilitar aos seus protagonistas uma contribuição efetiva às diversas áreas de conhecimento, permite-nos conectarmos (através de múltiplas mediações) às demandas da classe trabalhadora – precondição para a construção de novas legitimidades profissionais (Guerra, 2009. p.2).

Em acordo com a acepção de Guerra (2009), nesta tese, parto da compreensão de que o marxismo, por sua perspectiva teórico-metodológica que “remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes” (Yazbek, 2009, p. 149), oferece insumos para captar o real e suas múltiplas determinações e contradições da maneira mais aproximada possível e sob perspectiva de totalidade. Assim, é indispensável para que nós, assistentes sociais, possamos interpretar a realidade de modo a incidir em nossa intervenção profissional. Trata-se, portanto, de conhecer para intervir (Guerra, 2009).

Considerando que o Serviço Social é uma profissão inscrita em relações sociais concretas (cf. Iamamoto; Carvalho, 2014), conhecer e intervir nas diversas expressões da “questão social” que incidem sobre o cotidiano da classe trabalhadora com direção social, constitui uma exigência central de seu projeto ético-político (Abramides, 2019). No contexto brasileiro, essa tarefa adquire contornos particulares dado que a formação social do país está profundamente marcada por processos históricos de

violência e expropriações, entre os quais o racismo se destaca como elemento constitutivo (cf. Moura, 2019).

É nesse campo de contradições, no qual as determinações universais do modo de produção capitalista, que estão articuladas às particularidades da América Latina e da realidade brasileira, que se insere a presente pesquisa: refletindo teoricamente sobre a questão étnico-racial à luz de uma perspectiva teórico- metodológica crítica do modo de produção em vigor - e, aqui, faço referência ao marxismo - de maneira a contribuir com este debate no Serviço Social.

Neste esteio, a presente tese, ora apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Serviço Social, teve como objeto a **relação entre marxismo e questão étnico-racial**, como objetivo geral **demonstrar, a partir de uma análise bibliográfica e reflexiva, a contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial⁴ no Brasil** e como objetivos específicos:

- Explicitar a perspectiva teórico-metodológica do marxismo, com ênfase nas categorias de totalidade, contradição e mediação.
- Demonstrar como tais categorias contribuem para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil.
- Refletir sobre os limites e as contribuições do marxismo enquanto perspectiva teórico-metodológica para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil.

⁴ A escolha pela expressão “questão étnico-racial” fundamenta-se em sua adoção pela ABEPSS no documento *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social* (ABEPSS, 2018). Elaborado e difundido por meio de um trabalho coletivo da entidade formativa, que possui representação em todas as regiões do país, tal documento tem se consolidado como um aporte relevante e referência significativa para a categoria profissional, imprimindo a direção teórica, ética e técnica hegemônica na formação em Serviço Social ao debate da questão étnico-racial. Assim, considerando tanto a precisão teórico-metodológica do documento, quanto sua imprescindibilidade ético-política e, ainda, o fato de que ele orientou reflexões presentes nesta tese, optei por adotar a terminologia utilizada pela ABEPSS na pesquisa.

Frente à exposição do objeto e objetivos da pesquisa, apresento os elementos que substanciaram a justificativa da tese a partir da escolha de seu objeto de estudo, que teve na realidade concreta sua gênese e motivação, pois foi a partir da articulação de razões de ordem estrutural, profissional e pessoal, que se consolidou a necessidade de melhor apreender a relação entre marxismo e questão étnico-racial.

As linhas a seguir, que dão materialidade à essa justificativa, são reflexos de interesses, indagações e vivências como assistente social, docente e mulher preta. Mas são, principalmente, expressões do compromisso ético e político que tenho com esta profissão e com seus valores centrais, que condizem e coadunam com meus próprios valores de liberdade, justiça social e emancipação.

O ponto de partida desta pesquisa foi a realidade e a realidade a justificou. Seja de ordem estrutural, profissional ou pessoal, o concreto ditou o objeto e os objetivos pretendidos com este estudo. Agora, debruço-me sobre eles.

Passado mais de um século da abolição formal da escravidão no Brasil (1888), o racismo e suas evidências continuam latentes no cotidiano das pessoas negras como grandes “veias abertas”, tomando como referência o título da célebre obra de Galeano⁵. Seria possível elencar tantas de suas expressões visíveis, palpáveis e corriqueiras que, por si só, já seriam suficientes para justificar qualquer pesquisa que verse sobre este componente inerente à nossa história: as notícias diárias de discriminação; as mortes violentas da juventude, sobretudo nas periferias; as abismais distâncias salariais no exercício das mesmas funções de trabalho; as dificuldades impostas para o acesso a direitos sociais básicos; o duro cotidiano de mulheres negras que lutam para criar suas filhas e filhos. Expressões concretas do racismo que não se restringem ao campo da objetividade da vida, mas que produzem em nós, negros, processos de subjetivação tão violentos que afetam nossa saúde física, mental e emocional.

De Mahin a Marielle, de Zumbi a Floyd, no Brasil e fora, sujeitos conhecidos ou esquecidos pela história, há muitos séculos ou hoje: faltariam linhas para citar todos

⁵ GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p.

os nomes, todos os fatos, todas as dores. Estas evidências do racismo, além de outras que poderia listar exaustivamente, por si, já indicam o porquê da importância de se estudar a questão étnico-racial. No entanto, há acordo com a assertiva de Marx (2017) que abre esta Introdução de que a Ciência se faz necessária pois não há coincidência direta entre a aparência e a essência das coisas. Assim, as violências mencionadas não se justificam em si mesmas, mas são tributárias de elementos de fundo que reforçam as razões pelas quais esta tese se faz importante para o Serviço Social.

Desse modo, embora as expressões visíveis e aparentes do racismo já sejam suficientes para justificar a centralidade da pesquisa, é precisamente a necessidade de ultrapassar a superfície dos fatos e alcançar suas determinações que convida à análise crítica. A partir desta perspectiva, destaco as razões que fundamentaram a tese apresentada.

Do **ponto de vista estrutural**, a urgência desse debate se coloca, pois, a questão étnico-racial é indissociável do desenvolvimento do capitalismo brasileiro tanto em sua historicidade quanto na forma como este se configura hoje. As raízes deste processo remontam ao período colonial, que consolidou a base econômica, política e social para a formação do país. A colonização brasileira, articulada aos interesses mercantis das metrópoles europeias, instituiu um regime de exploração fundamentado na coerção, na violência e na pilhagem do trabalho físico e mental de negros e indígenas⁶ pela via da escravidão, como bem comprovam os estudos de Fernandes (2007, 2021), Moura (2019, 2023) e Nascimento (2019).

Compreendo (e busquei demonstrar no desenvolvimento da tese com as devidas articulações) que este componente da história de nosso país se configurou

⁶ Por razões relacionadas à delimitação do objeto e também a limites teóricos da própria autora, esta tese não se debruçou sobre o debate dos povos indígenas. Contudo, isso não implica desconhecimento quanto à sua centralidade histórica, política, econômica, cultural e social na constituição do Brasil. Reconheço que a exploração destes povos, assim como a de negros, foi elemento fundante da formação sócio-histórica do país, sendo base material de tudo que nele se construiu e se constrói. De igual maneira, cabe afirmar a relevância de suas lutas históricas, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento de direitos caros ainda dificultados, como a demarcação de terras. Neste sentido, esta tese também expressa a preocupação com a ampliação e o aprofundamento, no interior do Serviço Social, dos estudos e pesquisas que contemplem a história, as experiências, os saberes, as resistências e os modos de viver dos povos indígenas.

como uma parte do processo de acumulação primitiva do capitalismo (Marx, 2017), em que a exploração do trabalho escravizado desempenhou papel fundamental na acumulação das riquezas que seriam uma das bases da gênese do modo de produção capitalista. Tal entendimento caminha no sentido da análise de Abramides (2021, p. 14) ao demonstrar que:

O racismo tem um caráter de dominação econômica, ideopolítica e étnico-racial, portanto, é estrutural no modo de produção capitalista. As nações que vivenciaram a dominação colonial escravocrata, entre elas as da América Latina, reproduzem e mesclam a herança desse sistema em todo o desenvolvimento histórico do capitalismo, que mantém e amplia as formas de exploração econômica e segregação racial, eternizando o racismo estrutural originário da “[...] assim chamada acumulação primitiva” (Marx, 2017).

O racismo e a escravidão permaneceram centrais nos quase 400 anos em que o Brasil foi colônia (1500-1889) e mesmo a abolição da escravidão em 1888, assim como a subsequente Proclamação da República no ano seguinte, 1889, não suprimiram a base racista das relações sociais, políticas, culturais e, principalmente, econômicas e de trabalho no Brasil (Moura, 2019; Fernandes, 2021). A abolição ocorreu sem a integração efetiva de negros (Fernandes, 2007), sem o reconhecimento de nossa cidadania e sem ações políticas contundentes de acesso à terra (Almeida, 2025), ensino (Nascimento, 2016), emprego e renda (Fernandes, 2021) para os que construíram este país vertendo suor e sangue à força.

Na passagem do século XIX para as primeiras décadas do século XX, com a transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado já no capitalismo emergente, negros foram alijados do mercado formal de trabalho e de espaços de socialização, como os principais centros urbanos, sendo relegados às piores condições de trabalho, de saúde, de moradia, de educação, de acesso a direitos como um todo.

Como demonstrou Fernandes (2007), a transição para o capitalismo no Brasil ocorreu sem uma democratização real das relações, de maneira que o modo de produção que emergia se caracterizou por uma “modernização conservadora” (Fernandes, 2007) na qual as consequências da escravidão foram reconfiguradas

para adaptar-se às requisições de uma sociedade de classes capitalista, mas sem eliminação das desigualdades basais assentadas no racismo e com a manutenção das elites no poder (Fernandes, 2007).

No século XX, especialmente com o impulsionamento da industrialização pelo Estado varguista nos anos 1930, a população negra continuou a ser absorvida de forma subordinada no mercado de trabalho formal em razão, principalmente, da escolha do Estado brasileiro pelo emprego de imigrantes através das políticas de branqueamento.

No plano ideológico, o mito da “democracia racial” (Fernandes, 2021) - narrativa que supunha uma convivência harmoniosa entre negros, indígenas e brancos - foi um dos mecanismos que tentou naturalizar a violência objetiva também do ponto de vista da construção do pensamento, assim como nos ensina Clóvis Moura (2019). Nesta conjunção, o racismo operou não apenas como uma herança do passado escravocrata, mas principalmente como um dispositivo atualizado de produção e reprodução do capitalismo.

Contemporaneamente, este modo de produção permanece reproduzindo múltiplas desigualdades sociais que têm fundamentos⁷, ou seja, origens raciais. Indicadores sociais e econômicos (cf. IBGE, 2022) demonstram que a população negra permanece sujeita a maiores taxas de desemprego, emprego precário e informalidade, além de maior exposição à violência policial, encarceramento em massa, falta de segurança alimentar, moradia em situação de risco, dentre outras violações (IBGE, 2022). Estas, por sua vez, adquirem mais camadas de complexificação quando analisadas sob critérios etários e de gênero e sexualidade e, para além de suas expressões materiais, ainda impactam profundamente no campo

⁷ Esta tese adota a concepção de “fundamentos” cunhada por Guerra (2023, p.44): “Pelo próprio significado etimológico, a palavra fundamento, do latim *fundamentum*, refere-se ao princípio sobre o qual se apoia e se desenvolve uma coisa. Entende-se também como a base ou pilastra, sinônimo de fundação e de sustentação de algo. Fundamento é também a razão de ser ou explicação de algo; argumentos de explicação e princípio. Com base nessa reflexão, considero fundamento as bases e a razão de ser que explica a gênese e a existência da sociedade e da profissão”.

da constituição da subjetividade e da saúde mental dos negros, conforme destacado há pouco.

Este quadro evidencia a funcionalidade do racismo para a sustentação do capitalismo brasileiro, visto que a manutenção dos negros em condições de subalternidade no conjunto da classe trabalhadora fortalece e perpetua a desigualdade tão necessária à continuidade deste modo de produção.

Diante disso, cabe o entendimento de que os estudos e produções sobre questão étnico-racial não são “recortes” ou “parênteses” que se abrem dentro das análises sobre a realidade brasileira. Do contrário: analisamo-la com mais elementos e maior amplitude se compreendemos que a questão étnico-racial é indissociável do próprio capitalismo, sendo um de seus mecanismos mais fortes de reprodução (cf. Fernandes, 2021). Portanto, a questão étnico-racial conforma as bases deste modo de produção e isso nos faz afirmar que qualquer estudo do real que se pretenda fidedigno não pode prescindir desta perspectiva analítica.

Assim, no que toca às razões estruturais que justificam esta tese, importa inferir que é a captura das mediações das relações existentes entre questão étnico-racial e modo de produção capitalista que possibilita desvelar os nexos para entender como, no Brasil, as contradições de classe se dão sob uma base material racializada que se expressa cotidianamente e fortemente nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais do capitalismo nacional. Relações nas quais se inscreve nosso exercício profissional, evidenciando a importância desta discussão para o Serviço Social.

Por essa razão, é central ratificar que a questão étnico-racial não está no campo da moral: não diz respeito à dicotomia valorativa “do bem e do mal” e, dado seu arraigamento, não pode ser enfrentada por completo pela vontade particular dos indivíduos⁸. O enfrentamento de suas expressões mais violentas requisita o

⁸ Isso não implica em desconsiderar a importância das ações individuais na luta contra o racismo, tampouco negar a necessidade de posicionamentos éticos e intervenções concretas diante de situações de preconceito e opressão. No entanto, é fundamental reconhecer que a atuação isolada de indivíduos, por mais necessária que seja, é insuficiente para desarticular as bases profundas e históricas do racismo. Seu enfrentamento exige articulação de estratégias e táticas (Cf. Paula, 2016) coletivas mobilizadas em múltiplas frentes - econômicas, políticas, sociais, institucionais, culturais -

reconhecimento de sua vinculação com o modo de produção capitalista enquanto um elemento central de sua produção e reprodução. Dessa maneira, a compreensão da questão étnico-racial no capitalismo não pode prescindir de uma abordagem crítica - e, para tal, de uma perspectiva teórico-metodológica igualmente crítica - que a situe como constitutiva tanto da formação sócio-histórica de nosso país quanto da própria conformação do capitalismo nacional (Moura, 2023).

Nesse sentido, ir à radicalidade do debate torna possível desvelar as formas pelas quais o racismo, longe de ser “moral” ou “patológico”, é intrínseco ao modo de produção capitalista e uma barreira à consecução da emancipação humana. É por essa razão que, do ponto de vista das lutas sociais, não há qualquer possibilidade de conjecturar lutas antirracistas que não sejam lutas anticapitalistas (Gonçalves, 2018) e nem o contrário, pois enfrentar os fundamentos de uma coisa, significa afetar as bases constitutivas da outra.

O conjunto destes elementos impõe desafios ao Serviço Social, que tem nas expressões da “questão social” seu objeto de trabalho. Expressões estas que também expõem a desigualdade racial e que estão presentes no cotidiano das instituições em que somos empregadas, na maneira como as políticas sociais são geridas e executadas e, principalmente, na vida real da população que atendemos e acompanhamos no dia a dia. Cabe a nós o desafio de conhecer e interpretar este real racista para que possamos intervir sob uma perspectiva antirracista, o que conduz às razões profissionais que justificam a tese.

Do **ponto de vista da profissão**, um primeiro elemento encontra raízes no próprio evoluir de nossa categoria na história do país. A “virada” do Serviço Social (Mota; Rodrigues, 2020) brasileiro na passagem da década de 1970 para os anos 1980 - enquanto expressão da vertente da intenção de ruptura com o conservadorismo do Processo de Renovação do Serviço Social e inscrita nas lutas sociais que contestavam a autocracia burguesa (Netto, 2010) - teve como um de seus

capazes de incidir sobre os mecanismos de produção e reprodução das desigualdades raciais. No cerne, capazes de incidir no próprio capitalismo.

desdobramentos a aproximação com referenciais teórico-metodológicos críticos para interpretar a realidade, fundamentar a formação e orientar o exercício profissional. A incorporação do marxismo como perspectiva teórico-metodológica é tributária desse contexto e se expressou concretamente, naquele momento, na publicação de Iamamoto e Carvalho (cf. Iamamoto; Carvalho, 2014).

A maturação desse processo de ruptura e do projeto ético-político crítico gestado nos decênios mencionados, ganhou corpo na década de 1990. Concretamente, este movimento se expressou em um conjunto de documentos de orientação profissional - *Código de Ética Profissional de 1993* (CFESS, 1993), *Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão* (BRASIL, 1993) e *Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* (ABEPSS, 1996) - e foi fundamental para a consolidação de uma perspectiva teórico-metodológica crítica para a leitura da realidade e de um direcionamento ético-político profissional assentado em princípios e valores emancipatórios que, hoje, dão a cadência da direção social hegemônica na profissão.

O acúmulo que decorre da trajetória profissional e das lutas sociais nas quais o Serviço Social se inseriu historicamente no Brasil, conforma e expressa o compromisso ético e político desta profissão com princípios, valores e pautas que se articulam às lutas da classe trabalhadora. Conforme salientado no próprio Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) - que tem como um de seus valores fundamentais o “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 1993, p.24) -, o fato desta categoria se posicionar em prol da destituição de todo preconceito reitera a importância de dar centralidade à questão étnico-racial em nossas pesquisas, formação e intervenção profissional.

Contudo, para que seja factível construir caminhos e respostas profissionais na realidade brasileira, é necessário que nos apropriemos dos elementos constitutivos da formação sócio-histórica deste país que incidem na maneira como as expressões da “questão social” se manifestam em nossa realidade. Assim, ao tomar como ponto de

partida o entendimento de que a questão étnico-racial está na base da constituição do capitalismo brasileiro e, com as devidas mediações, é nuclear à “questão social” no Brasil (Gonçalves, 2018), algumas ingerências se colocam para esta profissão.

Em seu exercício, assistentes sociais defrontam-se cotidianamente com expressões da “questão social” de fundamentos racistas e precisam dar respostas às demandas que são colocadas pela população usuária, cuja presença de negros é extremamente significativa. Conforme o apontamento de Abramides (2019, p.236), “mais de 80% da população que se encontra em extrema pobreza, é composta de trabalhadoras(es) negras(os), grande parte jovem, em que a atuação profissional se volta, fundamentalmente, por meio de serviços e programas sociais ofertados institucionalmente”.

Além disso, embora o Serviço Social tenha avançado nas discussões sobre a questão étnico-racial a partir dos anos 1990 e, sobretudo, na década de 2000 (Moreira, 2021), o espraio do debate para a categoria profissional passa por outros elementos. Segundo Dias (2015), historicamente, os estudos sobre questão étnico-racial na profissão foram impactados pela

(...) baixa produção teórica acerca desses temas, e também pela pouca apropriação da categoria pela discussão das temáticas de cor/raça /etnia. A discussão étnico-racial sempre foi secundarizada por essa categoria profissional, e por muitos profissionais não é percebida como importante variável para uma análise crítica das relações sociais sob a perspectiva de totalidade (Dias, 2015, p.323).

No entanto, apesar destes desafios, é fulcral reiterar que os princípios que norteiam o Serviço Social convergem com a luta antirracista e, na cena contemporânea, este reconhecimento tem mobilizado a categoria profissional a estudar, apropriar-se das discussões, promover espaços reflexivos e construir subsídios de orientação para o conjunto de assistentes sociais. Aqui, cabe sobrelevar o quanto estes movimentos refletem os tensionamentos postos por profissionais negras e negros, cuja maior presença nas universidades impulsionada pelas políticas afirmativas (BRASIL, 2012), tem provocado a categoria a se mover e dar maior

centralidade a este componente essencial para o Serviço Social, em um processo que Moreira (2021) nomeia como “enegrecimento” da categoria profissional.

Como resultado, nos últimos anos, a categoria tem avançado de maneira que as entidades representativas da profissão - conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO - “têm se posicionado a partir de documentos de domínio público, nos sites, e em congressos e encontros da categoria, tanto sobre aspectos relacionados à sua compreensão na sociedade brasileira quanto à necessidade de inserção da temática no ensino e na atuação profissional” (Souza; Pereira, 2020, p. 226).

Aqui, auferem destaque o documento “*Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial em Serviço Social*”, publicado pela ABEPSS em 2018, e a relevante campanha promovida pelo conjunto CFESS/CRESS em 2019, intitulada “*Assistentes Sociais no combate ao racismo*”. Ambos reiteram como o conhecimento sobre a questão étnico-racial é essencial e indispensável para o Serviço Social enquanto parte de um projeto profissional crítico com horizonte anticapitalista, que, por essa mesma razão, não pode prescindir de ser antirracista. Isto porque “se, para suprimir a ordem burguesa, é necessário pôr fim à questão social (Netto, 2001b) e se a questão racial, como insistimos, constitui e alimenta esta mesma ordem, numa perspectiva revolucionária, uma e outra precisam ser eliminadas” (Gonçalves, 2018, p. 520).

Diante dos pontos colocados, compreendo que a importância do debate da questão étnico-racial para o Serviço Social não se coloca exclusivamente porque parte significativa da população usuária das políticas sociais é negra (Abramides, 2019) ou mesmo porque parte das próprias profissionais também são negras (pretas e pardas), conforme aponta recente pesquisa do CFESS sobre o perfil da categoria (CFESS, 2024)⁹. A questão é mais abrangente e refere-se à direção social hegemônica desta profissão: o relevo de tais pesquisas reside, sobretudo, no fato de que o antirracismo converge, coaduna e expressa os valores e princípios que são

⁹ A referida pesquisa do CFESS traz os seguintes dados quanto à pertença étnico-racial de assistentes sociais: pessoas brancas correspondem a 47,83%; pardas a 36,55%; pretas a 12,92%; amarelas a 1,68%; indígenas a 0,32% e outra a 0,60% (Cf. CFESS, 2024).

caros à esta profissão e que necessitam direcionar nossa intervenção (cf. CFESS, 1993).

Colocadas as razões de ordem estrutural e profissional, cabe mencionar, por fim, aquelas que são do **ponto de vista pessoal**. Neste momento, considero importante pontuar que a tese de doutoramento se constitui como um momento em que, na condição de pesquisadora, também se assumem posições e se fazem escolhas dentro de horizontes de ação concretos que englobam as condições objetivas e subjetivas para realização da investigação. Escolhas estas que são, ao mesmo tempo, teóricas, metodológicas e, igualmente, políticas.

Como mulher preta, o racismo acompanha a minha trajetória de vida. Vivi, vivo e provavelmente ainda viverei - pois isto não está no campo da minha opção individual - várias experiências racistas ao longo da vida. Trago memórias de situações que ocorreram desde a primeira infância, em momentos em que eu sequer sabia nomear o que acontecia. Estas lembranças marcam diversos momentos da vida adulta e refletem em várias escolhas e possibilidades - ou na ausência delas - que se colocam nos mais diversos âmbitos da vida.

Aprender a nomear o racismo é doloroso. Entender que não se pode enfrentá-lo apenas individualmente, tampouco impedir que aconteça, é ainda mais. Isto tornou a realização da pesquisa e escrita da tese extremamente desafiadora, incômoda e desconfortável em vários momentos, pois é inevitável que as experiências venham ao pensamento e reavivem emoções quando há aproximação a fundo de um objeto de estudo que também fala sobre quem o pesquisa.

Paradoxalmente, nomear o racismo também abre caminhos na medida em que permite compreender que há uma constituição social para além dos indivíduos que causa, sistematicamente, as experiências individuais. É nessa direção que compreendo que o racismo não é uma questão individual e que, portanto, seu enfrentamento precisa ser coletivo. Tal entendimento permite fazer escolhas e orientar nossos caminhos para além de nós mesmos, direcionando-nos para lutas sociais mais amplas. Dessa maneira, reconheço que as experiências de racismo da minha vida não são exclusivas da minha história pessoal - ainda que sejam muito particulares a

forma como as sinto - e me direcionam a agir em conjunto com a luta antirracista, reforçando a consciência crítica como sujeito com compromisso ético coletivo.

No contraponto da vivência das violências, ser assistente social e mulher preta tem me permitido vivenciar experiências profundamente significativas e importantes. Há uma beleza genuína no processo de resgate da própria história e ancestralidade, de reconhecer-me no mundo e fazer escolhas conscientes a partir de possibilidades concretas, de ter certeza da própria inteligência e das múltiplas aptidões que constituem a mim e às demais pessoas negras, além de tantas outras competências. Perceber que, embora violento e persistente, o projeto histórico de apagamento e silenciamento (Moreira, 2021) de nossas trajetórias não foi plenamente eficaz, é afirmação e resistência também do ponto de vista coletivo, pois como nos ensina Conceição Evaristo com seu lirismo em *Olhos D'água*: "Combinaram de nos matar. Mas a gente combinamos de não morrer"¹⁰.

Celebrar a própria existência, festejar e gostar da própria pele, sentir-me pertencente a este corpo preto e caminhar nele, com ele: tudo isto também faz parte da minha vida e se expressa com intensidade em minhas experiências e escolhas no Serviço Social. Essa condição de existência se manifesta nos espaços profissionais em que trabalhei até aqui, nos estudos e pesquisas que venho realizando e, especialmente, nas trocas e reflexões profundamente enriquecedoras que o Serviço Social tem me possibilitado ao longo da travessia, contribuindo também para a afirmação de minha constituição como uma profissional preta.

É por essa razão que ao trazer as justificativas pessoais, escolho não abordar apenas a vivência da dor e do sofrimento impostos pela colonização e continuados pelo modo de produção capitalista. Aqui, há a opção - teórica, ética e política - por abordar o debate sobre marxismo e questão étnico-racial como essencial para a construção de uma postura crítica, visando não apenas a recusa do racismo, mas a explicitação das forças que convergem para fortalecer a luta antirracista.

¹⁰ EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. 2. ed. São Paulo: Pallas, 2015.

Tal abordagem se justifica pois não coaduna com perspectivas que restringem a história dos negros, como se só tivéssemos uma existência a partir da escravidão. Esta é uma interpretação que tenta nos reduzir a uma trajetória de dor, exploração e pobreza¹¹: estes elementos são estranhos a nós. São elementos que foram atribuídos à história do nosso povo, mas que não se confundem com ela. Como canta o samba da Mangueira, “há uma história que a história não conta”¹²: esta, antecede tais violências e se perpetua no tempo para além delas. É uma história rica em trabalho, conhecimento, ciência, luta, celebração, festejo, construção de cultura, valores e saberes próprios que resistem apesar de toda a tentativa de destruição pelo capitalismo e seus mecanismos de exploração.

Portanto, nesta tese, esta é a história que escolhi destacar: aquela que ressalta o que sobrevive e germina apesar da imposição do flagelo e da violência, e não em razão deles. História que reitera uma afirmação de vida e de resistência e uma recusa à nossa definição pela exploração de origem colonizadora. Ao fazer essa escolha política, ressalto nossa história e nossa identidade a partir da perspectiva da nossa competência, da nossa solidariedade e da celebração de nossos atributos e conquistas.

Frente ao exposto, cumpre neste momento explicitar a **concepção de questão étnico-racial** que subsidia esta tese. Trata-se de compreendê-la como totalidade em processo (Guerra, 2009) e constitutiva da totalidade concreta do capitalismo (Eiras, 2024) em sua dimensão de universalidade, com expressões particulares em cada realidade (no que toca este estudo, a realidade brasileira), composta por uma dupla dimensão: a do racismo e a do antirracismo.

¹¹ Segundo Moura (2019), os estudos sobre a população negra no Brasil foram marcados por diversos preconceitos que perpetuam uma ideologia racista que, por sua vez, se manifesta tanto como resquício da escravidão, quanto como continuidade de suas bases exploradoras na dinâmica do modo de produção capitalista subsequente. Para Moura (2019), a análise do capitalismo revela que os mitos raciais forjados no contexto da escravidão, foram ressignificados para continuar nutrindo diversos mecanismos de discriminação que reverberam na vida concreta de cada negro neste país.

¹² Em alusão ao samba-enredo “*História de Ninar para Gente Grande*”, da Estação Primeira de Mangueira, que deu o título de campeã do carnaval do Rio de Janeiro/RJ à escola em 2019.

Neste estudo, a concepção adotada é fruto de leituras, pesquisas e reflexões que venho realizando e refere-se ao conjunto de desigualdades, violências e explorações raciais historicamente produzidas e reproduzidas pelo capitalismo universalmente, mas com expressões particulares em cada realidade. Sua gênese remonta a processos de exploração de trabalho negro escravizado - sobretudo nos países colonizados - e na ideologia racista que o legitimou (Quijano, 2005) e se articula, de forma mediada, à própria origem do modo de produção capitalista enraizada no processo de acumulação primitiva (Marx, 2017; Abramides, 2021), conforme busquei demonstrar nesta tese no desenvolvimento de suas seções.

Na realidade brasileira, o racismo, longe de se encerrar com a abolição formal da escravidão no século XIX, conforme apontado anteriormente, perpetua-se e se reconfigura no interior do capitalismo nacional, funcionando como um mecanismo de manutenção e reprodução das desigualdades sociais (cf. Fernandes, 2021), especialmente ao manter a força de trabalho negra em condições precarizadas e exploradas - e, não raras vezes, desumanizadas - em benefício da produção e reprodução, também ideológica, do capitalismo (Quijano, 2005). Nesse sentido, a dimensão racista da questão étnico-racial manifesta-se em múltiplos campos - como classe, gênero, sexualidade, renda, moradia, instituições, meio ambiente, educação, religiosidade, cultura, dentre outras -, evidenciando a centralidade do racismo como dimensão inerente à concepção adotada nesta pesquisa.

No entanto, o mesmo processo racista que produz desigualdades, explorações e violências também engendra, em seu contraponto, lutas sociais, insurreições e formas de resistências antirracistas. Em síntese, contradições. Nesse horizonte, destacam-se os processos históricos e contemporâneos de aquilombamento, os movimentos sociais negros, as festas populares (Gonzalez, 2024), os terreiros, as diferentes expressões artísticas (Moura, 2023), a produção e compartilhamento de saberes ancestrais e tantas outras expressões historicamente construídas por nós como estratégias de enfrentamento às ininterruptas tentativas de destruição, silenciamento e apagamento de nossas formas de viver, existir e resistir, desde o período colonial aos dias atuais.

Assim, no que toca nossa realidade, tendo em vista a centralidade de reconhecer e afirmar as lutas históricas travadas em solo brasileiro contra o racismo, a dimensão do antirracismo não pode ser obliterada da concepção de questão étnico-racial que orienta esta tese. Neste esteio, trata-se de reafirmá-la como um elemento constitutivo do capitalismo em sua universalidade, com expressões particulares em cada realidade, e que é composta tanto pelas expressões concretas e ideológicas do racismo, quanto pelas práticas de resistência e lutas antirracistas que lhe fazem frente. Assim, ao apreendê-la, é necessário evidenciar essa dupla dimensão sem reduzi-la exclusivamente às opressões racistas, ou seja, sem considerá-la como sinônimo de racismo.

Tendo delineado a concepção de questão étnico-racial que orienta a tese retomo, agora, o percurso pessoal que deu origem à pesquisa, articulando a trajetória que venho construindo no Serviço Social às experiências e inquietações que, como mulher preta, compõem minha formação, o exercício da profissão e minhas escolhas investigativas.

Ao longo de minha carreira profissional, direcionei meus estudos e pesquisas para o campo dos Fundamentos do Serviço Social, interessada, principalmente, nos debates sobre a formação e o exercício profissional de assistentes sociais em seus aspectos históricos e contemporâneos. Como mulher preta, a questão étnico-racial é uma das determinações de minha existência, mas não esteve contemplada, até o doutorado, em meus interesses de pesquisa¹³.

A mudança passou a ocorrer gradativamente, principalmente ao trabalhar como docente substituta no curso de graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - FSS/UFJF entre 2019 e 2021. A realidade

¹³ Desde a graduação até o doutorado, meu interesse principal de pesquisa esteve voltado à discussão sobre a formação e o exercício profissional de assistentes sociais, com ênfase no debate das empresas. Essa linha de investigação se concretizou tanto na monografia da graduação quanto na dissertação de mestrado, respectivamente intituladas “*Uso/Abuso e Dependência de Substâncias Psicoativas em Empresas: estratégias e táticas de intervenção profissional*” (SILVA, 2016) e “*Entre conservadorismos e rupturas: análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016*” (SILVA, 2018).

vivida nesta experiência pôs questões que culminaram na elaboração do objeto de pesquisa da tese presente.

No cotidiano da docência, sendo uma das poucas pessoas pretas entre as demais professoras, me vi instigada pelos pares e discentes a falar sobre racismo, relatando, principalmente, minhas vivências na universidade. Isso fez com que refletisse com maior profundidade sobre minha trajetória pessoal e profissional, pois embora vivenciasse (e vivencie) o racismo em suas variadas expressões, não tinha, conforme apontado, a questão étnico-racial como um interesse de pesquisa e tinha consciência de que minha experiência individual, sozinha, não corresponde à complexidade do real. Assim, era necessário aprofundar nos estudos.

Me graduei em 2016 e defendi o mestrado em 2018, tendo realizado ambos na UFJF. Em meu processo de formação profissional, tanto na graduação quanto na pós, este debate foi pontual e, nas poucas vezes em que foi abordado, o foi de modo frágil e incipiente. Além disso, conforme apontado anteriormente, meus interesses de pesquisa seguiam por outra vereda.

No entanto, compreendo que, mesmo quando a questão étnico-racial não está colocada como objeto central de investigação para estudantes e/ou docentes, sua presença é necessária na formação profissional, conforme o próprio documento das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) indica. Isso é fundamental para que todos os sujeitos formados na área, ainda que não se dediquem diretamente a este debate, possam desenvolver a competência de apreendê-lo em sua complexidade e relevância na realidade brasileira e no próprio Serviço Social, posto que é um elemento que está presente em nosso cotidiano de trabalho e nos requisita respostas teóricas, éticas e interventivas.

Pelas razões mencionadas, quando fui docente na UFJF, observava insuficiências para abordar tal discussão com propriedade teórica, pois mesmo vivenciando o racismo, seu estudo não permeou minha formação. Diante disso, me vi na seguinte dicotomia: ser profissional e docente preta e vivenciar o racismo no cotidiano, mas não ter propriedade suficiente para abordar a questão étnico-racial em sala de aula para além das minhas vivências individuais.

Nas muitas e longas reflexões que emergiram em torno desta situação, identifiquei que uma possível razão para isto estava no fato desta apreensão não ter perpassado minha formação como assistente social e como docente. Me perguntava, naquele momento, qual o lugar dado ao debate na formação em Serviço Social e foi em razão desta experiência, que a vontade de tornar a questão étnico-racial em interesse de pesquisa se consolidou, pois compreendia que as inquietações, a princípio, individuais e subjetivas, poderiam revelar uma realidade objetiva e concreta para o Serviço Social: a abordagem insuficiente da questão étnico-racial na formação tanto graduada como pós-graduada. Desde então, venho caminhando com estas reflexões.

Após o fim de meu contrato docente em 2021, no contexto da pandemia do COVID-19, pude trabalhar como secretária executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (SEDH/PJF) entre 2021 e 2022 e, posteriormente, como assistente social na Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva (EMCASA) entre 2022 e 2023. Nestas experiências profissionais, o contato *stricto sensu* com a população foi determinante para dar fôlego a este interesse de pesquisa. A proximidade cotidiana com crianças e adolescentes e pessoas sem acesso à moradia adensou a compreensão sobre o impacto do racismo nas desigualdades existentes no Brasil, visto que o público com quem trabalhava tinha classe, cor e gênero, assim como eu.

Foi no período entre estas duas experiências, e também impulsionada pelo que vivenciei profissionalmente, que ingressei no doutorado em Serviço Social na UFJF em 2022 com uma proposta de estudo já alinhada à discussão da questão étnico-racial¹⁴. Com as disciplinas, estudos individuais, seminários, participação em pesquisa e eventos da área, além da produção de trabalhos, artigos e orientações de tese, pude me aproximar melhor dos referenciais teóricos marxistas e isto foi central para a construção desta pesquisa. Lendo Marx e os marxistas de forma mais minuciosa,

¹⁴ Naquele momento, a proposta de pesquisa que deu corpo ao projeto elaborado para a seleção de doutorado, consistia em um estudo sobre a questão étnico-racial na formação docente no Serviço Social, cuja motivação principal advinha da experiência como professora na UFJF.

percebi que embora já conheçamos muito de suas análises, existem mediações que ainda precisam ser captadas para uma compreensão mais aproximada e sob perspectiva de totalidade de determinados processos histórico-sociais.

Em tempos onde direções epistemológicas essencialmente distintas têm expressividade significativa nas Ciências Sociais (cf. Dosse, 2017)¹⁵, ir a Marx pode lançar luz sobre questões presentes que ainda precisamos aprofundar na profissão. Assim, não há dúvidas de que os estudos do doutorado determinaram meus caminhos de pesquisa em conjunto com os demais elementos abordados até aqui.

Por fim, trago as experiências mais recentes que continuam a me impulsionar: a participação na gestão “*Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice presente*” no biênio de 2023-2024 da ABEPSS como representante discente de pós-graduação na Regional Leste (que compreende os estados de MG, ES e RJ), o retorno à sala de aula como docente substituta no curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/UFF – Campus Rio das Ostras entre 2023 e 2024 e, por fim, o convite para atuar em pesquisa junto à UFF e o Ministério da Igualdade Racial/MIR do Governo Federal.

A participação na ABEPSS foi uma oportunidade sem precedentes de me aproximar ainda mais da formação em Serviço Social, permitindo aprofundar o conhecimento tanto de seus aspectos regionais quanto nacionais e ampliar a visão

¹⁵ Em uma das disciplinas ofertadas no doutorado, estudamos como, em relação ao marxismo, o estruturalismo pós-moderno tem incidência nas Ciências Sociais. Na análise de Dosse (2017), este processo encontra raízes nos movimentos históricos relacionados às contestações originadas no movimento de “Maio de 68” na Europa, que teve como um de seus desdobramentos, mudanças teóricas e epistemológicas nas Ciências Sociais (Cf. Dosse, 2007). Embora esta tese não tenha como um de seus objetivos discorrer sobre o pensamento pós-moderno, cabe referenciar algumas de suas características na medida em que se contrapõem substancialmente à perspectiva teórico-metodológica marxista. Segundo Wood (1996), o pensamento pós-moderno se caracteriza por “(..) ênfase na linguagem, na cultura e no “discurso” (com o argumento de que a linguagem é tudo o que podemos conhecer sobre o mundo e de que não temos acesso a nenhuma outra realidade), em detrimento das preocupações “economicistas” tradicionais da esquerda e das velhas preocupações da economia política; rejeição do conhecimento “totalizante” e dos valores “universalistas” (incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade”, as ideias gerais de igualdade, liberais ou socialistas, e a concepção marxista da emancipação humana geral) (...); e repúdio das “grandes narrativas”, tais como as ideias ocidentais de progresso, incluindo as teorias marxistas da história” (Wood, 1996, p. 123-124). Estas reflexões estão desenvolvidas no artigo autoral *Pensamento pós-moderno e diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social: reflexões sobre os limites e conflitos desta relação* (SILVA, 2024), escrito como uma das exigências do PPGSS/UFJF para defesa da tese e publicado nos Anais do XVIII ENPESS.

sobre a direção política, teórica e metodológica da profissão. Nesse aspecto, cabe ressaltar a importante decisão que nossa gestão teve ao manter o antirracismo como a pauta central orientadora das ações da ABEPSS no período de seu exercício, dando continuidade e reforçando o compromisso assumido pela gestão anterior, *Aqui se respira luta*, que esteve à frente da entidade no biênio 2021-2022.

Uma experiência marcante deste processo foi a realização da 7ª edição do projeto ABEPSS Itinerante, que teve como tema “*Diretrizes Curriculares, debate étnico-racial e projetos pedagógicos*”. Pude participar como organizadora das oficinas da Regional Leste e como facilitadora na UFJF e na UFF no campus de Rio das Ostras/RJ.

Para viabilizar as oficinas itinerantes, foi necessário um planejamento intenso que incluiu estudos, curso de formação e consolidação de referenciais teóricos de suporte tanto para facilitadores, quanto para participantes do projeto ABEPSS Itinerante¹⁶. A formação de facilitadores proporcionou discussões aprofundadas sobre o contexto de implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (ABEPSS, 1996), incluindo análise voltada para sua relação com a questão étnico-racial e o combate ao racismo.

Esses debates foram de grande valia para mim e influenciaram diretamente na construção do objeto e objetivos desta tese. Além disso, as trocas ocorridas nos momentos de realização das oficinas mostraram que, embora nossa profissão tenha avançado nas reflexões sobre a questão étnico-racial, ainda temos muito do que nos apropriar.

Ainda no âmbito da ABEPSS, destaco a participação no *XVIII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social* no fim de 2024, que marcou o encerramento de minha participação na gestão da entidade. O evento teve como tema central “*Relações de classe e raça/etnia: desafios a uma formação emancipatória no Serviço Social*” e reiterou o compromisso da categoria com as lutas antirracistas e com a incorporação crítica da questão étnico-racial na formação. Assim,

¹⁶ Todo conteúdo referente à 7ª edição do projeto ABEPSS Itinerante está socializado no endereço eletrônico <https://itinerante24.abepss.org.br/>.

a experiência na ABEPSS foi mais do que uma inserção individual, contribuindo para o fortalecimento coletivo da direção social de nossa profissão.

Soma-se à esta experiência o retorno à sala de aula como docente substituta na UFF - campus Rio das Ostras/RJ (2023-2024), outro aspecto decisivo para esta pesquisa. A sala de aula é um espaço provocador e desafiador, que gera discussões e debates que exigem de docentes uma postura ativa, além de sensibilidade, estudo e engajamento contínuos em relação às questões da realidade trazidas por discentes, colegas e demais sujeitos da comunidade acadêmica.

Importa destacar que a experiência na UFF de Rio das Ostras trouxe uma novidade transformadora para mim: uma aproximação mais direta com as atividades de extensão universitária em quilombo da Região dos Lagos no estado do Rio de Janeiro. Ali, tive a oportunidade de vivenciar a cultura, a ancestralidade e os conhecimentos do povo negro, do meu povo, de uma forma que não conhecia, mesmo sendo uma mulher preta. Este contato enriqueceu profundamente meu interesse de pesquisa de maneira que o considero, até agora, como a experiência mais determinante nessa trajetória de investigação. Assim, registro a reverência a cada território e quilombola que me deram, com tanta sabedoria, a oportunidade de conhecer e aprender.

O exercício da docência na UFF de Rio das Ostras também ocorreu em um momento em que a categoria profissional já havia avançado significativamente no debate racial (cf. ABEPSS, 2018) e eu mesma já havia me apropriado melhor de algumas discussões e leituras. Assim, pude enxergar uma universidade diferente daquela que vivenciei como estudante de graduação: uma instituição mais aberta, plural e sensível às demandas reais do povo. Vivenciar uma formação universitária e profissional mais próxima da classe trabalhadora brasileira, que tem cor e gênero dentre tantas outras singularidades, foi, também, um dos fatores essenciais que motivou esta tese.

Além das experiências relatadas, o percurso pessoal e profissional também tem sido marcado por oportunidades que me tocam e fazem ter a convicção de que as sendas traçadas vêm se desenhando de uma maneira que, para mim, é muito

significativa e demonstra que o trabalho que venho buscando realizar tem importância e reconhecimento.

Aqui, destaco o convite recebido para integrar, entre setembro de 2024 e abril de 2025, a equipe de pesquisadores do projeto “*Apoio técnico e científico ao Ministério da Igualdade Racial em pesquisas no âmbito da Saúde da População Negra: emergência, processo de institucionalização e atualidades*”¹⁷. Receber este convite para participar de um projeto que teria incidência nas ações do MIR, significou trabalhar em algo cujo sentido é para além de mim, pois alcança os meus. Poder contribuir com a produção de conhecimento para fortalecer as políticas públicas para a população negra deste país em algo tão importante como a nossa saúde, foi um presente que me tocou. Uma afirmação de que sobrevivemos, de que não fomos vencidos, de que permaneceremos vivos: construindo e trabalhando, no coletivo, para transformar nossas vidas em honra aos que foram e pelos que ainda virão. E isto dá sentido a tudo o que ainda desejo realizar nesta travessia...

Diante de toda esta exposição, considero importante mencionar que, durante minha trajetória profissional, meu interesse como pesquisadora sempre esteve nos debates sobre o Serviço Social e isto não se alterou, ainda que tenha se modificado a ênfase de investigação para a qual estou direcionando meu olhar. Seja sobre empresas ou sobre a questão étnico-racial (ou sobre qualquer outro objeto de pesquisa que venha a despertar meu interesse), é a preocupação com a formação e o exercício dessa profissão que me mobiliza na academia.

Menciono este aspecto tomando como referência a concepção de questão étnico-racial há pouco abordada que visa não reduzir a história dos negros ao racismo. Em outras palavras, não é exclusivamente por ser preta e vivenciar o racismo que estudo a questão étnico-racial. Mas é também – e principalmente - porque esta profissão me instiga a me posicionar como um sujeito político e a me aproximar das discussões que são centrais para a construção de respostas profissionais que

¹⁷ A pesquisa foi um desdobramento do projeto “*Pesquisa Aplicada na Área de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*” vinculado ao Núcleo de Pesquisa Aplicada Interdisciplinar/NPAI-UFF e resultante de uma parceria entre o Ministério da Igualdade Racial/MIR e a Universidade Federal Fluminense/UFF.

extrapolem as requisições institucionais e se vinculem às reais necessidades da classe trabalhadora. Isto faz com que me reconheça para além de uma pesquisadora sobre a “temática” racial, mas sim como uma pesquisadora sobre os Fundamentos do Serviço Social.

Tal observação é importante, pois ainda que este trabalho não tenha se proposto a realizar uma investigação centrada no Serviço Social, é o compromisso e com esta profissão que mobilizam o interesse de pesquisa tendo em vista a compreensão de que o debate sobre a questão étnico-racial é basilar para qualificar nossa formação e exercício profissional. Por essa razão, a necessidade desta tese se coloca, também, no sentido de contribuir com reflexões que possam ter incidência concreta na profissão no campo de seus Fundamentos. Assim, o sentido da pesquisa não está presente exclusivamente no objeto analisado, mas também no horizonte com ela pretendido: não é um trabalho sobre o Serviço Social, mas para o Serviço Social.

Finalizada a exposição das justificativas da tese, ancoradas em razões estruturais, profissionais e pessoais que demonstram a importância da investigação, passo, na sequência, à apresentação da estrutura deste trabalho, que foi organizado em seções de maneira a expressar as veredas reflexivas delineadas para alcance de seus objetivos, ou seja, a lógica e os caminhos do pensamento para chegada às finalidades pretendidas com este estudo.

Assim, após esta Introdução, há uma seção denominada “**Hipótese e tese de pesquisa: pressupostos construtivos**”, na qual desenvolvo as reflexões que levaram tanto às deduções sobre o modo como o objeto de investigação pode estar sendo abordado teórica e metodologicamente, quanto o argumento central que este trabalho defende e em torno do qual são desdobradas suas análises.

A seguir, há a seção “**Caminhos da pesquisa: método e procedimentos metodológicos**”. Nela, apresento o método que a fundamentou - notadamente, o marxista - as escolhas teóricas, procedimentais e metodológicas para análise do objeto e a forma como os resultados da investigação foram expostos.

Na sequência, há o núcleo central do trabalho, no qual são abordadas as argumentações desenvolvidas na hipótese e na tese: este é composto por duas seções. Na primeira, denominada “**A perspectiva teórico-metodológica marxista**

e as categorias constitutivas de seu método", apresento a relação entre teoria e método em Marx e as categorias da totalidade, contradição e mediação, buscando evidenciar como se articulam e operam para a apreensão do real. Já na segunda, intitulada "**Relações entre marxismo e questão étnico-racial: contribuições para o debate**", busco demonstrar, tomando como referência as elaborações da seção anterior, como a perspectiva teórico-metodológica marxista possibilita, se relaciona e permite a apreensão da questão étnico-racial na realidade brasileira através da mobilização das categorias que constituem seu método.

Por fim, na "**Síntese Final**", retomo e reúno as principais reflexões e apontamentos que emergiram ao longo da pesquisa, retomando a hipótese e tese elaboradas à luz do caminho analítico realizado. Nesta direção, levanto alguns desafios e possibilidades do marxismo enquanto perspectiva teórico-metodológica para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil e sua importância para o Serviço Social. Ciente de que esta investigação não encerra a análise do objeto, esse momento se propõe a sintetizar as contribuições possíveis deste estudo, bem como apontar as questões que permaneceram abertas e que suscitam novos caminhos investigativos. Logo, a conclusão desta tese é, ao mesmo tempo, o início de outras possibilidades investigativas.

Exposta a Introdução da pesquisa, é preciso afirmar que esta tese é o resultado de um processo de pesquisa historicamente situado (Guerra, 2009), repleto de determinações e marcado por escolhas feitas dentro de possibilidades reais. É uma tese possível, nas condições possíveis de quem a escreveu.

Sua construção expressa limites reais de tempo, de condições objetivas de trabalho (visto que, em grande parte de seu curso, o doutorado foi realizado junto a inserções profissionais), da apreensão teórica alcançada até aqui e da própria vida, que continua a acontecer em movimento ininterrupto - com belezas e desafios - para além da inserção na pós-graduação. Por isso mesmo, o que ora apresento não tem pretensão finalística: não encerra o objeto, não o esgota - e nem poderia fazê-lo, posto que o próprio objeto não está superado na realidade. Do contrário, permanece em movimento e tensionado por contradições.

Portanto, delinheio a síntese de um percurso permeado por inquietações, dúvidas, desafios de diferentes ordens, mas também de escolhas. Escolhas determinadas, sim, mas também conscientes. Escolhas teóricas e metodológicas, mas sobretudo éticas e políticas. Neste caminho, esta tese também reflete o compromisso que escolhi assumir com essa profissão e com a produção de um conhecimento que possa conhecer para intervir, nos termos de Guerra (2009).

Retomando a assertiva de Marx (2017) que abriu esta Introdução - de que a Ciência seria desnecessária se houvesse coincidência entre aparência e essência - reafirmo a importância de ir à radicalidade dos fatos que nos parecem nítidos no plano aparente: investigá-los, compreender suas determinações constitutivas, suas relações com a totalidade, suas contradições, captar as mediações que possibilitam estabelecer seus nexos com o real. Assim devemos proceder no que toca à questão étnico-racial, debate tão caro e preciso para o Serviço Social.

E para ir além da aparência com criticidade, a apropriação de uma perspectiva teórico-metodológica que nos permita ir à raiz e à essência da realidade, não só é indispensável como necessária e urgente para o aprofundamento de nosso projeto ético-político. Foi nessa direção que me propus a abordar o marxismo e demonstrar sua contribuição para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil, oferecendo reflexões para a profissão que, embora demandem a continuidade de estudos, possam suscitar novas questões e abrir outras veredas, somando-se ao importante caminho que esta categoria tem trilhado junto à luta antirracista. Luta que não é individual, que não é apenas dos negros, que não é exclusiva do Serviço Social, mas que é coletiva. E que, sobretudo, tenha no horizonte a luta anticapitalista.

2) Hipótese e tese de pesquisa: pressupostos construtivos

Este trabalho tem como objeto a relação entre marxismo e questão étnico-racial, como demonstrado anteriormente. Diante das justificativas apresentadas, emergiu a indagação sobre qual a contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil, mote que deu substrato aos objetivos - geral e específicos - da pesquisa, previamente apresentados na Introdução. Assim, considerando que a preocupação com esta profissão é o que deu sentido à investigação, neste momento, cabe trazer os pressupostos desenvolvidos que lhe conferiram fundamentação.

O marxismo constitui a perspectiva teórico-metodológica que tem predileção na formação profissional em Serviço Social, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). As Diretrizes orientam a formação de modo que as pesquisas e produções intelectuais da categoria se ancoram, hegemonicamente, na tradição marxista, encontrando nela elementos essenciais para análise crítica da realidade social e para a construção de um exercício profissional comprometido com princípios e valores emancipatórios e com um projeto societário articulado aos interesses da classe trabalhadora.

No entanto, o campo do pensamento científico é diverso, composto por matrizes epistemológicas e analíticas que interpretam o real sob diferentes prismas. No Serviço Social, isso tem se expressado através da aproximação de distintas perspectivas teóricas-metodológicas explicativas da realidade que, em cada conjunção histórica, fundamentaram as interpretações sobre a própria profissão, como a fenomenologia, o positivismo e o marxismo (Yazbek, 2018). Estas, estão situadas academicamente no âmbito das Ciências Sociais, campo ao qual a formação em Serviço Social está inscrita.

Na contemporaneidade, observamos uma profusão de produções intelectuais nas Ciências Sociais provenientes de distintos referenciais teóricos, incluindo, além dos já mencionados, os dos campos do estruturalismo pós-moderno (cf. Dosse, 2017)

e decolonial¹⁸. Estes, por sua vez, ao terem incidência em diversas áreas de formação profissional, podem impactar o próprio Serviço Social. Assim, ainda que o marxismo permaneça como a perspectiva teórico-metodológica hegemônica na formação e na produção intelectual de nossa profissão, tal hegemonia não implica em homogeneidade. Portanto, é possível que as pesquisas e produções da área sejam permeáveis, em alguma medida, à influência de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, o que pode resultar em abordagens marcadas por traços de ecletismo. Frente ao exposto, antes de prosseguir, é importante fazer a distinção entre ecletismo e pluralismo. Como explica Yazbek (2018, p.51),

(...) o pluralismo, supõe o debate de ideias e implica um modo de convivência entre correntes do pensamento, pois reconhece, aceita a existência de diferentes posições, opiniões e pensamentos. É diferente do ecletismo, que concilia vários estilos diferentes e até antagônicos para uma mesma explicação (Yazbek, 2018, p.51).

A obra de Coutinho (1991) também expressa esta posição ao afirmar que “não é possível conciliar pontos de vista inconciliáveis em nome do pluralismo, a não ser ecleticamente” (Coutinho, 1991, p.13). Dessa maneira, a justaposição de perspectivas teórico-metodológicas inconciliáveis pode resultar em investigações que, do ponto de vista do rigor teórico, interferem na consistência das análises e das pesquisas.

Neste ponto, é essencial referendar a importância do pluralismo profissional, conforme sancionado por nosso Código de Ética (CFESS, 1993), posto que está no campo da autonomia e escolha dos sujeitos que pesquisam elencar as teorias sociais que melhor condizem com suas perspectivas de análise e leitura da realidade. Aqui,

¹⁸ Importa mencionar que, *a priori*, não se pode correlacionar os estudos decoloniais como pertencentes ao campo do estruturalismo pós-moderno (Cf. Dosse, 2007). Por outro lado, também não é possível afirmar sem a devida leitura crítica que, do ponto de vista teórico-metodológico, estas produções se articulam à tradição marxista. Os estudos decoloniais têm trazido leituras sobre questões importantes, como gênero, raça e sexualidade, de modo que é preciso conhecer e analisar com rigor e criticidade suas produções para que se faça qualquer ingerência. Tendo em vista que, até o momento, minha aproximação com estas leituras ainda é incipiente, faço a opção por não as abordar nesta tese para não incorrer em formulações levianas e/ou equivocadas. Contudo, reconheço seu relevo e reitero a importância de que nos aproximemos de seus debates com rigor teórico e análise crítica.

a opção pelo marxismo se coloca pela compreensão de que esta é a perspectiva teórico-metodológica que melhor permite captar a totalidade do real.

Todavia, é indispensável mencionar que, historicamente, a tradição marxista não se ocupou com profundidade de alguns debates que dizem respeito à constituição da classe trabalhadora, como o racial. De acordo com o profícuo estudo de Robinson (2023), ao longo do tempo, o campo marxista não foi capaz de apreender e abordar as experiências negras como constitutivas do desenvolvimento capitalista. Em sua análise, Robinson (2023) afirma que a pretensão de universalidade do marxismo não foi suficientemente abrangente para a apreensão das realidades fora da Europa, cerne do desenvolvimento capitalista:

Para os radicais negros, histórica e imediatamente vinculados a bases sociais predominantemente constituídas de camponeses e agricultores nas Índias Ocidentais, ou de meeiros e peões nos Estados Unidos, ou de trabalhadores forçados em *plantations* coloniais na África, o marxismo parecia desatento às manifestações mais cruéis e características da economia mundial (Robinson, 2023, p.70).

Para Robinson (2023), o marxismo ocidental trouxe importantes contribuições para o entendimento e análise do capitalismo. Porém, pelo que considera como perspectiva “eurocêntrica” (Robinson, 2023), o referido campo teórico-metodológico apresentou limites para apreensão do aspecto racial deste modo de produção e das realidades externas ao continente europeu, sobretudo no que toca à história das lutas negras em territórios como a África e a América Latina.

Embora haja concordância com a análise de Robinson (2023) a respeito de o campo marxista não ter se debruçado sobre o debate da questão étnico-racial com profundidade no curso histórico, há desacordo de que a ocorrência deste fato advenha de um caráter eurocêntrico da própria produção marxiana. Aqui, cabe enfatizar que coaduno com a análise de Souza (2021) ao ponderar que, “ao contrário de um Marx eurocêntrico, como é constantemente acusado, a crítica ao colonialismo e ao racismo fez parte dos seus estudos e do seu posicionamento político” (Souza, 2021, p. 23)¹⁹.

No entanto, isto não significa que este aspecto de crítica presente na produção marxiana tenha, necessariamente, reverberado nos estudos daqueles que seguiram suas formulações (cf. Robinson, 2023). É neste esteio que se coloca a possibilidade de busca por outros campos teórico-metodológicos para realização de debates que, ao longo da história, não foram preconizados pelo campo marxista, ainda que tenham sido colocados pelo próprio Marx (Souza, 2021). Tal aspecto pode contribuir para que diferentes campos teóricos sejam mobilizados como alternativa para enfrentamento dessas discussões, o que pode resultar em ecletismo teórico.

Diante disso, não seria leviano inferir que, no Serviço Social, o debate sobre a questão étnico-racial possa conter traços de ecletismo, recorrendo a perspectivas teórico-metodológicas fundamentalmente distintas para sua análise. Tal possibilidade está assentada no fato de que, embora o campo marxista, como mencionado, não tenha se debruçado com ênfase sobre essa discussão (Robinson, 2023), sua perspectiva teórico-metodológica constitui a referência central de nosso projeto de formação (ABEPSS, 1996).

Assim, é plausível que, na tentativa de enfrentar tal debate, a profissão possa recorrer ao marxismo articulando-o a outros referenciais que se dedicam à questão étnico-racial com maior envergadura, mesmo quando entre eles existam distinções fundamentais em suas bases constitutivas e formas de interpretar a realidade. Ou seja, mesmo quando são inconciliáveis (Coutinho, 1991). Nesta conjunção, o Serviço Social pode tornar-se suscetível a formulações ecléticas, ainda que de maneira não intencional.

¹⁹ Nesse aspecto, cabe mencionar, por exemplo, os *Escritos sobre a Guerra Civil Americana* (Marx; Engels, 2020), no qual são abordados elementos que tocam na questão étnico-racial. A obra traz artigos jornalísticos de Marx e Engels que trazem, dentre outras questões relacionadas à Guerra Civil estadunidense (1861-1865), informes e análises sobre a situação de escravizados nos Estados Unidos e sobre manifestações abolicionistas, com posicionamento enfático em defesa do fim da escravidão. Como exemplo, nos anexos da tese, exponho a carta de 1864 do Conselho Central da Associação Internacional dos Trabalhadores endereçada ao presidente norte-americano Abraham Lincoln, cujo mote central é o fim da escravidão nos EUA.

Neste ponto, é nuclear enfatizar que esta pesquisa não faz adesão acrítica às supostas limitações do marxismo, tampouco possui pretensões apologéticas ou doutrinárias. O que se afirma é o reconhecimento de que, por sua base teórico-metodológica de investigação e interpretação da realidade e pelas mediações que permite captar, o marxismo oferece contribuições indispensáveis para a compreensão de diversos elementos constitutivos do concreto, como a questão étnico-racial, o que se revela necessário para a nossa profissão.

Trabalhei com o marxismo a partir das categorias constitutivas de seu método: totalidade (em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade) (Guerra, 2009), contradição e mediação (Netto, 2011)²⁰. Na busca por apreendê-las na relação com o objeto analítico, compreendo que a questão étnico-racial, do modo como se expressa na realidade brasileira, precisa ser apreendida como uma totalidade que abarca, em si, estas três dimensões em relação coexistente e indissociável. Assim, o desafio colocado do ponto de vista teórico-metodológico, está em olhar para a relação entre tais dimensões na questão étnico-racial e, no mesmo movimento, conseguir captar as mediações e contradições que as articulam no real.

Em outras palavras, se trata de captar as mediações e nexos que explicam como as relações entre a universalidade, a particularidade e a singularidade se expressam e estão contidas nesta totalidade, permeada de contradições, que é a questão étnico-racial. Totalidade que, por sua vez, não está dissociada da totalidade concreta do modo de produção capitalista (Eiras, 2024): pelo contrário, é constitutiva dela. Nessa direção, tomando como referência e em concordância com o debate de Guerra (2009), a relação entre questão étnico-racial e capitalismo deve ser apreendida como uma relação de totalidades em processo.

Na realidade brasileira, terreno de interesse desta pesquisa, o universal se refere ao modo de produção capitalista e o particular ao nosso desenvolvimento sócio-histórico próprio, que não pode ser explicado e nem compreendido sem as especificidades produzidas na concretude deste chão histórico. Assim, em nossa

²⁰ Estas reflexões estão desenvolvidas no Capítulo intitulado “A perspectiva teórico-metodológica marxista e as categorias constitutivas de seu método”.

formação social, a questão étnico-racial aparece de maneira visível através dessas particularidades. Logo, de forma imediata. Dessa maneira, ela está relacionada ao modo particular como o capitalismo se desenvolveu e se delineia aqui, com as especificidades deste país. E, neste bojo, se coloca o entendimento de que isto pode influir na sua compreensão como um elemento basilar da realidade brasileira em uma perspectiva que enfatiza a dimensão da particularidade.

No entanto, ao observarmos a constituição do modo de produção capitalista em uma perspectiva macrossocietária e na sua dimensão universal, percebemos que há uma relação profunda com a questão étnico-racial: uma relação que, ainda que não se expresse de maneira direta e imediata como no Brasil, existe de forma mediada. E é exatamente essa análise da questão étnico-racial como um elemento próprio da constituição do capitalismo – ou, com base na reflexão anterior, como uma totalidade em processo com a totalidade concreta deste modo de produção (Eiras, 2024) – que requer maior atenção e aprofundamento analítico.

Porém, considerando que o campo marxista não conferiu centralidade ao debate da questão étnico-racial na relação com o capitalismo ao longo do tempo (Robinson, 2023), é possível que a mobilização de seu referencial teórico-metodológico possa encontrar algumas limitações. No entanto, compreendo que estas não são inerentes ao próprio marxismo, mas sim à maneira como nos apropriamos dele. Uma questão que nos convida à reflexão é a possibilidade de que o recurso às produções marxianas e marxistas seja mais aduzido no que toca à reprodução de seus elementos teóricos do que, necessariamente, à mobilização do movimento de seu método para apreensão do objeto.

Nessa perspectiva, o marxismo pode ser acionado, prioritariamente, para análise da perspectiva de totalidade do modo de produção capitalista, já teoricamente elaborada por este campo em distintas produções, com destaque para a vasta contribuição d'O *Capital* (Marx, 2017). Tal possibilidade não é ocasional já que, principalmente no que toca à produção marxiana, foi precisamente sobre esta dimensão universal da totalidade concreta do capitalismo (Eiras, 2024) que sua obra se desdobrou. No entanto, já quando as análises exigem investigação sobre as

particularidades da América Latina e do Brasil, pode haver recorrência a perspectivas de fundamentações distintas ou mesmo colidentes e antagônicas, o que reforça a possibilidade de ecletismo e reitera a importância do aprofundamento teórico-metodológico do marxismo. Isto porque o mero resgate e reprodução de seus elementos teóricos não dão conta, por si só, de apreender todo e qualquer objeto de estudo em sua complexidade. O próprio Marx não se propôs a isso, visto que seus estudos tinham objeto de análise bem definido: a sociedade burguesa (cf. Netto, 2011)²¹.

Nessa direção, a mobilização dos elementos teóricos do marxismo requer, no mesmo processo, o acionamento do movimento de seu método, posto que é por meio desta articulação que se torna possível captar as mediações e contradições que constituem as totalidades em suas dimensões, como disposto na própria concepção de questão étnico-racial presente nesta tese. O maior predomínio da dimensão teórica do marxismo para abordar a totalidade concreta da sociedade burguesa e de seu modo de produção capitalista (Netto, 2011) sem a necessária mobilização de seu método, pode inferir em uma cisão entre teoria e método, indicando uma apropriação parcial – mas que também pode ser deliberada - desta perspectiva.

Foi com base nestas reflexões que trabalhei com a **hipótese** de que, no que se refere à apreensão da questão étnico-racial, **a utilização do marxismo sem a necessária articulação entre apropriação teórica e mobilização metodológica pode incorrer em abordagens ecléticas que limitam a apreensão do objeto de análise sob perspectiva de totalidade**²².

Dessa maneira, a possível ocorrência de ecletismo não decorreria de limites do marxismo propriamente, mas de sua apropriação parcial que poderia ter como marca a clivagem entre teoria e método, minorando seu potencial de apreensão do real visto

²¹ Segundo Netto (2011, p. 17), “pode-se circunscrever como *problema central* da perspectiva marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa fundado no modo de produção capitalista”. Assim, a produção marxiana tem objeto de análise determinado e historicamente situado.

²² Por questões relacionadas à necessidade de reformulação metodológica da tese, que são abordadas na seção posterior, a hipótese do ecletismo encontrou limites para seu desenvolvimento no curso do trabalho. As reflexões atinentes a estas dificuldades são retomadas na Síntese Final da pesquisa.

que não se pode cindir “a indissociável conexão que existe em Marx entre elaboração teórica e formulação metodológica” (Netto, 2011, p.54)

O que se pretende apontar com esta elaboração é que, se nos apropriamos desta perspectiva fragmentando a relação entre teoria e método, pode haver recurso ao marxismo para analisar teoricamente o capitalismo em sua universalidade - pelas razões há pouco apontadas - sem que isso acompanhe sua mobilização metodológica para a apreensão das expressões particulares de cada realidade e de elementos que lhes são imediatamente constitutivos, como a questão étnico-racial no Brasil. E é nesta apreensão fragmentária entre teoria e método que o ecletismo pode ganhar abrangência²³.

Assim, adensar as discussões que relacionam marxismo e questão étnico-racial significa, para o Serviço Social, reiterar a centralidade que esta perspectiva teórico-metodológica ocupa em nosso projeto de formação (ABEPSS, 1996), compreendendo sua contribuição pela indissociabilidade entre método e teoria (Netto, 2011). Nessa direção, buscamos Marx não só para reproduzir exclusivamente suas formulações teóricas sobre o capitalismo²⁴, mas, no mesmo processo, para mobilizar seu movimento metodológico de conhecimento do real como instrumento para investigar os objetos que nos interessam, como a questão étnico-racial.

No que se refere ao método em relação à questão central desta pesquisa, a apreensão e mobilização de suas categorias é elementar: a categoria da totalidade permite apreender as dimensões universal, particular e singular da questão étnico-racial, articulando os processos macrosociais do capitalismo com os elementos próprios da realidade brasileira; a contradição possibilita conhecer e identificar as

²³ Ressalto, contudo, que esta investigação não se debruçou a fazer um debate sobre o ecletismo diante das escolhas teóricas e metodológicas que precisaram ser feitas a tempo de sua conclusão, conforme demonstra a seção subsequente. O que apresento aqui são as reflexões que conduziram à formulação da hipótese de pesquisa, visando levantar reflexões e explicitar as razões pelas quais é preciso demonstrar a contribuição do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil. No entanto, tendo em vista que meus interesses de pesquisa não se encerram com esta tese, tal discussão poderá ser retomada com o rigor analítico necessário em um outro momento de minha trajetória.

²⁴Que, embora permaneçam válidas e atuais em aspectos centrais para compreensão da contemporaneidade, são prioritariamente relacionadas à conjunção histórica que Marx vivenciou, a saber: o capitalismo europeu do século XIX.

fissuras, conflitos e lutas antirracistas que emergem das desigualdades e violências ocasionadas e reproduzidas pelo racismo no capitalismo nacional; já a mediação, possibilita a captura dos nexos que conectam e articulam estas relações na realidade, permitindo entender como, nesta totalidade que é a questão étnico-racial, os elementos da universalidade deste modo de produção se expressam de modo particular em nossa formação sócio-histórica.

É desta maneira, pela relação indissociável entre teoria e método que existe em Marx (Netto, 2011), que compreendo ser possível situar e apreender a questão étnico-racial na realidade brasileira em suas determinações constitutivas da forma mais aproximada possível, ou seja, sob perspectiva de totalidade

A **tese** que defendo, portanto, é a de que **a perspectiva teórico-metodológica marxista, compreendida enquanto unidade articulada e indissociável entre teoria e método (Netto, 2011), oferece contribuições indispensáveis para a análise e apreensão crítica da questão étnico-racial no Brasil, permitindo sua compreensão como constitutiva e ineliminável do capitalismo.**

Sendo esta uma pesquisa científica, é preciso demonstrar aquilo que se conjectura. Assim, foi a partir destas formulações que estabeleci o já mencionado objetivo geral de demonstrar, a partir de uma análise bibliográfica e reflexiva, a contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil. Colocados os pressupostos construtivos das reflexões que levaram à elaboração da hipótese e da tese de pesquisa, a seção a seguir discorre sobre os caminhos do processo de investigação.

3) Caminhos da pesquisa: método e procedimentos metodológicos

A necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento. Não obstante, para intervir, é preciso conhecer, para o que há que se ter procedimentos adequados.

Yolanda Guerra

Na Introdução desta tese, foi colocado que este trabalho é a síntese possível realizada nas condições possíveis de quem o escreveu. Assim, é importante iniciar esta seção, que trata dos Caminhos da Pesquisa, retomando este ponto, pois, no curso da realização do doutorado, aconteceram mudanças que redefiniram os procedimentos metodológicos, embora não tenha havido qualquer alteração do ponto de vista metódico.

Quando da apresentação do projeto de qualificação de doutorado, no fim de 2024, havia o mesmo objetivo de investigar a contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil. Porém, naquele momento, a abordagem se voltava para o Serviço Social: a proposta intentava uma pesquisa documental baseada em análise de teses da categoria publicizadas a partir de 2018, ano da publicação do fundamental documento da ABEPSS “*Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*” (ABEPSS, 2018), cujas orientações são fulcrais para a formação sob viés antirracista.

Para escolha das teses que seriam investigadas, foi realizada uma coleta de dados no portal da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que disponibiliza um vasto acervo de trabalhos defendidos no Brasil. A busca na base de dados da CAPES foi realizada a partir de palavras-chave selecionadas para contemplar o escopo da pesquisa pretendida. São elas: “questão racial”, “questão étnico-racial”, “raça”, “racismo”, “antirracismo”, “Marx”, “marxismo”, “Serviço Social” e “assistente social”. Estas palavras foram escolhidas para garantir a abrangência do levantamento, refletindo os possíveis termos utilizados nas

produções acadêmicas para abordar a questão étnico-racial no Serviço Social. Foram consideradas as produções disponibilizadas até meados outubro de 2024, período em que o levantamento foi realizado. Assim, foram selecionadas nove teses entre 2018 e 2024, dispostas nos anexos deste trabalho.

Naquele momento, a investigação propunha identificar, nessas produções, como o marxismo vinha sendo mobilizado nas reflexões sobre a questão étnico-racial no âmbito da categoria e a hipótese da ocorrência de ecletismo se erguia em razão dos elementos anteriormente abordados. Porém, diante de mudanças nas condições reais de vida que colocaram a urgência de finalização do doutorado antes do prazo final para defesa²⁵, foi necessário alterar o percurso metodológico.

Assim, a pesquisa aqui apresentada não mais consiste em uma análise documental com base em teses do Serviço Social, mas sim em uma reflexão teórica alicerçada em pesquisa bibliográfica. A decisão de alteração foi tomada no processo de orientação diante das necessidades concretas colocadas de modo que, em diálogo franco com a orientadora, optamos por priorizar uma elaboração teórica com as reflexões e análises que foram exequíveis, no lugar de apresentar uma abordagem das teses na qual a qualidade analítica poderia ser comprometida pelas questões de tempo, que não permitiriam trato rigoroso dos materiais em suas complexidades teórico-metodológicas e importância para a categoria.

Tal esforço chegou a ser iniciado, mas não foi possível prosseguir frente às questões salientadas. Dessa maneira, reformulamos a pesquisa de modo a ofertar contribuições que possam ser importantes para o Serviço Social, ainda que o estudo ora apresentado não se debruce especificamente sobre a profissão. Contudo, reiterando que o interesse pelo Serviço Social é o que me mobiliza profissionalmente, afirmo o desejo de retomar essa investigação em momentos futuros da travessia, haja vista sua fundamental importância para aprofundamento do debate da questão étnico-racial na categoria.

Frente aos elementos apresentados até o momento e diante da explicitação sobre as alterações necessárias no curso de elaboração da tese cabe, agora, elucidar o método e a metodologia elencados para alcance dos objetivos propostos. Com isso, nesta seção, apresento a fundamentação teórico-metodológica que

orientou a investigação do objeto (relação entre marxismo e questão étnico-racial), bem como os procedimentos que foram realizados para a pesquisa e, posteriormente, para exposição de seus resultados.

No evoluir das investigações para construção deste trabalho, os estudos e reflexões foram ancorados no campo teórico marxiano e marxista partindo do entendimento de que esta perspectiva teórico-metodológico permite interpretar e conhecer a totalidade do real, apreender suas contradições e capturar as mediações que o conformam.

Neste ínterim, é central afirmar o entendimento de que as teorias sociais não são o real: elas o investigam, interpretam, apreendem e o explicam teoricamente. Tais interpretações, contudo, são distintas em termos de objeto e método de apreensão da concretude e estas diferenciações influem em teorizações que podem se aproximar mais ou menos da realidade. No que toca o Serviço Social brasileiro,

(...) é importante levar em consideração que cada interpretação sobre realidade e profissão está baseada em uma das concepções clássicas do conhecimento, está sustentada em uma (ou mais) teoria social clássica e aqui me refiro apenas às matrizes clássicas de Emile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) e Karl Marx (1818-1883). Estes teóricos e suas abordagens teórico-metodológicas têm concepções amplas e universais de Homem, História, Razão, Liberdade, que reverberam em toda a Ciência Social clássica e contemporânea.

A cada uma destas Teorias Sociais encontra-se estritamente vinculado um método para o conhecimento da realidade. Não se conhece o pensamento de Durkheim e seus conceitos de anomia, solidariedade (orgânica e mecânica) e divisão do trabalho separadamente do método positivista e sua concepção de progresso dentro da ordem capitalista. Não se considera a teoria da ação de Weber separada do seu método dos tipos ideais e sua crítica resignada do capitalismo. **Não se concebe a Teoria do Valor-Trabalho de Marx separada do seu método dialético materialista histórico e sua perspectiva de superação do capital** (Guerra, 2023, p.47-48, grifo meu).

²⁵ Tendo em vista que a entrada no doutorado ocorreu em maio de 2022, o prazo final para defesa é abril de 2026, data em que se completam os 48 meses estipulados para conclusão do curso.

No campo do Serviço Social, a teoria marxista tem sido aquela que, hegemonicamente, orienta a formação (cf. ABEPSS, 1996) e o exercício da profissão dada a compreensão de que seu método de apreensão da realidade não só explica a dinâmica de produção e reprodução do capitalismo de maneira meticulosa, como situa as particularidades de nossa realidade e de nossa profissão nas relações sociais deste modo de produção: pela perspectiva teórico-metodológica marxista, apreendemos a “questão social” em suas determinações constitutivas (Netto, 2005) e expressões concretas, desvelamos a gênese do Serviço Social (Iamamoto; Carvalho, 2014), seu significado sócio-histórico (Yazbek, 2009), suas alterações endógenas e exógenas no curso da história (Iamamoto; Carvalho, 2014) e suas determinações contemporâneas. Dessa maneira, o marxismo permanece válido e atual para as reflexões necessárias ao Serviço Social, como a questão étnico-racial.

Assim, para que seja factível compreender a essência dos processos sociais para além da aparência (Marx, 2017), é necessário lançar mão de teorias sociais que estejam balizadas no próprio real, tomando-o como objeto, e se aproximando ao máximo de suas determinações centrais. Neste estudo, reitero que a teoria marxista é aquela que mais oferece possibilidades de apreensão da realidade sob perspectiva de totalidade em anuência com a leitura de Guerra (2023):

A Teoria Social de Marx tem a realidade como fundamento, o que significa que são as condições de produção e reprodução da vida social e espiritual das mulheres e dos homens as suas bases constitutivas, que constroem a realidade por meio de sua práxis individual e social e ao mobilizarem/enfrentarem as contradições de classe, fazem a história. Por isso, é possível considerar que **Marx funda um tipo de conhecimento que nasce na atividade prática e a ela retorna**, de modo que, a nosso ver, é o tipo de conhecimento que detém o potencial de fundamentar o trabalho profissional de assistentes sociais, ainda que por meio de muitas mediações teóricas, políticas e práticas (Guerra, 2023, p. 52, grifo meu).

Com base no exposto e conforme mencionado anteriormente, no curso da pesquisa realizada para construção da tese, as análises e reflexões desenvolvidas foram ancoradas nas produções do campo teórico-metodológico marxiano e marxista

diante da compreensão de sua imprescindibilidade para apreender a realidade e suas determinações e, também, dado o entendimento de que

(...) a tarefa daqueles que se dedicam à prática da pesquisa social (...) passa pela necessária apropriação adequada e precisa da teoria social crítica e do método de análise histórico e dialético, tanto no que se refere à produção marxiana, quanto às efetivas contribuições dos principais teóricos da tradição marxista (Simão; Souza, 2008, p. 106).

Há também acordo com Netto (2011) ao pontuar que a teoria marxista possibilita “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e dinâmica do objeto que pesquisa” (Netto, 2011, p. 21). Entende-se, ainda, que a apreensão da realidade se dá por meio de processos investigativos que “explicitem e apreendam a dinâmica do real, levando-se em consideração sua complexidade e contradições” (Fortuna; Guedes, 2020, p. 26- 27).

Dessa maneira, é central afirmar que a escolha do método de pesquisa e dos procedimentos investigativos correspondentes é determinada pela própria concretude do objeto, por sua própria materialidade no real. Ao escrever sobre o método de Marx, Netto (2011) explica que

(...) é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (Netto, 2011, p. 53).

Assim, na condição de pesquisadora que se relaciona com seu objeto de investigação, foi sua escolha que condicionou os procedimentos para sua apreensão. Logo, se trata da adoção de um método de pesquisa que não definiu, *a priori*, como o objeto seria analisado, pois seu próprio movimento informou os caminhos para a extração de suas múltiplas determinações (Netto, 2011).

No *Posfácio da segunda edição d'O Capital*, Marx (2017), ao trazer elucubrações sobre seu método, discorre que:

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição, segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria (*Stoff*) em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real (Marx, 2017, p.90).

É à luz da assertiva de Marx (2017) e da diferenciação entre modo de pesquisa e modo de exposição, que é preciso explicitar o processo de investigação realizado para apreensão da matéria, ou seja, do objeto de análise. Uma vez feito isso, é possível, na sequência, demonstrar o modo como os resultados da pesquisa foram expostos.

Tal ponderação é importante, pois, segundo Netto (2011) - que toma como referência as próprias formulações de Marx (2017) - os pontos de partida da investigação e da exposição são distintos para o pensador. Na investigação, o sujeito que pesquisa está partindo de perguntas e questionamentos (Netto, 2011): nesta tese, conforme colocado, a pergunta orientadora é “qual a contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil?”. E é precisamente esta indagação que orienta, determina e direciona a investigação do objeto.

Por outro lado, mas no mesmo processo, o ponto de partida da exposição é a demonstração dos resultados da investigação e das conclusões obtidas para responder à pergunta formulada no início do processo de pesquisa. É por este motivo que Netto (2011) pondera que, para Marx, é necessário distinguir um modo do outro, pois são distintos em termos de ponto de partida (Netto, 2011).

Dessa maneira, ao apresentar os caminhos da pesquisa nesta seção, trago tanto o percurso que possibilitou a apreensão crítica do objeto de análise e de suas determinações (Netto, 2011), quanto o modo como tais reflexões estão expostas no texto que conforma esta tese. Assim, o trabalho que aqui se apresenta é síntese do processo de investigação: seu texto não é sinônimo do próprio real, mas expressão

reflexiva das elaborações construídas no curso da pesquisa para apreensão do objeto de análise e de suas determinações concretas.

Isso reitera a formulação marxiana que, na contramão do idealismo hegeliano (cf. Marx, 2017), infere que “o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (Marx, 2017, p. 90). Ou seja, a construção intelectual é a realidade apreendida e reproduzida pelo pensamento: é este esforço de elaboração mental do objeto real que busquei demonstrar na tese em voga.

Dito isso, cabe, primeiramente, elucidar seu modo de pesquisa (Marx, 2017). Tendo em vista a necessidade de reformulação metodológica há pouco explicitada e os objetivos traçados, foi realizada uma reflexão teórica qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica.

No que se refere à análise qualitativa na área das Ciências Sociais Aplicadas - na qual o Serviço Social está inscrito no âmbito universitário, pesquisas desta natureza são utilizadas frequentemente quando se deseja investigar o real de modo aprofundado. Sobre isto, Simão e Souza (2008, p. 113, et. seq.), pontuam que

(...) para desenvolver suas pesquisas, o Serviço Social lança mão essencialmente de técnicas de natureza qualitativa. Sem dúvida, a própria natureza dos fenômenos que estuda leva à escolha deste caminho. Almeida (1995: 135) lembra que a análise qualitativa se constitui num grande desafio, pois o “objeto de análise é, antes de tudo, um sujeito – atores, cenários, acontecimentos – pertencente a uma determinada formação cultural de sociedade e situado num período histórico conjuntural e numa relação político-econômica”.

Assim, no âmbito do processo de orientação, houve a compreensão de que a abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, seria interessante e eficaz para fundamentar a reflexão teórica proposta e alcançar as finalidades elencadas. No que tange o uso de bibliografias como fonte de investigação, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p.5) explicam que “a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias”.

Neste esteio, um conjunto de produções bibliográficas que contribui para

pensar sobre o objeto – relação entre marxismo e questão étnico racial - foi elencado para subsidiar a pesquisa que se desdobrou em dois momentos distintos, porém correlatos, considerando seus escopos.

Tendo em vista que seu objetivo precípua foi o de demonstrar, via reflexão teórica, a contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil, foi preciso tanto refletir sobre a relação indissociável entre teoria e método em Marx (Netto, 2011) e suas categorias constitutivas, quanto, à luz destas elaborações, delinear os seus nexos com o debate da questão étnico-racial em nosso país.

Para tal, pesquisei, selecionei e me dediquei a leituras de autoras/es do campo marxiano e marxista, do pensamento social latino-americano e brasileiro e do Serviço Social que contribuem para o estudo da questão étnico-racial. As produções centrais estudadas foram: Eiras (2024), Fernandes (2007, 2021), Guerra (2009), Lukács (2018), Marx (2007), Moura (2019, 2023), Nascimento (2016), Netto (2011, 2016), Quijano (2005), Teixeira (2019) e Willians (1975).

As obras e produções referidas foram elencadas por apresentarem posição crítica sobre o modo de produção capitalista. No que se refere às produções que versam sobre a América Latina e o Brasil, foram escolhidos debates que apreendem a particularidade de nossa formação social no bojo deste mesmo modo de produção e, no que toca a questão étnico-racial, a compreendem em sua relação com o capitalismo, enfatizando, ainda, a centralidade das lutas sociais negras. Desse modo, tais autores e autoras se articulam às finalidades desta pesquisa, pois expressam a perspectiva teórico-metodológica que a orienta.

As referências mencionadas foram mobilizadas em momentos distintos, porém complementares. Primeiramente, recorri à Guerra, Lukács, Marx, Netto e Teixeira para desenvolver as reflexões sobre a perspectiva teórico-metodológica marxista e suas categorias constitutivas: totalidade, contradição e mediação. Com este movimento, busquei construir a base reflexiva para subsidiar a análise posterior.

Assim, em um segundo momento, me vali das produções do campo do pensamento social latino-americano e do brasileiro, como Fernandes, Moura, Nascimento e Quijano. A recorrência a estas referências no curso da pesquisa foi

primordial para que, à luz das reflexões realizadas no momento anterior, pudesse elaborar e demonstrar o argumento de defesa central desta tese: a perspectiva teórico-metodológica marxista, compreendida enquanto unidade articulada e indissociável entre teoria e método (cf. Netto, 2011), oferece contribuições indispensáveis para a análise e apreensão crítica da questão étnico-racial no Brasil, permitindo sua compreensão como constitutiva e inseparável do capitalismo

Este foi o método de investigação, cujas escolhas teóricas e metodológicas foram orientadas frente à importância de apreender o objeto em suas múltiplas determinações. Assim, tendo em vista que se tratou de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa para a construção de uma reflexão teórica, foi fulcral recorrer a produções intelectuais que pudessem contribuir para a apreensão da relação entre marxismo e questão étnico-racial sob perspectiva de totalidade. Nessa ótica, o recurso a elaborações do campo marxiano e marxista para subsidiar a análise foi a opção teórico-metodológica priorizada para consecução dos objetivos da pesquisa e construção dos argumentos de sustentação da tese que me propus a defender.

Exposto o modo de investigação, fundamentado pela articulação entre estudos, reflexões e escrita, não se pode obliterar o modo de exposição (Marx, 2017) de seus resultados. Este, por sua vez, foi antecipado no texto da Introdução deste trabalho, em que apresentei sua estrutura, que, além das seções aqui dispostas, conta outras com duas principais: a primeira, dedicada à exposição da perspectiva teórico-metodológica marxista e suas categorias constitutivas, concatenando as reflexões construídas no processo de pesquisa e, a segunda, que se dedica à análise do objeto - relação entre marxismo e questão étnico-racial - à luz das elaborações anteriores.

Finalizo com a Síntese Final, retomando o processo investigativo, seus resultados principais, limites e lacunas, as reflexões em torno da hipótese e da tese de trabalho e os avanços e possibilidades para aprofundamento e continuidade destes estudos no Serviço Social. Apresentados os Caminhos da Pesquisa, sigo com a exposição de seus resultados.

4) A perspectiva teórico-metodológica marxista e as categorias constitutivas de seu método

Eis uma desvantagem sobre a qual nada posso fazer, a não ser prevenir e premunir os leitores ávidos pela verdade. Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos.

Prefácio da edição francesa d'O *Capital*
Marx, 1872, p.93

A finalidade desta seção é apresentar a perspectiva teórico-metodológica marxista e as categorias constitutivas de seu método enquanto fundamentação da reflexão que se desdobra na seção posterior. Partindo da compreensão da indissociabilidade entre método e teoria em Marx (cf. Netto, 2011), busco refletir como tal matriz do pensamento permite uma apropriação crítica do real sob perspectiva de totalidade, o que contribui para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil como elemento inseparável do próprio capitalismo.

Para tal, primeiramente, recorro à leitura marxista de Guerra (2009) destacando sua contribuição sobre a razão crítico-dialética como a forma de conhecimento que permite a apreensão da realidade da maneira mais aproximada possível. São colocadas, também, algumas das complexidades existentes para o estudo da perspectiva teórico-metodológica marxista com base em acepções de importantes pensadores deste campo, como Althusser (1969) e Gorender (1983).

Na sequência, discorro propriamente sobre esta perspectiva teórico-metodológica, situando-a historicamente no sentido de demonstrar que o pensamento e a produção teórica de Marx são socialmente determinados (cf. Lukács, 2018; Netto, 2011; Teixeira, 2019), se propondo a responder e incidir nas questões concretas do tempo em que viveu e analisou, o que lança luz para a necessidade de mobilização

de um método de conhecimento que consiga, de fato, captar as determinações da realidade para além de seu plano aparente.

No curso das reflexões, procuro relacionar a importância de compreender a conformação tríplice da relação entre teoria e método em Marx, dada pela unidade entre método crítico-dialético, teoria do valor trabalho e perspectiva revolucionária (Teixeira, 2019), com vistas à superação do capital (Guerra, 2023). Por fim, diante destas reflexões, as categorias centrais do método marxista - totalidade, contradição e mediação - são apresentadas e abordadas ressaltando suas articulações para a apreensão da realidade.

Para iniciar tais ponderações, um primeiro elemento diz respeito ao fato de que existem formas diferentes de apreender a realidade, dadas por graus diferenciados de conhecimento. Segundo Guerra (2009), tais graus são distintos, porém complementares.

O primeiro é o nível da intuição, dado pelos órgãos do sentido: trata-se do conhecimento empírico e que advém do senso comum (Guerra, 2009). Tal conhecimento, contudo, embora importante, não alcança as determinações do real. “Há que se incorporar este conhecimento, porém, analisá-lo criticamente, negá-lo (o que significa dizer que há mais coisas sobre o objeto do que estamos supondo) e elevá-lo a um novo patamar, o que significa agregar conhecimentos novos, às vezes, abrir mão de velhos preconceitos” (Guerra, 2009, p. 6).

Um outro grau de conhecimento consiste no formal-abstrato: advém do intelecto e tem relação com a aceitação de informações que acessamos através da experiência cotidiana colocada pela necessidade de sobrevivência e de reprodução da nossa existência. Guerra (2009) nomeia este nível de conhecimento como entendimento: “Aqui, o conhecimento se limita à função de expressar a realidade tal como ela aparece empiricamente. Em outras palavras: o conhecimento se restringe a tornar conhecido o existente, o que leva à mera reprodução e manutenção da realidade tal como ela se apresenta de imediato, tal como expressa na sua aparência” (Guerra, 2009, p. 6).

Através destes níveis de conhecimento, intuição e entendimento (Guerra, 2009), é possível, em certa medida, apreender o real. Tal compreensão, contudo, não possibilita o conhecimento aprofundado de suas determinações, visto que isto requisita processos de pesquisa que transponham o campo da aparência e cheguem à essência do real (cf. Guerra, 2009; Netto, 2011; Teixeira; 2019).

É neste campo que se coloca a imprescindibilidade do conhecimento proveniente da razão crítico-dialética.

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediatez da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento. O fenômeno é (apenas e necessariamente) o ponto de partida do conhecimento. Neste nível, o conhecimento se organiza mediante categorias analíticas. Estas são sínteses mentais dos nossos esforços em compreender o movimento do real, sua lógica constitutiva e de nos comportarmos adequadamente frente a ele. O conhecimento é tanto mais verdadeiro enquanto ele conseguir captar, por meio de categorias analíticas, o movimento, as determinações, os modos de ser dos processos analisados, bem como a lógica do movimento de constituição dos processos, que se expressam na consciência do sujeito e se constituem no “concreto pensado” (MARX, 1983, p. 219). Porque incorpora o movimento, a negatividade, o vir a ser dos processos, a razão é dialética. Este é o nível mais alto do conhecimento (Guerra, 2007, p.7).

Sobre este elemento, importa destacar que Guerra (2009) não está atribuindo valor moral ou hierárquico ao afirmar a razão crítico-dialética como o nível mais alto de conhecimento. O sentido da afirmação está em compreender as determinações da realidade que são possíveis de apreender pela via desta forma de conhecer. Portanto, se refere ao grau de alcance e profundidade que a razão crítico-dialética possibilita ao permitir que o sujeito que pesquisa possa captar as determinações do real de modo a transpor seu plano aparente.

Além desta ponderação sobre a razão crítico dialética, é preciso, ainda, partir de uma outra constatação tão real quanto indispensável: o esforço de compreender a

perspectiva teórico-metodológica marxista é complexo e apresenta dificuldades (Netto, 2011). A vastidão de sua obra requisita acionar conhecimentos de distintos campos que, por vezes, não são imediatamente compreensíveis e requisitam articulações. E isto é colocado mesmo por aqueles que se propuseram a compreender Marx profundamente.

Na Apresentação d'*O Capital* (Marx, 2017), Gorender (1983) descreve tal obra marxiana da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, *O Capital* é, sem qualquer dúvida, uma obra de economia política. A amplitude de sua concepção dessa ciência supera, porém, os melhores clássicos burgueses e contrasta com a estrita especialização em que o marginalismo pretendeu confinar a análise econômica. (...).

É que *O Capital* constitui, por excelência, uma obra de unificação interdisciplinar das ciências humanas, com vistas ao estudo multilateral de determinada formação social. Unificação entre a economia política e a sociologia, a historiografia, a demografia, a geografia econômica e a antropologia.

As categorias econômicas, ainda quando analisadas em níveis elevados de abstração, se enlaçam, de momento a momento, com os fatores extraeconômicos inerentes à formação social. O Estado, a legislação civil e penal (em especial a legislação referente às relações de trabalho), a organização familiar, as formas associativas das classes sociais e seu comportamento em situações de conflito, as ideologias, os costumes tradicionais de nacionalidade e regiões, a psicologia social - tudo isso é focalizado com riqueza de detalhes, sempre que a explicação dos fenômenos propriamente econômicos adquira na interação com fenômenos de outra ordem categorial uma iluminação indispensável ou um enriquecimento cognoscitivo. Assim, ao contrário do que pretendem críticas tão reiteradas, **o enfoque marxiano da instância econômica não é economicista, uma vez que não a isola da trama variada do tecido social. O que, convém enfatizar, não representa incoerência, mas, ao contrário, perfeita coerência com a concepção do materialismo histórico enquanto teoria sociológica geral: a concepção segundo a qual a instância econômica, sendo a base da vida social dos homens, não existe senão permeada por todos os aspectos dessa vida social (...)** (Gorender, 1983, p. 31, grifo meu).

Com isso, percebe-se que embora haja em Marx (2017) a primazia do aspecto econômico por ser a base fundante da vida social (Gorender, 1983), ou seja, a

materialidade explicativa dos modos de produção (como o capitalismo), não há qualquer determinismo econômico: Marx (2017) não fragmenta a realidade ou a reduz a um único denominador, mas a apreende em suas relações constitutivas que pressupõem a economia, mas que, no mesmo bojo, se constitui por outros campos em relação processual, como os mencionados por Gorender (1983).

Logo, o que Marx apreende é a totalidade concreta da sociedade burguesa (Netto, 2011) em seus diversos nexos. Para Marx, a totalidade não faz menção à junção de “partes” da realidade que, somadas, resultam em um “todo” (Netto, 2011). Em sua acepção, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa, é conformada por totalidades em processo (Guerra, 2009) de distintas complexidades (Netto, 2011), como as citadas por Gorender (1983). A totalidade é, portanto, uma das categorias centrais da perspectiva teórico-metodológica marxista ao passo em que possibilita a apreensão do real pela articulação dos diversos elementos que o conformam concretamente.

A este elemento que esboça a complexidade de apreensão das formulações marxianas, cabe incluir que, também nos textos preliminares d’*O Capital* (Marx, 2017), Althusser (1969) tece algumas advertências necessárias à leitura de Marx que também expressam seus desafios:

(...) há realmente uma dificuldade de leitura do capital, e essa dificuldade é teórica. Está ligada à natureza abstrata e sistemática dos conceitos de base da teoria ou da análise teórica. Devemos ter em conta que se trata de uma dificuldade real, objetiva, que só pode ser superada por uma aprendizagem da abstração e do rigor da ciência. É preciso ter em conta que essa aprendizagem não se faz de um dia para o outro (Althusser, 1969, p.43).

Tanto Gorender (1983) quanto Althusser (1969) explicitam que os desafios para apreensão do pensamento marxiano são concretos. Portanto, não estão localizados estritamente nos sujeitos que se propõem a apreendê-lo, mas na própria complexidade tanto das análises de Marx quanto de seu objeto de estudo: a sociedade burguesa (Netto, 2011). Complexidades estas que impõem a precisão de acionar

conhecimentos de ordens distintas, como os históricos, filosóficos, econômicos, teóricos e metodológicos.

Ademais, o próprio objeto analítico de Marx é vivo e está em transformação constante, o que coloca para aqueles que se desafiam a apreendê-lo, a tarefa de tentar reproduzir, pelo pensamento, uma realidade em movimento processual. Assim, não se trata meramente de tomar suas formulações teóricas e buscar “enxerga-las” ou “encaixá-las” no real, mas sim de, a partir da própria materialidade da concretude, captar, pelo método, suas múltiplas determinações e reproduzir seu movimento pelo intelecto (cf. Marx, 2017; Netto, 2011; Lukács, 2018). Nisso constitui a lógica de seu método, que continua a ser desdobrado nas linhas subsequentes.

Colocados estes pontos, fica evidente que apreender o método em Marx não é tarefa fácil. Dificuldade, contudo, não é sinônimo de impossibilidade de modo que, nesta seção, busco trazer algumas reflexões acerca de sua perspectiva teórico-metodológica. Frente aos desafios elucidados, cabe mencionar que para poder refletir sobre a perspectiva teórico metodológica-marxista, além do recurso às suas formulações, utilizo análises que contribuem para sua compreensão, em que se destacam os já mencionados trabalhos de Guerra (2009), Netto (2011), Lukács (2018) e Teixeira (2019).

4.1) Teoria e método em Marx: unidade indissociável

O ponto de partida da análise contida neste item está na mencionada relação indissociável entre teoria e método em Marx (Netto, 2011), haja vista a importância deste entendimento para a elaboração da hipótese e da tese de trabalho que fundamentam esta investigação.

Como mencionado anteriormente, parte-se do pressuposto de que “a questão do método na teoria social de Marx deve ser tomada em sua tríplice sustentação: método crítico-dialético, a teoria do valor trabalho e a perspectiva revolucionária” (Teixeira, 2019, p. 44-45), direcionada para a superação do capital (Guerra, 2023).

Em sua análise, Teixeira (2019) discorre que Marx, para compreender o momento histórico em que viveu, buscou traçar caminhos que permitissem desvelar a origem, o evoluir, a dinâmica e o horizonte de superação do modo de produção capitalista. Para tal,

(...) Marx analisou a produção teórico-histórica de seu tempo, apropriando-se criticamente de todo arsenal intelectual à sua disposição. Buscou a radicalidade na análise ao trazer a racionalidade crítica ao centro do debate. Marx apreendeu a lógica interna do pensamento dos mais diferentes autores e suas obras, principalmente da economia política inglesa e dos socialistas utópicos franceses, sem perder os processos históricos em que se situavam (Teixeira, 2019, p. 45).

Karl Marx viveu no século XIX, precisamente entre os anos de 1818 e 1883, tendo iniciado seu percurso teórico no começo dos anos 1840 (Netto, 2011). Nascido na Alemanha e falecido na Inglaterra, vivenciou e foi partícipe das grandes mudanças que se processavam na Europa em razão do desenvolvimento do capitalismo. No curso de sua vida, como demonstrado por Teixeira (2019), buscou apreender a sociedade burguesa e seu modo de produção capitalista pela razão crítico-dialética (Guerra, 2009), o que implicou na necessidade de conhecer a produção intelectual de seu tempo sobre a realidade. Assim, Marx foi um grande estudioso sobre assuntos como história, filosofia e economia.

Entretanto, embora na contemporaneidade possamos conhecer mais amplamente suas produções teóricas, não se pode olvidar o sujeito que Marx foi: um pensador politicamente posicionado e ativo frente às agruras e contradições de seu tempo. Sua ação militante e suas ideias visavam ter incidência concreta entre a classe trabalhadora no sentido de contribuir para processos reflexivos e de tomada de consciência que pudessem reverberar em ações e lutas sociais contra o capitalismo.

Marx vivenciou um momento cuja exploração capitalista se revelava com voracidade na Europa, o pode ser visto minuciosamente na leitura do trabalho de Engels (2010) que trata das condições inóspitas e degradantes às quais a classe trabalhadora era submetida na Inglaterra.

Em *O Manifesto do Partido Comunista* (Marx; Engels, 2017), escrito junto com seu companheiro Engels, ambos demonstram como as raízes dessa situação se localizam na luta de classes que conforma o capitalismo ao opor, diametralmente, burguesia e proletariado:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e jornaleiro, numa palavra, opressor e oprimido, estiveram em constante oposição um contra o outro. Realizavam uma luta ininterrupta, ora escondida, ora aberta, uma luta que sempre terminou ou numa reconstrução revolucionária da sociedade inteira ou na ruína de ambas as classes em luta. Nas primeiras épocas da História, encontramos quase que em toda parte uma complicada divisão da sociedade em várias ordens, e uma múltipla gradação das camadas sociais. Na Antiga Roma tivemos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos. Na Era Medieval, senhores feudais, vassalos, mestres de corporação, jornaleiros, aprendizes, servos, e ainda encontramos dentro de todas estas classes, mais uma vez, novas gradações de subordinação. **A sociedade burguesa moderna que surgiu das ruínas da sociedade feudal não aboliu os antagonismos de classe. Ela só fez estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.** Nossa época, a época da burguesia, possui, contudo, esta característica diferente: ela simplificou os antagonismos de classe. A sociedade como um todo está cada vez mais se dividindo em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente uma contra outra: a burguesia e o proletariado (Marx; Engels, 2017, p. 13-14, grifo meu).

Afirmando que a história das sociedades é a história da luta de classes, Marx e Engels (2017) já evidenciam uma das categorias constitutivas de sua perspectiva teórico-metodológica: a contradição. Demonstram, portanto, que o que move e propicia transformações sociais são as disputas entre classes cujos interesses são conflitivos, antagônicos, dissidentes, radicalmente opostos. Em síntese: contraditórios.

No que tange o modo de produção capitalista e suas classes sociais fundamentais - burguesia e proletariado (Marx, Engels; 2017), a análise contida n'O *Capital* (Marx, 2017) elucida que a primeira tem a propriedade dos meios de produção

e se apropria do trabalho excedente (mais-valia) da segunda que, destituída de qualquer propriedade a não ser sua própria força de trabalho, a vende como mercadoria em troca de salário para reproduzir a própria existência (cf. Marx, 2017). Essa relação de exploração na qual a riqueza produzida não é apropriada por seu produtor direto (trabalhador), mas sim pelo possuidor dos meios de produção (capitalista) (Marx, 2017), é a espinha dorsal do modo de produção capitalista, cuja desigualdade de classes e produção de pobreza ocorrem na mesma proporção da apropriação privada de riquezas (cf. Netto, 2005).

Não é finalidade desta tese desnudar o funcionamento do capitalismo, já minuciosamente e largamente abordado por Marx n' *O Capital* (2017). O sentido desta breve digressão é elucidar que as categorias teórico-metodológicas desta perspectiva já são notáveis nas formulações anteriores às suas obras econômicas maduras (Lukács, 2018), o que se explica pelo fato de que Marx estava, objetivamente, apreendendo o que estava posto na realidade em que viveu.

Diante de tais explicitações, o que se pretende evidenciar é que ao expor a contradição entre as classes fundamentais do capitalismo, Marx e Engels (2017) não apenas explicitam o movimento concreto da realidade - cujas contradições são constitutivas - como, no mesmo processo, expressam posição política em favor da classe trabalhadora. Esta direção acompanha todo o fazer teórico de Marx ao longo de sua existência. Assim, sua vida e obra são conformadas por caráter revolucionário, elemento constitutivo da relação entre teoria e método, segundo apontamento de Teixeira (2009).

Assim, sua teoria parte do real não meramente para interpretá-lo, mas, sobretudo, para nele intervir de modo transformador: trata-se de apreender as engrenagens do capitalismo para incidir na mobilização de forças que alterem a dicotomia de classes entre burguesia e proletariado em favor desta. Portanto, não há em Marx qualquer neutralidade uma vez que sua teoria dá voz aos interesses dos trabalhadores (Netto, 2016) na arena das disputas de classe do capitalismo: é neste campo de interpretação que Netto (2016) argumenta que “a concepção teórico-

metodológica de Marx é a expressão teórico-metodológica da condição de classe do proletariado revolucionário” (Netto, 2016, 51m21s). Nesse sentido, a finalidade revolucionária é um dos fundamentos de sua teoria de modo que seu processo construtivo se direciona para apreender o real com intuito de transformá-lo, como apontam Teixeira (2019) e Guerra (2023).

Mas, o que é teoria para Marx? Netto (2011) traz respostas para esta indagação essencial:

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras, (como, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso – cf. Marx, 1982, p.15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. **A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa.** E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (Netto, 2011, p. 20-21, grifos meus).

Podemos perceber que a razão para que a teoria seja distinta de outras formas de conhecimento, reside no fato de que o conhecimento que propicia é o da própria estruturação e dinamicidade do objeto que investiga. Nesse sentido, se trata de uma elaboração teórica que se pretende fidedigna à realidade, visando reproduzir idealmente o movimento do objeto que almeja conhecer. Logo, teoria para Marx é distinta de mera descrição aparente, fenomênica dos fatos. Este é o motivo central que explica por que não há na teoria marxista a elaboração de categorias que busquem “encaixar” o real em construtos ideais: do contrário, as categorias existem na realidade (Netto, 2011) e o que cabe a quem a investiga, é apreendê-las. Nos grifos de Teixeira (2019, p.46), “pelo pensamento o pesquisador pode reproduzir a estrutura e a dinâmica do objeto por ele investigado”.

Outro elemento que requisita destaque na perspectiva teórico-metodológica

marxista, conforme Netto (2011), é a independência do objeto em relação ao sujeito que investiga. No que toca a sociedade burguesa enquanto seu centro de análise (Netto, 2011), esta existe independente do que aqueles que a investigam desejam, aspiram ou mesmo das representações que fazem sobre o real (Netto, 2011). Isto evidencia a primazia e predominância do concreto sobre o pensamento que se tem sobre ele: “para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador para existir” (Netto, 2011, p. 21-22). Neste bojo, pode-se perceber o caráter materialista de sua perspectiva teórico-metodológica.

Uma vez que a existência do objeto tem independência em relação ao sujeito, o que cabe e é possível a este é, conforme mencionado, apreendê-lo pelo pensamento. Mas tal compreensão ganha maior relevo quando adentramos no debate sobre a distinção entre aparência e essência. Na análise de Netto (2011), há o apontamento de que no começo de qualquer processo investigativo, o objeto se apresenta em sua forma aparente e imediata: este aspecto fenomênico é um nível da realidade importante que não pode ser descartado (Netto, 2011). A aparência não é fictícia, mas não revela a totalidade do real de modo que, para que se apreendam as determinações que o conformam, é indispensável transpor o campo da aparência para chegar à essência do objeto.

Encontramos em Lukács (2018), em suas contribuições sobre o método, uma formulação essencial a respeito da relação entre aparência e essência para Marx:

Queremos apenas deixar claro qual é o método de Marx, partindo de uma questão ainda central e importante. Precisamente quando se trata das questões atinentes ao ser social, assume um papel decisivo o problema ontológico da diferença, da oposição e da conexão entre fenômeno e essência. Na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la. Em condições históricas favoráveis, a ciência pode realizar uma grande obra de esclarecimento nesse terreno, como acontece no Renascimento e no Iluminismo. Porém, todavia, verificar-se também constelações históricas nos quais o processo atua em sentido inverso: a ciência pode obscurecer, pode deformar indicações ou mesmo apenas pressentimentos da vida cotidiana. (...).

Por isso, o enunciado de Marx é de extrema importância para a ontologia do ser social: “Toda ciência seria supérflua se a forma de

manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. Em si e para si, a proposição vale em sentido ontológico geral, ou seja, refere-se tanto à natureza quanto à sociedade (Lukács, 2018, p. 294-295).

A formulação de Lukács (2018), ao auxiliar a compreensão da distinção entre aparência dos fenômenos e essência, permite acessar um elemento central para o entendimento do método de Marx. Como apontado anteriormente com base em Netto (2011), o processo de investigação do objeto parte de sua aparência, mas não se detém a ela: seu esforço está em reconstruir, idealmente, aquilo que constitui sua estrutura e dinâmica. Ou seja, o movimento que permite alcance de sua essência.

Assim, dado o entendimento de que, na realidade social, aquilo que se apresenta do ponto de vista do fenômeno aparente nem sempre revela todos os aspectos constitutivos de sua essência (Guerra, 2009), torna-se premente a necessidade de caminhos que possibilitem o acesso à esta essencialidade. Mas, como alcançá-la de fato? Pelo método que aciona a razão crítico-dialética (Guerra, 2009) para apreender o real, ou seja, o método crítico-dialético:

(...) método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a estrutura do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (Netto, 2011, p.22, grifos do autor).

Portanto, partindo da aparência e objetivando alcançar a essência do objeto, o pesquisador, por meio da razão crítico-dialética (Guerra, 2009), pode percorrer um caminho de pesquisa que, ao alcançar a estrutura do objeto, propicie a elaboração teórica. Tal movimento requisita a mobilização de procedimentos de análise para produção de síntese de modo que o pesquisador consiga reproduzir o conhecimento do real no plano ideal (Netto, 2011).

É neste sentido que se reafirma a conexão indissociável existente entre elaboração teórica e formulação metodológica em Marx (Netto, 2011), visto que não

é possível alcançar a essência do objeto sem o percurso metodológico preciso para transpor sua aparência. Percurso este que, para produzir elaboração teórica, pressupõe, segundo o próprio Marx (2017), a transposição do material para a cabeça do ser humano para ser interpretado, o que exige o acionamento da razão crítico-dialética como aquela que melhor permite aproximação da totalidade do real e de suas dimensões constitutivas (Guerra, 2009). É nesse sentido que o método crítico-dialético também compõe, junto com a perspectiva de revolução, o debate entre teoria e método em Marx (cf. Teixeira, 2019; Guerra, 2023).

Outro ponto de atenção sobre a perspectiva teórico-metodológica marxista se refere à relação entre sujeito e objeto. Foi mencionado há pouco que Marx concebe que o objeto existe independentemente da vontade do sujeito (Netto, 2011), evidenciando a primazia da matéria sobre o pensamento. Porém, se por um lado esta independência se coloca, seu contrário não é factível: no que toca a análise de Marx, não há qualquer dissociação do sujeito em relação ao objeto, pois este consiste na

(...) sociedade burguesa, um sistema de relações construído pelos homens, o produto da ação recíproca dos homens. Isto significa que a relação sujeito-objeto no processo de conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física. Antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto (Netto, 2011, p. 22-23).

Esta é a razão central pela qual as teorias que investigam a realidade não são neutras, pois aqueles que pesquisam o fazem a partir das determinações concretas que vivenciam nesta sociedade e que podem ser de distintas ordem, como de classe, gênero, raça, território, dentre outras.

Acrescenta-se a este elemento o papel “essencialmente ativo do sujeito” (Netto, 2011, p. 25) na reprodução ideal do movimento real (Teixeira, 2019), ou seja, na elaboração teórica. Esta reprodução, entretanto, não se restringe meramente a um reflexo ou espelhamento da realidade tal como ela se mostra na aparência (Netto, 2011). Para Netto (2011), se assim fosse, o papel do sujeito seria passivo, resignado à descrição aparente do real, tal como o é pela intuição ou pelo entendimento (Guerra, 2009).

Em contrapartida, porém, seu papel é ativo na medida em que não basta descrever a realidade, mas sim captar suas determinações constitutivas, essenciais e estruturais, apreendendo-a como processo (Netto, 2011). Nos termos do próprio Marx, no curso da investigação, o sujeito “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (Marx, 1968, p.16).

É neste campo de complexidades relacionais entre aparência e essência e entre sujeito e objeto, que o método crítico-dialético se coloca como a mediação que possibilita a passagem do concreto real para o concreto pensado (cf. Teixeira, 2019). E, para que isto seja factível, os instrumentos e técnicas de pesquisa a serem acionados também são de distintas ordens, como análise documental, quantificações e recolhimento de dados (Netto, 2011). Estes, contudo, não devem ser confundidos com o método propriamente dito, haja vista que mesmo instrumentos e técnicas semelhantes, podem ser usados por distintas concepções teórico-metodológicas (Netto, 2011). O que impacta no processo de investigação não é necessariamente a escolha instrumental, mas sim a orientação teórica e política presente em seus usos.

Colocados estes pontos, pode-se afirmar que o método marxista “é um caminho que permite ao sujeito, por meio da razão, da consciência, captar a materialidade do real” (Teixeira, 2019, p. 48). Para tal, são acionadas um conjunto de categorias concretas e históricas, ou seja, existentes na realidade - e não criadas pelo sujeito de modo abstrato (Teixeira, 2019), posto que “é a materialidade que constitui o pensamento e não o contrário” (Teixeira, 2019).

Neste bojo, não extraímos da perspectiva marxiana normas ou regras que se “aplicam” a um objeto (Netto, 2011), mas sim a lógica metodológica que possibilita sua apreensão concreta.

Isso quer dizer que Marx não nos apresentou o que “pensava” sobre o capital, a partir de um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas: ele (nos) descobriu a estrutura e a dinâmica reais do capital: não lhe “atribuiu” ou “imputou” uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua (própria, imanente) lógica - numa palavra, deu-nos a teoria do capital: a reprodução ideal de seu movimento real (Netto, 2011, p. 52-53).

N'O *Capital* (Marx, 2017), encontramos expressão concreta da mobilização do método marxista e de sua correspondente elaboração teórica. Como delineado em momentos anteriores, o escopo de Marx está em compreender a sociedade burguesa com vistas à sua superação (Guerra, 2023), o que pressupõe a necessidade de conhecimento das determinações da realidade para além do plano aparente. Mas, à primeira vista, é pela aparência que capturamos o real para, pelo método, chegar à sua essência. Assim, objetivando acessar a essência da sociedade burguesa e do modo de produção que lhe é correspondente - o capitalismo - Marx toma como ponto de partida analítico seu elemento mais aparente: a mercadoria (Marx, 2017).

Assim, abre o primeiro capítulo de sua obra afirmando que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como ‘uma enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria” (Marx, 2007, p. 11).

A partir desta primeira constatação, a análise d'O *Capital* (Marx, 2017) caminha em uma construção teórica que, pelo método, transpõe a forma como a sociedade burguesa aparece através da mercadoria e chega, via um conjunto de mediações, à essência constitutiva de seu modo de produção: a teoria do valor-trabalho.

Ao realizar uma análise minuciosa da mercadoria, o autor encontra determinações do real, categorias concretas que sustentam sua análise dialética, materialista e crítica. Assim, a mercadoria aparece como valor de uso e valor de troca, o primeiro relacionado a sua utilidade, enquanto o segundo ao dispêndio de trabalho humano vivo para a produção. Avança na busca pelas categorias concretas e explicita que as mercadorias são trocadas e possuem uma determinada quantidade de trabalho humano, seu trabalho abstrato; e sua utilidade, as necessidades humanas e sociais determinadas pelo trabalho concreto. Destaca Marx que o trabalho concreto e o trabalho abstrato, são, na verdade, força de trabalho, a ação propriamente humana de produzir valores, criar riquezas.

Marx apresenta, partindo da análise da mercadoria, um conjunto de determinações concretas, a aparência fetichizada da mercadoria, da estrutura e dinâmica da mais-valia como componentes da lei geral da acumulação capitalista, entre outras determinações históricas. O que

se quer aqui salientar é que Marx demonstra, por meio da análise do real, que o concreto pode ser apreendido e tornar-se concreto pensado. Assim, o concreto pensado é a relação das categorias, das mediações, da legalidade social que são próprias do real (...) (Teixeira, 2019, p. 49)

Frente ao exposto, é possível inferir que a análise imanente da mercadoria revela como o método de Marx é, de fato, indissociável de sua elaboração teórica (Netto, 2011). Sua teoria requisita um nível de apreensão da realidade que só se alcança pela mobilização do método parametrizado na razão crítico-dialética (Guerra, 2009). Assim, no que se refere ao seu objeto de análise, ao tomar como ponto de partida o elemento aparente da sociedade burguesa, a mercadoria, Marx (2017) desvela o conjunto das determinações concretas que a constitui e que, portanto, existem na realidade.

É pela apreensão das categorias concretas da mercadoria que Marx consegue, pelo ideal, capturar mediações, reproduzir o movimento real do objeto, superar sua aparência fetichizada e evidenciar teoricamente sua essência, que se relaciona com a essência do próprio capitalismo. Este é o movimento teórico-metodológico que possibilita a Marx chegar ao cerne que desnuda aquilo que é central para a produção e reprodução do modo de produção capitalista da sociedade burguesa: a teoria do valor-trabalho.

Entretanto se, como apontado há pouco com base em Netto (2011), não há neutralidade na relação entre sujeito e objeto quando se trata da sociedade burguesa, todo o percurso teórico-metodológico de Marx guarda sentido político: a busca pelo conhecimento do real é orientada não meramente para sua descrição - como o fazem as formulações formais-abstratas (cf. Guerra, 2009), mas, sobretudo, para intervir e transformar a realidade em favor dos interesses da classe à qual Marx dedicou sua militância, sua obra, sua vida: a classe trabalhadora. Este aspecto ineliminável de sua produção reitera o caráter revolucionário de suas elaborações teórico-metodológicas, como demonstram Teixeira (2019) e Guerra (2023).

Em síntese, o esforço de compreender Marx, cujas complexidades e dificuldades foram postas no início desta seção, envolve a apropriação de sua

perspectiva teórico-metodológica não como passos a serem seguidos por quem pesquisa, mas como um mecanismo que permite a captura da essência do real pelo pensamento. Assim, reitera-se a determinação do materialismo e da razão crítico-dialética (Guerra, 2023) como aquela que, com as mediações necessárias, possibilita apreender a realidade sob perspectiva de totalidade, capturando seu movimento e suas contradições.

Estas são as explicações que demonstram a importância de apreendermos teoria e método como uma unidade indissociável (Netto, 2011) composta pela articulação entre método crítico-dialético, teoria do valor trabalho e perspectiva revolucionária (Teixeira, 2019).

Frente ao exposto, sigo, agora, com breves ponderações sobre as categorias constitutivas do método em Marx que, como apontado, são mobilizadas em momento posterior para sustentar o argumento central defendido nesta tese: a perspectiva teórico-metodológica marxista, compreendida enquanto unidade articulada entre teoria e método, oferece contribuições indispensáveis para a análise e apreensão crítica da questão étnico-racial no Brasil, permitindo sua compreensão como constitutiva e indissociável do capitalismo

4.2) Totalidade, contradição e mediação: as categorias do método em Marx

Tomando como referência a exposição em curso, é imperativo dedicar algumas linhas às categorias constitutivas do método em Marx: totalidade, contradição e mediação (Netto, 2011). No curso deste texto, estas categorias têm sido acionadas nas elaborações realizadas, pois sendo a perspectiva teórico-metodológica marxista aquela que orienta esta tese, tal mobilização categorial não só é pertinente, como imprescindível. Assim, diante das finalidades esboçadas para esta seção, cabe apontar o que caracteriza cada uma destas categorias e como se articulam no método em Marx.

Vimos que a perspectiva teórico-metodológica marxista tem como ponto de partida a realidade concreta aparente que, pela razão crítico-dialética (Guerra, 2009), permite captar as categorias do real e chegar à essência do objeto, tornando o concreto real em concreto pensado. Ou seja, reproduzindo idealmente o movimento real (Marx, 2017).

Assim, neste momento de abordagem das categorias que constituem o método em Marx, é fundamental apresentar a concepção de dois elementos imprescindíveis para que, pelo intelecto, possamos reproduzir o movimento da concretude: trata-se da concepção de abstração e da própria concepção de categoria.

Em Marx, as categorias são concretas, existem na realidade (Netto, 2011) e, podem, por isso, ser apreendidas pelo pensamento através da abstração. Começemos, pois, por esta concepção que, segundo Netto (2011)

(...) é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável - aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir "determinações mais simples". Neste nível, o elemento abstraído torna-se "abstrato" - precisamente o que não é na totalidade que ele foi extraído: nela, ele se concretiza por quanto está saturado de "muitas determinações". A realidade é concreta exatamente por isso, por ser a "síntese de muitas determinações", a "unidade do diverso" que é própria de toda a totalidade. O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensador: deve ser reproduzido por este, e só "a viagem de modo inverso" permite esta reprodução (Netto, 2011, p.44)

Assim, a abstração é fundamental para apreender as categorias da realidade na medida em que, pelo intelecto, extrai o objeto de seu contexto aparente (determinações mais concretas) para alcançar sua essência (determinações mais simples). No entanto, é só com o movimento inverso, ou seja, retornando o objeto que fora isolado à totalidade que pertence, que é possível reproduzi-lo teoricamente em suas múltiplas contradições e determinações.

Isso demonstra a importância da abstração para a reprodução teórica em Marx. Na esteira deste entendimento, há que se compreender, ainda, a concepção de categoria:

(...) o objetivo da pesquisa marxiana é, expressamente, conhecer “as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa”. E o que são “categorias”, das quais Marx cita inúmeras, (trabalho, valor, capital, etc.)? As categorias, diz ele, “exprimem (...) formas de modo de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de (uma) sociedade determinada” - ou seja: elas são objetivas, reais, (pertencem à ordem do ser - são categorias *ontológicas*); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento: são categorias *reflexivas*). Por isso mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são *históricas* e *transitórias*: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado) (Netto, 2011, p.46).

A assertiva reitera que a existência das categorias é tanto real quanto teórica: ao mesmo tempo em que têm validade concreta e estão dadas na realidade, cabe a quem pesquisa reproduzi-las teoricamente, por meio de processos intelectivos de abstração. Nesse sentido, as categorias são, também, reflexivas (Netto, 2011).

São, ainda, históricas e transitórias, de modo que cada categoria só tem validade no campo da realidade concreta a que pertence: assim como o trabalho assalariado só pode ser apreendido nos marcos do capitalismo, de igual modo, a relação entre suserania e vassalagem, por exemplo, é própria do feudalismo e não tem correspondência qualquer com o atual modo de produção em vigor. Nesse sentido, não se pode apreender as categorias à parte dos processos sociais históricos e transitórios que as conformam, o que é imperativo para as reflexões sobre a questão étnico-racial que são delineadas na seção posterior.

Postas tanto a dimensão concreta quanto reflexiva das categorias, é que podemos apreender quais são e como se articulam aquelas que constituem o método em Marx e que, pela abstração intelectual, possibilitam o conhecimento do real e sua reprodução teórica: tratam-se das já mencionadas totalidade, contradição e mediação

que, segundo Netto (2011), são categorias teórico-metodológicas que permitem captar o real.

Iniciemos pela **totalidade**:

Para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma destas totalidades é “simples” – o que as distingue é o seu grau de complexidade (Netto, 2011, p. 56).

Em outros termos, se trata de compreender que toda totalidade é complexa, mas que existem totalidades mais determinantes do que outras. Para elucidar esta afirmativa, Netto (2011) demonstra que a determinação do consumo é a produção. Isto, não significa, porém, que, tomado como totalidade, o consumo não tenha complexidades, mas que estas são determinadas pela totalidade preponderante que o origina, ou seja, pela produção.

Assim, se existem totalidades mais determinantes do que outras, o que as diferencia é

(...) a legalidade que as rege: as tendências operantes numa totalidade lhe são peculiares e não podem ser transladadas diretamente a outras totalidades. Se assim fosse, a totalidade que é a sociedade burguesa seria uma totalidade *amorfa* - o seu estudo nos revela que se trata de uma totalidade *estruturada* e *articulada*. Cabe à análise de cada um dos complexos constitutivos das totalidades esclarecer as tendências que operam especificamente em cada uma delas (Netto, p. 54-55).

Retomando o exemplo de Netto (2011) sobre produção e consumo enquanto totalidades de complexidades distintas, o que as diferencia são as leis que operam em cada uma delas e que não podem ser transpostas para a outra imediatamente - ou, em outro termo, sem mediações. Dessa maneira, a legalidade que rege os movimentos da produção lhe é tão particular quanto aquela que rege os movimentos

do consumo, sendo preciso apreender as peculiaridades constitutivas e diferenciais de cada uma destas totalidades.

Se o que caracteriza uma totalidade pudesse ser transposto imediatamente para caracterizar outra, nos demonstra Netto (2011) que a sociedade burguesa seria uma totalidade amorfa, cujas formas não poderiam ser determinadas nem distinguidas. No entanto, ela é uma totalidade estruturada e articulada (Netto, 2011) de modo que cabe àqueles que pretendem investiga-la, analisar a complexidade que conforma cada totalidade e elucidar quais tendências agem, de modo específico, em cada uma delas.

Logo, compreendo que se trata de entender como a totalidade concreta que é a sociedade burguesa expressa sua dimensão universal de maneira particular em cada realidade, ou seja, como esta totalidade concreta de grande complexidade (Netto, 2011) é constituída por totalidades de complexidades diferentes não como soma de “partes” que formam o “todo” (Netto, 2011), mas como totalidades em processo (Guerra, 2009) cujas particularidades devem ser apreendidas pela pesquisa da realidade.

Ao ser apreendida como processo de totalização e interpretada numa perspectiva de totalidade, a realidade é concebida de maneira mais abrangente: como totalidade em permanente processo de totalização. As partes que a compõem devem ser analisadas também como totalidades em processo, de modo que elas não possam ser explicadas por si mesmas, mas em relação, através de seus nexos com outras partes (Guerra, 2009, p. 9).

Um movimento elementar para a apreensão da totalidade consiste em seu processo de decomposição e recomposição. Assim, segundo Guerra (2009), na decomposição, é preciso que se conheça as totalidades de menor complexidade que constituem a totalidade concreta da sociedade burguesa (Netto, 2011) e, na recomposição, perceber como estas totalidades parciais se vinculam e se articulam, de forma mediada, a essa totalidade mais ampla.

No que toca a questão étnico-racial, se trata de compreendê-la tanto como uma totalidade pertencente e articulada à totalidade concreta do modo de produção

capitalista (Eiras, 2024), mas também e no mesmo movimento, como uma totalidade que confere especificidades ao próprio capitalismo em cada realidade particular. Em outras palavras, trata-se do entendimento de que a questão étnico-racial é parte constitutiva do capitalismo, mas também lhe atribui particularidades que conformam sua configuração em cada realidade. Assim, são totalidades em processo (Guerra, 2009).

Portanto, afirma Guerra (2009, p.11) que

Em toda realidade social, manifestam-se características de âmbito universal, particular e singular. Totalidade indica, pois, que as três dimensões que compõem uma realidade, universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, são sempre articuladas entre si, se autoimplicam e se autoexplicam, e a interpretação do objeto (instituição) tem em vista captá-las. (...) A ciência visa à descoberta do universal que tem que ser concebido como a universalidade de singulares (uma totalidade complexa composta de totalidades parciais: singulares), e como tal, sua manifestação é sempre um particular.

É nessa direção que importa compreender como as dimensões que compõem o real se expressam na totalidade que é a questão étnico-racial no Brasil, ou seja, como a universalidade do capitalismo se manifesta de modo particular na realidade brasileira e, da mesma maneira, como esta particularidade nacional, que é também uma totalidade, é constitutiva da dimensão universal da totalidade concreta deste modo de produção.

Dando continuidade à análise, conforme Netto (2011), as três categorias teórico-metodológicas de Marx precisam ser entendidas em articulação. Assim, a totalidade se relaciona também com a **contradição** da seguinte maneira:

(...) a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica - seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação (Netto, 2011, p.57).

Para Guerra (2009, p.12)

Toda realidade carrega forças que se confrontam a todo o momento. A contradição é o princípio básico do movimento de constituição da própria realidade (KONDER, 1983, p. 49). É no confronto destas forças em oposição na realidade (aparência/essência, mudança/permanência, imediato/mediato, velho/novo, etc.) que o método dialético vai permitindo ao sujeito realizar a síntese, como um movimento de apreensão do real por meio da luta dos opostos.

Com isso, percebemos que a sociedade burguesa é uma totalidade concreta cujo movimento é dado pelo dinamismo contraditório das totalidades que a conformam, como as lutas antirracistas atinentes à questão étnico-racial. Sem estas, ou seja, sem as contradições, as totalidades permaneceriam estáticas e o que o estudo da realidade demonstra é exatamente o contrário. A própria história das sociedades é a história da luta de classes segundo Marx e Engels (2017), ou seja: o movimento do real ocorre pelas contradições correlatas aos interesses das forças antagônicas que se defrontam em cada conjunção histórica.

Embora a categoria da contradição também seja fundamental para apreender a realidade, não existem fórmulas prévias para tal, pois isto depende da estrutura de cada totalidade (Netto, 2011), depende do modo particular como cada totalidade se constitui em articulação com a totalidade concreta.

Por fim, outra questão elementar, segundo Netto (2011, p. 57), “reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa”. Se trata, neste esteio, da categoria teórico-metodológica da **mediação**.

Netto (2011) afirma, e foi mencionado há pouco, que as relações entre as totalidades não se transpõem diretamente umas para as outras. O que ocorre é a articulação destas de maneira mediada “não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade” (Netto, 2011, p. 57).

Assim, se trata de compreender que os processos particulares existentes tanto na singularidade de cada totalidade, quanto nas relações que estas têm com a sociedade burguesa enquanto totalidade concreta, não são diretos, mas mediados. Sem as mediações, “a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada” (Netto, 2011, p. 57-58).

Segundo Teixeira (2019, p. 56),

Como categoria reflexiva, a mediação permite apreender os nexos causais de uma totalidade social. Como salientamos, a totalidade compõe a análise da dimensão dialética da realidade, ou seja, uma totalidade complexa de maior grau de complexidade relaciona-se com totalidades menos complexas. Encharcada pela negatividade, pois esta tensiona e coloca em movimento essas totalidades. O papel da mediação como categoria reflexiva está em apreender esse movimento por meio de particularidades, do movimento que expressa a relação singular e universal.

Assim, a mediação é a categoria que permite apreender os nexos entre as dimensões constitutivas das totalidades. Capturando as mediações do real, podemos compreender como a universalidade se particulariza em cada realidade das totalidades em processo (Guerra, 2009). Totalidades estas que, como coloca Teixeira (2019), são permeadas por negatividade, ou seja, por contradições.

Desse modo, são as mediações que possibilitam entender como a relação entre a totalidade que é questão étnico-racial e a totalidade concreta do modo de produção capitalista se expressa de modo particular em nossa realidade - em razão de especificidades de nosso processo de formação sócio-histórica que são abordadas adiante -, ao mesmo tempo que incidem na universalidade do modo de produção.

Apreendendo as categorias do método em Marx e acionando-as do ponto de vista intelectual e reflexivo, compreendemos que as totalidades constitutivas do real não são amorfas e inertes, como demonstra Netto (2011), mas sim permeadas de contradições que lhe conferem movimento e dinamismo. São, ainda, constituídas e expressam, em si, as dimensões universal, particular e singular do real (Guerra, 2009). Estas, contudo, não são estanques ou dissociadas e se articulam de modo mediado

na realidade, o que coloca a ingerência de que busquemos, pela pesquisa, apreender seus nexos relacionais.

Estas são as categorias constitutivas do método em Marx, que possibilitaram seu processo de reprodução teórica (Netto, 2011). Processo este que ao transpor a aparência da sociedade burguesa e de seu modo de produção capitalista (Netto, 2011), possibilitou a elucidação da essência de grande parte dos caracteres da realidade que ainda vivemos.

Pelo método, Marx foi à raiz de seu objeto de análise e deixou como um de seus legados um caminho - e não procedimentos engessados, fixos ou estáticos - para que nós, que nos propomos a conhecer a realidade, também investiguemos nossos objetos de pesquisa tomando como referência o método que parte da aparência, alcança, pelo intelecto, suas determinações essenciais e retorna ao real, apreendendo o objeto em suas múltiplas determinações e contradições.

Este movimento de extrema complexidade pressupõe a razão crítico-dialética como necessária para ir além do conhecimento intuitivo e/ou do formal-abstrato (Guerra, 2009) e, foi com base nesta apreensão teórico-metodológica que a concepção de questão étnico-racial que subsidia a tese foi formulada: como totalidade em processo (Guerra, 2009) e constitutiva da totalidade concreta do capitalismo (Eiras, 2024) em sua dimensão de universalidade, com expressões particulares em cada realidade (no que toca este estudo, a realidade brasileira), composta por uma dupla dimensão: a do racismo e a do antirracismo.

Nesta direção, a seção a seguir se esforça em apreender a questão étnico-racial no Brasil pela perspectiva teórico-metodológica marxista, compreendida enquanto unidade articulada e indissociável entre teoria e método (Netto, 2011). Para tal, se propõe, pela abstração intelectual, a acionar as contribuições teóricas marxistas e fazer seu movimento metodológico: tomando a questão étnico-racial como totalidade, parte de sua aparência na realidade brasileira, busca sua essência pelas categorias do método em Marx e, fazendo o retorno, sintetiza-a em suas relações e nexos com a totalidade concreta da sociedade burguesa e de seu modo de produção capitalista (Netto, 2011).

5) Relações entre marxismo e questão étnico-racial: contribuições para o debate

A vereadora Marielle Franco (PSOL) e o motorista Anderson Gomes foram assassinados a tiros em março de 2018 na cidade do Rio de Janeiro/RJ, após o carro em que estavam ser encurralado e alvejado por outro veículo, que fugiu após o crime. As investigações têm evidenciado que as mortes resultaram de uma emboscada premeditada contra a vereadora por sua atuação política. Marielle: mulher negra²⁶.

Em maio de 2020, o estadunidense George Floyd faleceu durante uma abordagem policial que durou mais de 8 minutos, na qual um dos policiais presentes pressionou seu pescoço com o joelho até a morte. Floyd foi detido sob a suspeita de ter falsificado dinheiro para comprar um maço de cigarros. Nas filmagens do ocorrido, amplamente divulgadas à época, o homem não ofereceu resistência à abordagem. Floyd trabalhava como segurança na cidade de Minneapolis, mas foi demitido no contexto da pandemia do COVID-19, como tantos outros trabalhadores. Durante a ação policial que resultou em sua morte, repetidamente dizia a frase *I can't breathe* (Eu não consigo respirar), até o momento em que não mais se ouviu sua voz. George Floyd: homem negro²⁷.

Em junho daquele mesmo ano, na cidade do Recife, em Pernambuco/PE, o menino Miguel Otávio Santana da Silva, de cinco anos, foi encontrado por sua mãe, Mirtes Renata Santana, com ferimentos graves após cair do apartamento em que ela trabalhava como funcionária doméstica. Ainda era pandemia e Mirtes levou o filho para o trabalho por não ter com quem deixá-lo, uma vez que a creche em que ele ficava estava fechada pelo contexto epidemiológico. A trabalhadora saiu para passear com o cachorro de sua patroa, que se responsabilizou pelo cuidado da criança ao

²⁶ CNN BRASIL. *Caso Marielle completa 7 anos nesta sexta-feira; relembre*. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/caso-marielle-completa-7-anos-nesta-sexta-feira-relembre/>. Acesso em 01 de julho de 2025.

²⁷ BBC NEWS BRASIL. *George Floyd: a morte que deu início a uma onda de protestos antirracistas pelo mundo*. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>. Acesso em 01 de julho de 2025.

mesmo tempo em que recebia uma manicure para fazer suas unhas. Miguel chorou ao sentir falta da mãe. As imagens de segurança do prédio mostram que a patroa o colocou em um elevador sozinho e, igualmente sozinho, ele chegou a uma área do edifício na qual acessou uma janela e caiu. 35 metros. A criança chegou a ser socorrida, mas, aos cinco anos, faleceu. Miguel: menino negro²⁸.

Notícia veiculada em maio de 2022 informava que uma mulher de 84 anos foi resgatada em condições análogas à escravidão após ter trabalhado por 72 anos como funcionária doméstica para três gerações de uma mesma família no estado do Rio de Janeiro. Segundo a fiscalização do caso, seus pais foram trabalhadores em uma fazenda que pertencia a uma família no interior do estado. Com 12 anos, ainda menina, a mulher se mudou para a casa do casal proprietário para começar a realizar serviços domésticos. Assim que o casal faleceu, mudou-se novamente para a casa da filha deles, onde a exploração de seu trabalho continuou, o que abarcava, inclusive, cuidados com as crianças da família. Em 2022, momento em que a situação foi descoberta, a idosa atuava como cuidadora de sua empregadora. As duas tinham idades próximas. Trabalhadora doméstica não nomeada na notícia: idosa negra²⁹.

Em março de 2025, o jogador brasileiro Vinícius Júnior sofreu ataques racistas da torcida do time espanhol *Atlético de Madrid* antes de partida da *Champions League* (Liga dos Campeões), campeonato de futebol de repercussão mundial disputado por times europeus. Vinny Jr., como é comumente conhecido o atacante do *Real Madrid*, foi chamado de “chimpanzé” antes da partida. Esta não foi a primeira vez que o jogador foi alvo de racismo pela torcida do *Atlético de Madrid*, o que já havia ocorrido em 2023. Vinícius Júnior: homem negro³⁰.

²⁸ AGÊNCIA BRASIL. *Caso Miguel completa 4 anos sem conclusão: “Tortura é grande”, diz mãe*. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-06/caso-miguel-completa-4-anos-sem-conclusao-tortura-grande-diz-mae>. Acesso em 01 julho de 2025.

²⁹ BRASIL DE FATO. *Idosa é resgatada após 72 anos de trabalho análogo à escravidão em casa de família no Rio*. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/13/idosa-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-analogo-a-escravidao-em-casa-de-familia-no-rio/>. Acesso em 01 de julho de 2025.

³⁰ CNN BRASIL. *Vinícius Jr. sofre racismo de torcida do Atlético antes de jogo da Champions*. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/futebol-internacional/champions->

Estamos em julho de 2025. No sétimo dia deste mês, na cidade de São Paulo, Guilherme Dias Santos Ferreira, de 26 anos, foi morto após ser confundido por um policial militar. O jovem, que era marceneiro, saía do trabalho e estava chegando ao ponto de ônibus quando foi atingido com um tiro na cabeça. Sua mochila continha sua marmita, um livro e roupas do ofício. No boletim de ocorrência, o policial informou que pilotava sua moto quando foi abordado por suspeitos que tentaram roubá-la. Ele reagiu com disparos e, neste contexto, Guilherme foi baleado confundido como suspeito da tentativa de roubo por estar correndo. De fato, ele corria, mas para pegar seu ônibus após o trabalho. Guilherme: jovem negro³¹.

As situações narradas podem parecer “casos isolados” à primeira vista. Fatos “pontuais”, “esporádicos”, que revelam a forma como, muitas vezes, a questão étnico-racial aparece no senso comum: fruto da moral e do “caráter” daqueles que, por alguma razão individual, praticam atos racistas “isoladamente”.

Esta forma de aparecimento é concreta, sobretudo na vida de quem, cotidianamente, sofre as violências raciais. Como mencionado no texto que introduziu esta tese, as notícias diárias de racismo já seriam o suficiente para justificar qualquer pesquisa que se debruce sobre este debate. Reitero: faltariam linhas para dar conta de todos os fatos, todos nomes, todas as dores. Porém, o que vemos aqui é um nível de apreensão da questão étnico-racial dada por seu aspecto fenomênico, alcançável pelo conhecimento intuitivo (cf. Guerra, 2009). Contudo, qual a essência destes fenômenos? São mesmo “casos isolados”? O que os explicam além da forma como aparecem?

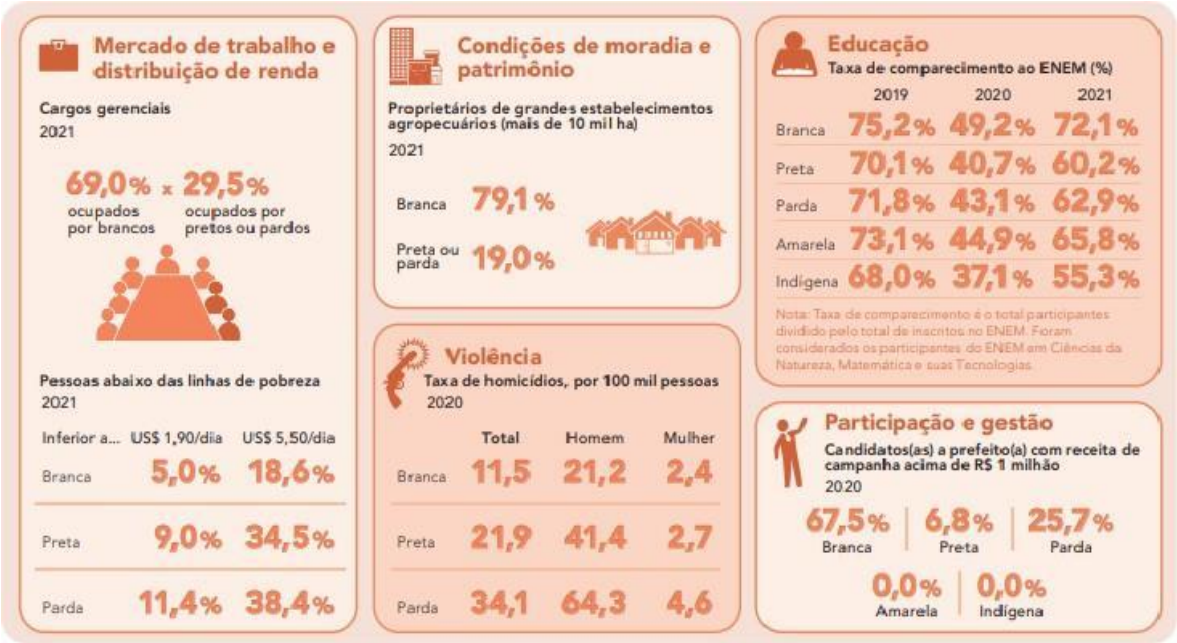
Em 2022, o IBGE divulgou a segunda edição da pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2022). Dando continuidade ao levantamento iniciado em 2019, o instituto aponta que os dados da realidade brasileira

[league/vinicius-jr-sofre-racismo-de-torcida-do-atletico-antes-de-jogo-da-champions/](https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/07/07/so-porque-e-um-jovem-negro-preto-e-estava-correndo-para-pegar-o-onibus-diz-esposa-do-homem-morto-por-pm-com-tiro-na-cabeca-por-engano.ghtml). Acesso em 01 de julho de 2025.

³¹ G1. “Só porque é um jovem negro, preto e estava correndo para pegar o ônibus”, diz esposa do homem morto por PM com tiro na cabeça por engano. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/07/07/so-porque-e-um-jovem-negro-preto-e-estava-correndo-para-pegar-o-onibus-diz-esposa-do-homem-morto-por-pm-com-tiro-na-cabeca-por-engano.ghtml>. Acesso em 09 de julho de 2025.

(...) têm mostrado acesso desigual de distintos grupos populacionais a bens e serviços básicos necessários ao bem-estar (como saúde, educação, moradia, trabalho, renda etc.), enquanto muitos destes acessos são assegurados em direitos, pela Constituição Federal do Brasil, de 1988, e por leis. Mesmo com a implementação de programas de transferência de renda, a exemplo do Auxílio Brasil e, mais recentemente, dos programas emergenciais adotados em 2020, como o Auxílio Emergencial, bem como das políticas públicas voltadas à ampliação do acesso desta população a bens e serviços acima referidos, os maiores impactos sobre a população preta ou parda, por exemplo, não foram capazes de reverter as históricas desigualdades que mantêm sua situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. De fato, como analisado, apesar da população preta e parda representarem 9,1% e 47,0%, respectivamente, da população brasileira em 2021, sua participação entre indicadores que refletem melhores níveis de condições de vida está aquém desta proporção (IBGE, 2022, p. 1-2).

Os dados da imagem abaixo ilustram o conteúdo da assertiva:



Fonte: IBGE, 2024.

Os números demonstrados na imagem evidenciam dados que se referem ao conjunto da população brasileira (IBGE, 2022). Com isso, podemos perceber que as situações narradas há pouco têm expressões coletivas concretas, para além do aspecto individual e/ou isolado como podem aparecer, evidenciando que a questão étnico-racial não se reduz a uma dimensão individualizada. Os dados do IBGE (2022) mostram que, embora a população negra seja aproximadamente metade da população brasileira, estes números são inversamente proporcionais quando se trata de acesso a bens, serviços e direitos e quando se trata de violência: somos minoritários no primeiro elemento e majoritários no segundo, o que revela uma profunda desigualdade.

Por outro lado, ainda que percebamos a incidência de disparidades raciais no Brasil, é importante mencionar como, nos últimos anos, aconteceram conquistas do ponto de vista dos direitos da população negra. Aqui, cito brevemente: a *Lei 10.639/03*, que tornou obrigatório o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio (BRASIL, 2003); o *Estatuto da Igualdade Racial* (BRASIL, 2010); a *Lei 12.711/12*, que instituiu reserva de cotas no ensino superior para estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e quilombolas (BRASIL, 2012); a *Lei 12.990/14*, que instituiu vagas de cotas raciais para negros em concursos públicos (BRASIL, 2014)³² e o recente *Decreto 11.956/24*, que instituiu o “*Plano Juventude Negra Viva*” para reduzir a violência letal decorrente do racismo que afeta jovens negros (BRASIL, 2024).

Neste processo, não se pode olvidar a centralidade das históricas e contemporâneas lutas sociais travadas pela população negra brasileira tanto no

³² A referida lei foi revogada em junho de 2025 pela Lei 15.142/25 que versa sobre “Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014” (BRASIL, 2025, p. 1). A legislação mais recente amplia o percentual de vagas oferecidas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas para 30% (trinta por cento).

âmbito da legalidade, que se expressa nas legislações citadas, como nas trincheiras cotidianas da vida: nos mercados, nas escolas, nos bairros, nas ruas, nos terreiros, no transporte, nos hospitais e em tantos espaços e instituições que, suscetíveis ao racismo, exigem nosso estudo, atenção e ação constantes.

Estes elementos, que se referem à realidade brasileira, ampliam o grau de conhecimento sobre a questão étnico-racial permitindo acessá-la para além do senso comum e do nível intuitivo: aqui, se trata de apreendê-la em seu grau de entendimento, que expressa a realidade da maneira como ela aparece (Guerra, 2009). E, no Brasil, ela aparece de modo profundamente desigual, como deixam evidentes os dados nacionais (IBGE, 2022).

Contudo, por que os dados sobre a realidade brasileira revelam tantas desigualdades em nosso país? Quais são as justificativas para indicadores tão díspares? O que impõe a necessidade de lutas sociais para enfrentamento do racismo? Qual é a essência subjacente a estes elementos?

Responder concretamente a estas indagações requisita fazer o movimento metodológico que vem sendo afirmado no curso desta tese para apreender a questão étnico-racial no Brasil sob perspectiva de totalidade. É nesse sentido que, partindo da realidade concreta, ou seja, da forma aparente como ela se revela em nossa realidade, que esta seção se desenvolve: buscando elaborar uma reflexão teórica que, pelo método pautado na razão crítico-dialética (Guerra, 2009), alcance a essência do objeto de pesquisa e chegue à finalidade precípua deste trabalho: demonstrar a contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil.

Além deste preâmbulo - longo, porém necessário do ponto de vista da lógica do método, esta seção em curso se organiza em duas partes: na primeira, discorro sobre algumas aproximações teórico-metodológicas entre marxismo e questão étnico-racial e, na segunda, situo o debate na realidade nacional em interlocução com o campo do pensamento social latino-americano e brasileiro. As questões abordadas em ambas as partes resgatam elementos históricos não no sentido de narrar fatos historiograficamente como sequência cronológica, mas sim como processualidades em articulação, visando apreender as categorias constitutivas da

questão étnico-racial no Brasil a partir do apontamento de Netto (2011, p. 49): “(...) o estudo das categorias deve conjugar a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua atual estrutura e função na organização atual)”.

Assim, busco fazer o retorno aos fatos apresentados no início do capítulo em um esforço de apreender a questão étnico-racial no Brasil além de seu aspecto aparente e fenomênico, mas sobretudo como uma totalidade integrante do modo de produção capitalista, repleta de múltiplas determinações e contradições que podem ser conhecidas pela perspectiva teórico-metodológica marxista.

Aqui, trata-se de referendar a concepção do termo que orienta esta tese: questão étnico-racial como uma totalidade em processo (Guerra, 2009) constitutiva da totalidade concreta deste modo de produção em sua dimensão de universalidade, com expressões particulares em cada realidade (no que toca este estudo, a realidade brasileira), composta por uma dupla dimensão: a do racismo e a do antirracismo.

5.1) Aproximações teórico-metodológicas entre marxismo e questão étnico-racial

O marxismo, enquanto perspectiva teórico-metodológica que, pela razão crítico-dialética (Guerra, 2009), alcança o desvelamento da sociedade burguesa, de seu modo de produção capitalista e das relações que se desdobram a partir dele, oferece, através de seu método, uma abordagem robusta, precisa e necessária para analisar diversas estruturas de exploração, incluindo aquelas baseadas no racismo.

A obra de Marx não trata especificamente da questão étnico-racial e seria infrutífero tentar extrair qualquer elaboração específica a esse respeito, posto que seu objeto de análise é bem determinado: a sociedade burguesa (Netto, 2011). Contudo, como demonstrado, esta tese argumenta em favor da defesa de que a perspectiva teórico-metodológica marxista, compreendida enquanto unidade articulada entre teoria e método (Netto, 2011), oferece contribuições

indispensáveis para a análise e apreensão crítica da questão étnico-racial no Brasil, permitindo sua compreensão como constitutiva e indissociável do capitalismo. Logo, não se trata da tentativa de extrair do marxismo uma teorização sobre a questão étnico-racial, mas sim de considerá-lo como imprescindível para sua análise e interpretação.

Dito isso, a finalidade deste item é demonstrar a centralidade da perspectiva teórico-metodológica marxista para compreender as articulações entre capitalismo e questão étnico-racial, destacando-a como uma totalidade que, em relação com a totalidade concreta que é a sociedade burguesa (Netto, 2011), expressa a dimensão universal deste modo de produção de forma particular na realidade brasileira.

O item explora as conexões entre colonialismo, escravidão, racismo e capitalismo, assim como o papel destes elementos na estruturação de desigualdades e explorações de classe. Para tal, há recurso à contribuição dos escritos de Eiras (2024), Marx (2017) e Willians (1975) para estabelecer as aproximações teórico-metodológicas entre questão étnico-racial e marxismo.

Um primeiro aspecto que galga atenção é a reiteração da consideração do capitalismo como totalidade concreta, entendendo-o como um modo de produção universal complexo que integra e articula múltiplas dimensões da realidade social (Eiras, 2024) e que se reproduz de forma ampliada. Segundo Eiras (2024, p. 190)

a emergência da totalidade concreta está relacionada ao processo histórico assentado material e objetivamente no desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, que envolve nessa dinâmica, o planeta, integrando no processo de produção/reprodução social, as diferentes regiões/territórios. No plano teórico analítico, a compreensão dessa objetivação ocorre pela Economia Política e pela Crítica à Economia Política elaborada por Marx e Engels.

Em sua análise, Eiras (2024) recorre a eventos históricos para fundamentar a concepção de totalidade concreta que apresenta e argumenta que a gênese deste processo encontra raízes no mercantilismo entre os séculos XVI e XVII, período de intensificação de trocas comerciais e de expansão dos mercados europeus

pela via das grandes navegações. Segundo Eiras (2024, p. 191-192):

Naquele período, as trocas comerciais foram intensificadas e o mercado tornou-se uma esfera importante para as transações monetárias, expandindo-se “além-mar”. A disputa pelas melhores condições para a venda e comercialização de mercadorias ampliou-se na relação entre diferentes regiões, envolvendo a disputa pelas rotas e territórios. De acordo com Rubin (2014, p. 41), “o comércio colonial trouxe enormes lucros aos mercadores europeus e permitiu-lhes acumular consideráveis capitais monetários, adquirindo matérias-primas coloniais a preços irrisórios e vendendo-as na Europa a um preço muito maior”. (...) Rubin (2014) destaca o rápido enriquecimento da burguesia comercial e o declínio no padrão de vida dos camponeses, artesãos e operários, face ao aumento dos preços (encarecendo as provisões) motivado pela depreciação da moeda, cujo valor caíra pela facilidade de extração dos metais preciosos. Os salários por sua vez, não acompanharam o aumento real dos preços. Para o autor “o empobrecimento dos camponeses e dos artesãos apareceu como um resultado inevitável da dissolução da ordem feudal no campo e das guildas nas cidades” (Rubin, 2014, p. 43). Em síntese, o que ocorreu na era do capital mercantil (os séculos XVI e XVII) foi a acumulação de enormes quantias de capital nas mãos da burguesia comercial e um processo de separação dos produtores diretos (artesãos e, em parte, camponeses) em relação aos meios de produção – isto é, a formação de uma classe de trabalhadores assalariados. Uma vez obtido o domínio no campo do comércio exterior, a burguesia penetrou naqueles ramos da indústria voltados à exportação. Os trabalhadores artesãos dessas indústrias foram subordinados ao mercador-empREENDEDOR que, com a ajuda do comércio exterior, impondo seu controle sobre a indústria caseira, proporcionou ao capitalismo celebrar suas primeiras vitórias (Rubin, 2014, p. 45).

Eiras (2024) pontua que as políticas desenvolvidas no período do mercantilismo tinham sentido expansionista, ou seja, visavam a máxima extensão do comércio europeu, o que incluía a conquista de colônias e a hegemonia do mercado mundial por este continente. Nessa direção, aponta que os séculos em questão instauraram um novo critério de interação no plano da totalidade concreta, uma vez que a expansão territorial da Europa ultrapassou suas fronteiras continentais pela via marítima no período das grandes navegações. Para Eiras (2024), tal processo

(...) significou a abertura de um caminho para o conhecimento do planeta em sua totalidade e para a anexação de domínios; asseverou o desenvolvimento dos transportes marítimos e o estabelecimento de relações mercantis no plano internacional que fundaram a possibilidade da divisão internacional do trabalho e a necessidade de ‘cooperação’ e interdependência no plano da produção material (Eiras, 2024, p. 192).

Contudo, colocadas estas ponderações, é importante retomar que a autora compreende que, no plano teórico-analítico, o entendimento da totalidade concreta requisita o conhecimento das elaborações de Marx e Engels. E, para Marx (2017), valorização e acumulação são inerentes às finalidades do modo de produção capitalista.

Assim, a expansão da produção engendra várias “necessidades”, dentre elas, a aquisição de matéria-prima a baixo custo e a conquista de novos mercados para venda das mercadorias produzidas (circulação). A consolidação do modo de produção capitalista ocorrerá consoante aos processos de produção e circulação de mercadorias nas diferentes formas de organização analisadas por Marx (2020) – manufatura, maquinaria e grande indústria, com as exigências inerentes a elas e seus impactos nas relações entre as diferentes regiões. A reprodução ampliada do capitalismo significou também reprodução em nível planetário, na configuração de uma totalidade concreta articulada materialmente às forças produtivas sob o domínio do capital, com a objetivação de instâncias em um plano global: “Mercado Mundial”, “Divisão internacional do trabalho” são instituições objetivamente relacionadas a esse processo histórico. Torna-se relevante indicar que os lugares de territórios, povos e culturas foram alterados pelo processo de expansão das relações sociais capitalistas e a elas submetidos –, América Latina, América do Norte e Europa ocupam posições bem distintas, mas, integradas à dinâmica de produção/apropriação da riqueza, à produtividade do trabalho sob a lógica capitalista, que abriu possibilidades inéditas para o desenvolvimento do gênero humano (Eiras. 2024, p.193).

Com base na citação, percebe-se que a concepção de totalidade concreta, conforme analisada na perspectiva marxista de Eiras (2024), revela como o capitalismo articula todas as dimensões da vida social em uma dinâmica global, conectando territórios e sujeitos distintos em uma estrutura de dominação e

exploração universal. Nesse contexto, colonização, escravidão e racismo não são aspectos isolados, mas partes integrantes da lógica de expansão e acumulação capitalista.

A colonização - e sua forma preferencial de exploração do trabalho baseada no racismo, a escravidão - ao expropriar terras, recursos e povos, foi uma das maneiras mais perversas de constituição dessa totalidade concreta da sociedade burguesa, subordinando vastos territórios do mundo ao mercado mundial (Quijano, 2005) e reconfigurando as relações sociais em razão das demandas do capitalismo.

Parametrizada por esta interpretação, entendo que a questão étnico-racial não pode ser compreendida isoladamente, mas como totalidade constitutiva da totalidade concreta, dinâmica e permeada de contradições que é sociedade burguesa. Com base nos estudos de Eiras (2024), pode-se admitir que o entendimento do capitalismo como totalidade concreta contribui para superar análises fragmentadas que podem conceber a questão étnico-racial e o capitalismo como dissociados, oferecendo uma perspectiva mais robusta da reprodução ampliada do capital e das formas específicas de exploração que se vinculam e sustentam sua lógica, como o racismo.

Com base no exposto, ao se compreender o modo de produção capitalista como uma totalidade concreta que articula e integra as diversas regiões e territórios do mundo à sua lógica de produção e reprodução, é fundamental resgatar os processos que, já na origem do próprio capitalismo, foram basilares para sua universalização. Aqui, aponto especificamente os nexos entre colonização, escravidão, racismo e acumulação primitiva, argumentando que a gênese do capital teve como um de seus fundamentos a invasão de territórios fora da Europa e a exploração do trabalho escravizado de negros e negras (cf. Abramides, 2021). Desenvolver esta argumentação exige a retomada de alguns aspectos da produção marxiana.

No primeiro livro d'O *Capital*, Marx (2017) apresenta o funcionamento do modo de produção capitalista em seus processos de produção, circulação e

reprodução ampliada. Nos três volumes que compõem a contribuição intelectual mais amadurecida do pensador do ponto de vista econômico (Lukács, 2018), somos apresentados a categorias universais do modo de produção, como mercadoria, valor (e suas expressões em valor de uso e valor de troca), preço, dentre outras. Estas categorias estão dadas na realidade: o que Marx faz é extraí-las do real pelo intelecto, possibilitando sua abstração, interpretação e reprodução teórica, conforme movimento demonstrado no capítulo anterior.

A passagem de Marx que abre o indispensável Capítulo XXIV da referida obra, resume todo o processo de produção do capitalismo explicitado pelo autor nos vinte e três capítulos antecedentes: processo que passa pela transformação de dinheiro em capital, deste em mais-valor e do mais-valor produzido em mais capital (Marx, 2017). Processo que também é permeado de contradições que implicam na captura de mediações para ser entendido.

Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, **uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida** (Marx, 2017, p. 785, grifo meu).

Para Marx (2017), a acumulação primitiva se refere ao processo histórico que engendrou as condições concretas de emergência do capitalismo, ou seja, seu fundamento existencial. A acumulação primitiva se caracterizou pela separação dos produtores diretos dos meios de produção, inaugurando as bases para o surgimento da produção capitalista e criando uma classe de trabalhadores/as que, despojada dos meios de produção, não possuía outra coisa, a não ser sua força de trabalho para trocar por um salário no mercado (cf. Marx, 2017).

Este movimento foi essencial para o surgimento do modo de produção capitalista, mas conforme elaborado por Marx (2017), sua ocorrência não foi pacífica.

Tal processo foi permeado por violências, saques e pilhagens, distanciando-se da história idílica que fora contada pela economia clássica, na qual uma elite laboriosa acumulou riquezas como fruto de seu próprio trabalho durante muitos anos e as usou para investir na produção. A análise profunda do processo histórico empreendida por Marx (2017) revela as contradições do real:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada como uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo que tinham e ainda mais. De fato, a legenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor do seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza de grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (...).

Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se, sempre, é claro, “este ano”. Na realidade, os métodos de acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos (Marx, 2017, p. 785-786).

Assim, ao contrário da narrativa sugerida pela economia clássica, que romantizava o processo de acumulação primitiva (Marx, 2017), a realidade concreta demonstra que a gênese do capital foi marcada por virulentas usurpações, expropriações de terras, espoliações de recursos e repressão social³³.

³³Tais elementos foram perpetuados pelo capitalismo, sendo fundamentais para sua existência na contemporaneidade. Contudo, seu papel foi transformado: já não são mais fundadores do modo de produção, mas sim instrumentos para sua manutenção e reprodução ampliada. Adaptados às dinâmicas contemporâneas, tais mecanismos continuam reforçando desigualdades estruturais e a lógica da acumulação. Assim, ao mesmo tempo em que o capitalismo repagina suas estratégias, mantém as bases de exploração e dominação que sustentaram sua gênese.

Colocadas estas reflexões, cabe indagar: de que modo a acumulação primitiva se relaciona com a colonização, a escravidão e o racismo?

Para responder a tal questão, cabe retomar o entendimento de que o modo de produção capitalista é uma totalidade concreta (Netto, 2011; Eiras, 2024) que articula elementos presentes em distintos territórios do globo à sua reprodução ampliada. Desse modo, entender o que ocorreu na Europa nos séculos de transição do feudalismo para o capitalismo, não é algo que pode ser feito com o olhar direcionado apenas para o próprio continente europeu, mas sim articulando os fatos que se desdobravam neste território com o que acontecia em outros lugares do mundo, como a América Latina. A ampliação deste entendimento possibilita uma aproximação mais completa da realidade ao desvelar as conexões que articulam diferentes territórios à lógica global do capitalismo.

Embora Marx tenha concentrado sua análise no capitalismo europeu, sobretudo na Inglaterra³⁴, a acumulação primitiva, como demonstrado, não se limitou às expropriações na Europa: ocorreu em concomitância a processos de dimensões globais que foram fundamentais para a existência do capitalismo. A colonização desempenhou um papel indiscutível nesta conjunção ao transformar extensos territórios do mundo em áreas de extração de riquezas e exploração de trabalho que foram convertidos em ganhos para os países colonizadores.

O tráfico transatlântico de escravizadas/os e a imposição de formas violentas de trabalho compulsório e intermitente, como a escravidão, foram os pilares da colonização de territórios da América Latina, África e de partes da Ásia (Willians,

³⁴ Na edição d'*O Capital* utilizada nesta pesquisa (Marx, 2017), há uma nota de rodapé que explica a razão pela qual o pensador elege a Inglaterra com locus prioritário para analisar o processo de acumulação primitiva. A nota de rodapé, localizada na página 788 da obra, diz o seguinte: “Na edição francesa, no lugar das últimas três frases, lê-se: ‘Essa expropriação só se realizou de maneira radical na Inglaterra: por isso, esse país desempenhará o papel principal em nosso esboço. Mas todos os outros países da Europa ocidental percorreram o mesmo caminho, ainda que, segundo o meio, ele mude de coloração local, ou se restrinja a um círculo mais estreito, ou apresente um caráter menos pronunciado, ou siga uma ordem de sucessão diferente’ Karl Marx, *Le Capital*, cit. p. 315 (N.T.)”.

1975). Estes territórios foram incorporados à economia capitalista que se gestava como fornecedores de matérias-primas e de força de trabalho escravizada, conformando o sentido da colonização (Prado Jr., 1969).

Uma questão importante nesta análise se refere às diferentes formas de exploração do trabalho que predominaram na Europa e nos países colonizados durante o período da acumulação primitiva. Na análise deste processo, Marx (2017) descreve as condições necessárias para a gênese do capitalismo e traz ponderações sobre este aspecto que interessam às reflexões desta tese. Vejamos:

No primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadoria se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra da força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos, etc., nem lhe pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta, etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção (Marx, 2017, p.786).

No trecho acima, Marx (2017) aborda os elementos necessários para a gênese do capitalismo, como o trabalho assalariado. Trabalho este que pressupõe a figura do trabalhador livre, mas com uma liberdade peculiar: livre no sentido de não ser parte dos meios de produção, como os escravizados ou servos (cf. Marx, 2017), mas ao mesmo tempo, livre de forma falaciosa, pois despojado dos meios necessários para a própria subsistência (meios de produção), torna-se obrigado a vender a sua força de trabalho.

Este trabalhador “livre”, característico do capitalismo europeu em sua gênese, foi resultado de processos históricos como o cercamento e a expropriação das terras camponesas, elementos centrais da acumulação primitiva descrita por Marx (2017),

conforme indicado. Esse movimento dual - “libertação” do trabalhador da servidão feudal correlato à privação da posse dos meios de produção - foi imprescindível para a consolidação da forma assalariada de trabalho.

Não obstante, ao mirarmos as colônias, como na América Latina, o que se observa é uma lógica diferenciada. Com a consolidação do capitalismo nos países centrais, a forma assalariada de trabalho não se expandiu imediatamente para os demais territórios do globo. Pelo contrário: manteve-se por séculos o trabalho escravizado que atendia às necessidades de acumulação do capitalismo universalmente (Fernandes, 2021). Portanto, estas distintas formas de exploração do trabalho - trabalho assalariado e trabalho escravizado - não eram dissociadas: ao contrário, foram articuladas de maneira funcional e combinada ao modo de produção capitalista, ajustando as condições locais às exigências do capitalismo internacional em sua busca por matérias-primas e força de trabalho gratuita. O esforço, neste aspecto, é o de captar as mediações que articulam a totalidade dos territórios colonizados à totalidade concreta do capitalismo.

Nesta direção, a análise de Eric Williams (1975) constitui uma importante contribuição para a compreensão das relações entre capitalismo e escravidão. Williams (1975) demonstra que o tráfico transatlântico não apenas deslocou milhões de pessoas sequestradas de seus territórios em África, mas também gerou ganhos exorbitantes para comerciantes europeus e sustentou indústrias fundamentais, como as de açúcar, algodão e tabaco (Williams, 1975). Ele destaca que esses ganhos, provenientes da exploração do trabalho escravizado, financiaram bancos, portos e manufaturas, consolidando setores estratégicos das economias centrais e impulsionando a Revolução Industrial na Europa. Segundo o autor (1975, s.p) “a Revolução Industrial não teria sido possível sem a riqueza derivada da escravidão. O capital acumulado através do tráfico de escravos e do trabalho escravo foi uma força motriz significativa para o avanço industrial”.

Ao evidenciar que a escravidão foi imprescindível para a acumulação capitalista, a análise de Williams (1975) contribui para refutar a narrativa apresentada pela economia clássica, segundo a qual o capitalismo teria se originado

a partir dos acúmulos provenientes do trabalho árduo de uma classe laboriosa (Marx, 2017). Em vez disso, Williams (1975) revela que as raízes do capitalismo são profundamente violentas e racistas, sustentadas pela exploração de povos africanos escravizados e pela expropriação territorial dos países colonizados, como o Brasil. Esta abordagem desvela a concepção da economia clássica de um capitalismo construído sobre relações idílicas posta sob crítica por Marx (2017), destacando o papel central do racismo na conformação do modo de produção em sua totalidade concreta (Eiras, 2024).

Neste ponto, é essencial destacar mais um aspecto dos processos em análise. Como pilar da escravidão, o tráfico negreiro operava em uma dinâmica de mão dupla: por um lado, pessoas negras eram importadas para as colônias e submetidas ao trabalho escravizado, e por outro, os produtos resultantes dessa exploração eram exportados para atender às necessidades de acumulação europeia (cf. Prado Jr., 1969). Assim, estabeleceu-se um câmbio desigual, no qual pessoas eram trazidas para serem exploradas, enquanto riquezas e produtos fluíam das colônias para as metrópoles.

No evoluir deste processo, a principal consequência foi a consolidação de desigualdades profundas fundamentadas na exploração racial. Os desdobramentos históricos evidenciam uma dicotomia brutal: aos países colonizados couberam as expropriações, os saques e as mortes e aos países centrais, os ganhos, os lucros e a glória. Em termos gerais, a nós, os colonizados, coube a subtração de riquezas, de histórias, de força física e intelectual, de vidas; aos colonizadores, couberam as somas e os acúmulos. Ainda hoje, as consequências desta equação violenta e desigual permanecem abertas, sem jamais terem sido quitadas e reparadas plenamente.

É precisamente porque estas questões permanecem latentes no presente que revisitamos o passado, no sentido apontado por Netto (2011) de conjugar análise diacrônica e sincrônica não como mera narração de uma história obsoleta, mas como uma ferramenta indispensável para compreender e intervir nas dinâmicas atuais. As bases de exploração racial que marcaram a formação do capitalismo de modo

universal não se encerraram no passado: elas foram transformadas e adaptadas, perpetuando desigualdades que ainda hoje moldam as relações do modo de produção capitalista.

Dessa maneira, retomar estas questões é essencial para desvelar as raízes profundas das desigualdades contemporâneas e, assim, construir estratégias coletivas para seu enfrentamento. A análise do passado, portanto, se vincula a um compromisso com transformações do presente e do futuro, articulando-se ao caráter revolucionário da reprodução teórica de Marx (2017) que visa conhecer não só para interpretar a realidade, mas para transformá-la.

Este compromisso passa pela tarefa de pesquisar o real e, para isso, como já destacado, a adoção de uma perspectiva teórico-metodológica crítica como o marxismo, é imprescindível ao possibilitar o desvelamento das minúcias e contradições da totalidade do real, bem como captar as mediações que explicam suas relações. A partir dessa teoria e de seu método de pesquisa, torna-se factível identificar elementos fundamentais do modo de produção capitalista que oferecem caminhos para compreender as relações entre questão étnico-racial e capitalismo.

Esta é, portanto, uma contribuição central que o marxismo pode trazer para este debate: fornecer uma base teórica que, indissociável de seu movimento metodológico (cf. Netto, 2011), permite apreender a totalidade concreta desta sociedade, bem como as contradições e nexos existentes, de modo articulado, entre exploração de classe e explorações de raça, evidenciando como o racismo é estruturalmente funcional à lógica de acumulação do capitalismo desde a sua gênese. É por essa razão que essa perspectiva conforma a fundamentação da análise crítica que orienta esta pesquisa.

Neste bojo, é relevante retomar a análise marxiana da acumulação primitiva (Marx, 2017) como uma base teórica nuclear que lança luz às reflexões aqui delineadas. A análise desse processo é crucial para compreender o papel da colonização, da escravidão e do racismo na formação do capitalismo, conforme tenho buscado demonstrar nas elaborações em curso. Isso porque os processos de exploração realizados fora da Europa, ainda que liderados e beneficiando

diretamente os países europeus, foram imprescindíveis para a acumulação de riquezas que possibilitaram, junto ao cercamento dos campos e as legislações sanguinárias (Marx, 2017), a consolidação das bases da economia capitalista.

Assim, com a captura e exposição das mediações necessárias para apreensão destas dinâmicas, torna-se evidente que a colonização e a escravidão negra não foram elementos periféricos ou marginais ao desenvolvimento do capitalismo. Pelo contrário, constituíram componentes centrais para o financiamento da Revolução Industrial (Williams, 1975) e para o crescimento do capitalismo de modo universal, integrando um processo global intrinsecamente racializado. Nesta análise, estes elementos, por sua vez, são constitutivos da totalidade concreta do modo de produção capitalista (Eiras, 2024), reafirmando sua lógica de universalidade, que é, ao mesmo tempo, racialmente estruturada.

Diante destas considerações, se coloca um entendimento indispensável que pode contribuir para adensar a reflexão proposta: uma vez que se compreende a questão étnico-racial como fundamental para a gênese e reprodução do capitalismo de forma global, consideramos importante entendê-la como um dos elementos de sua universalização, mas que tem particularidades em cada realidade a depender do modo como se configura em cada totalidade. No que toca a realidade brasileira, a questão étnico-racial pode ser apreendida de modo mais imediato em razão da colonização e escravidão negra e, no que tange a totalidade concreta do capitalismo, é necessário apreender as mediações e nexos que vinculam ambos elementos.

Mais uma vez, a própria obra de Marx (2017) oferece caminhos de análise para esta apreensão. No capítulo XXV, que aborda a teoria moderna da colonização, Marx (2017) traz reflexões importantes sobre a exploração do trabalho nas colônias estabelecendo mediações entre colonização e o processo de produção capitalista. Nesse contexto, aponta que nas colônias ainda não havia ocorrido a separação entre o trabalhador e suas condições de trabalho, tal como aconteceu no processo de acumulação primitiva na Europa (Marx, 2017). Entretanto, há um ponto específico que se destaca e requisita atenção neste momento. Tomando como base os escritos de Wakefield, Marx (2017) apresenta a seguinte citação:

Os primeiros colonos espanhóis em Santo Domingo não obtiveram trabalhadores da Espanha. Mas, sem trabalhadores “(isto é, sem escravidão)”, o capital teria sucumbido ou, pelo menos, ter se-ia contraído, reduzindo-se às pequenas quantidades que qualquer indivíduo pode empregar com suas próprias mãos. Isso ocorreu, efetivamente, na última colônia fundada pelos ingleses, onde um grande capital em sementes, gado e instrumento pereceu por falta de trabalhadores assalariados e onde nenhum colono possui capital numa quantidade maior do que aquela que ele pode empregar com suas próprias mãos (Wakefield *apud*. Marx, 2017, p.838).

O escrito de Wakefield citado por Marx (2017), destaca como a ausência de força de trabalho em quantidades significativas colocava em risco a produção e reprodução do capitalismo em escala ampliada, evidenciando, mais uma vez, a centralidade da exploração do trabalho escravizado para a consolidação deste modo de produção. Essa assertiva, que expressa as características da realidade de países colonizadores como a Espanha e a Inglaterra, demonstra que o capitalismo dependia da exploração da mão de obra escravizada para garantir sua expansão.

Sem o trabalho escravizado, o modo de produção não apenas enfrentava limitações, como também ficava restrito àquilo que os próprios colonos poderiam produzir individualmente, inviabilizando a acumulação em larga escala. Isto evidencia que a escravidão desempenhou um papel funcional indispensável à acumulação, conforme mencionado. Assim, sem a escravidão, a totalidade concreta do capitalismo (Eiras, 2024), teria configurações profundamente distintas (Marx, 2017).

É diante destas considerações que se compreende que a questão étnico-racial é base da universalização do capitalismo em conjunto com os aspectos pontuados no Capítulo XXIV d'O *Capital* (Marx, 2017). Contudo, esta possui particularidades em cada realidade que residem nas formas específicas como estes elementos - colonização, escravidão e racismo - se expressaram em cada realidade. O que é necessário compreender – e as categorias teórico-metodológicas de Marx são centrais para tal – é que em totalidades como a dos países colonizados, a questão étnico-racial esteve imediatamente vinculada à formação e desenvolvimento de seus territórios, integrando de maneira explícita os

processos de exploração e acumulação. Já em outras, como a dos países europeus, é necessário que façamos a retomada e a captura das mediações explicativas dos nexos entre questão étnico-racial e capitalismo, visto que estas relações não estão dadas imediatamente.

É neste bojo que totalidades de distintas complexidades estão articuladas à totalidade concreta que é a sociedade burguesa e meu modo de produção capitalista (Netto, 2011; Eiras, 2024), pois não é possível concebê-la tal como se configurou sem a mediação da questão étnico-racial, sobretudo em sua dimensão racista de exploração do trabalho escravizado.

É por essa razão que há o entendimento de que a questão étnico-racial é constitutiva do modo de produção capitalista, pois comporta elementos que foram necessários à sua universalização desde sua gênese, ainda que suas expressões se particularizem em cada território no mundo: em algumas, realidades captamos tais dinâmicas com imediatez e, em outras, necessitamos de mediações explicativas.

Nesse sentido, a retomada do processo da acumulação primitiva (Marx, 2017) em suas relações e nexos com a colonização, escravidão, racismo e capitalismo é, nesta análise, uma mediação fundamental para entender como a questão étnico-racial se relaciona intrinsecamente com este modo de produção desde suas origens, ainda que de maneira não imediata.

Expostas estas considerações, reitero que a perspectiva marxista, pela indissociabilidade entre elaboração teórica e formulação metodológica (Netto, 2011), oferece contribuições indispensáveis para compreender a relação entre capitalismo e questão étnico-racial, evidenciando-a como um componente central deste modo de produção desde a sua gênese com especificidades em cada realidade. Estas, por sua vez, requisitam a apreensão das particularidades para serem compreendidas.

Em síntese, este item buscou delinear as fundamentações teórico-metodológicas que permitem articular a questão étnico-racial e parte de seus

componentes - colonização, escravidão e racismo - ao processo de acumulação primitiva, enfatizando a importância de abordagens críticas para desvelar essas conexões e capturar suas mediações explicativas.

Na sequência, tal linha de argumentação permanece com a apresentação deste debate a partir do pensamento social brasileiro, particularmente com as contribuições de Abdias Nascimento (2016), Florestan Fernandes (2007, 2021) e Clóvis Moura (2019, 2023), cujas reflexões são fundamentais para situar as relações entre questão étnico-racial e capitalismo na realidade brasileira, indicando a importância da perspectiva teórico- metodológica de Marx para captura das mediações necessárias para compreender estas dinâmicas no capitalismo nacional e as contradições, como as lutas antirracistas, que o conformam.

5.2) A apreensão da questão étnico-racial no Brasil pelas categorias do método em Marx

Pensar na realidade brasileira implica em reconhecer a questão étnico-racial como componente constitutivo de nossa formação socio-histórica (Moura, 2019), desde seus fundamentos até a contemporaneidade. No item anterior deste capítulo, vimos, com as mediações necessárias, como a questão étnico-racial se relaciona com o modo de produção capitalista desde sua gênese, sendo parte ineliminável de sua constituição e universalização. Este item segue a mesma direção argumentativa, buscando apreender a questão-étnico racial no Brasil pelas categorias do método em Marx: totalidade, contradição e mediação.

No curso das reflexões realizadas, cabe reiterar a compreensão de que a questão étnico-racial, enquanto uma totalidade, é constitutiva do capitalismo, mas se expressa de modo particular em cada realidade. Assim, é essencial apontar o modo particular de sua configuração na realidade brasileira e, para tal, o ponto de partida é exatamente a retomada das particularidades de nossa formação sócio-histórica.

No item anterior, vimos como, pela via da colonização e da escravidão, a

questão étnico-racial se relaciona com a totalidade concreta do capitalismo (Netto, 2011; Eiras, 2024) desde sua gênese, cunhada no processo de acumulação primitiva de capital (Marx, 2017). Dessa maneira, a generalização deste modo de produção não ocorreu somente em razão dos acontecimentos no local de sua gênese elaborados por Marx (2017), mas também pelo domínio de outros territórios no mundo (Quijano, 2005), cuja exploração foi fundamental para erguer as bases sob as quais o capitalismo se sustentaria, o que evidencia seu caráter global desde o início de sua constituição.

Assim, uma mediação chave e inicial para apreender a questão étnico-racial no Brasil, refere-se à compreensão do modo específico como o próprio capitalismo se desenvolveu na particularidade de nosso país que, por sua vez, reflete a inserção dependente da América Latina (Marini, 2017) na configuração universal deste modo de produção.

Neste campo, é indispensável elucidar que, no curso do desenvolvimento capitalista na Europa desde a mercantilização até a Revolução Industrial (entre os séculos XVI e XVIII), procedeu-se uma divisão internacional do trabalho que colocaria determinações sobre o lugar na produção que viria a ser ocupado pelos países colonizadores e pelos colonizados, como os latino-americanos.

Neste ínterim, a contribuição analítica de Marini (2000) se faz indispensável na abordagem de como a inserção dependente da América Latina na dinâmica internacional do capitalismo coloca ingerências para nossa realidade, pois

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior na região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2000, p.327, grifo meu).

A formulação de Marini (2000), evidencia como a divisão internacional do

trabalho determina o sentido do desenvolvimento daqueles territórios, como o nosso, que foram dominados pelas metrópoles europeias, pois seu desenvolvimento e produção passam a se orientar não para os interesses autóctones, mas para atender às necessidades dos países colonizadores.

Nesse sentido, a exploração do trabalho e da natureza, a economia, a produção, as relações políticas e sociais, dentre outras, são configuradas de modo a atender interesses externos, colocando os países colonizados, o que inclui o Brasil, em situação de dependência em relação aos colonizadores. As consequências deste processo para nosso país se colocaram da seguinte forma:

Enquanto o capitalismo industrial se desenvolvia na Europa intensamente, nós aqui ainda permanecíamos esclerosados pela permanência da escravidão, fato que produzirá imenso atraso histórico em relação aos países que não sofreram a escravidão colonial por tanto tempo e tão intensamente. O latifúndio escravista impedia a formação de áreas de desenvolvimento de economia capitalista, fato que irá gerar a impossibilidade de criar-se uma burguesia nacional capaz de liderar as transformações estruturais da sociedade da época. O Brasil, por essas razões, não conseguiu acumular capitais capazes de livrá-lo de desembocar obrigatoriamente no modelo de capitalismo dependente. Uma coisa foi decorrente da outra (Moura, 2023, p. 44-45).

Nesse sentido, entende-se a dependência como uma mediação central que explica a forma particular como a universalidade do capitalismo se expressa na realidade brasileira, na qual a questão étnico-racial aparece de modo nítido. E isso nos leva às reflexões sobre nosso país.

O aparecimento da questão étnico-racial no Brasil antecede a emergência do capitalismo neste país, mas não deixa de ter relações com seu surgimento em âmbito internacional, pois, como explicado anteriormente e evidenciado pela assertiva de Moura (2023), colonização e escravidão foram contributos indispensáveis à gênese deste modo de produção.

Além disso, também é imprescindível reconhecer que o racismo, conforme os fatos apresentados no início deste capítulo, permanece com nitidez no plano

fenomênico da realidade brasileira na contemporaneidade de modo tal que é imperativo buscar suas determinações constitutivas. Desse modo, enfrentar este debate, requer que retomemos suas bases para entendermos, nos termos de Fernandes (2007), como a persistência do passado é a regra no que tange a questão étnico-racial em nosso país.

No período da colonização, desde a invasão portuguesa no século XVI até a “Independência”³⁵ em 1822, a economia brasileira esteve ancorada na produção agrícola assentada na monocultura, no latifúndio e na escravidão (de pessoas negras, principalmente). A exploração do trabalho escravizado foi profundamente vil do ponto de vista físico e não é objetivo desta tese discorrer sobre tais violências, cujas marcas e consequências são, ainda, tão fortes para nós.

No entanto, o poderio escravocrata não se expressou apenas pela dominância física. Quijano (2005), ao analisar a formação sócio-histórica latino-americana, nos auxilia a entender como a construção ideológica da concepção de “raça” foi essencial à manutenção da colonização entre os séculos XVI e XIX, evidenciando o racismo como particularidade estrutural em nosso continente.

A economia europeia nos séculos em questão baseava-se na exploração do território latino-americano e do trabalho escravizado, estando a produção agrícola do nosso continente voltada para a exportação segundo os interesses mercantis das metrópoles, conferindo o sentido da colonização (Prado Jr., 1969).

A escravidão, sob a extrema violência que a caracteriza, foi, como apontado, a forma principal de exploração do trabalho na América Latina na conjunção em questão. Contudo, ela não se restringiu ao domínio físico, mas sustentou-se, também, sob bases ideológicas engendradas para fortalecer sua justificação legal de maneira que não só os corpos negros foram subjugados pelos ditames eurocêntricos, mas todos os aspectos de suas vidas e existência. Sobre isto,

³⁵ A utilização das aspas ao citar a Independência do Brasil em 1822 justifica-se, pois, embora o país tenha formalmente rompido com Portugal, a independência plena e efetiva não se concretizou: na realidade objetiva, as relações políticas, econômicas e sociais mantiveram laços de dependência com os países centrais, mantendo o Brasil em posição internacional subserviente, conforme demonstra a análise de Marini (2000).

Quijano (2005) é categórico ao afirmar que

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. **Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental.** Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, **a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento** (Quijano, 2005, p. 121, grifos meus).

Estas bases profundamente eurocêntricas e racistas constituíram nossa realidade nos mais de 300 anos em que a escravidão vigorou no país. Mesmo após a Independência em 1822, a escravidão permaneceu. Moura (2019) pontua que em sua fase final - compreendida pelo autor entre 1851 até o término do escravismo em 1888 -,

(...) modificações profundas se verificaram na economia mundial que passou da fase de exportação de mercadorias para exportação de capitais. Os mecanismos reguladores e o comportamento quer da economia interna, quer daquelas nações das quais éramos dependentes, também se modificaram. O fluxo de capitais investidos no Brasil em setores estrategicamente controladores da nossa economia determinou a fase de modernização das cidades e dos hábitos dos brasileiros. Tudo aquilo que significava civilização no seu conceito do capitalismo clássico era trazido de fora e se incorporava à nossa sociedade civil (excluídos os escravos). O processo de modernização da última fase dessa sociedade escravista era, por essas razões, injetado. A tecnologia era introduzida do exterior, os meios de comunicação mecanizavam-se, abriam-se estradas de ferro em todo território nacional, o cabo submarino era inaugurado, tínhamos gás de iluminação, telefone, bondes de tração animal, mas tudo isso superposto a uma estrutura traumatizada no seu dinamismo pela persistência de relações de produção escravistas. Era, portanto, uma modernização sem mudança social. Em outras palavras: **as estruturas básicas da sociedade brasileira ainda eram aquelas que procuravam manter e eternizar essas relações**

obsoletas, criando, com isso, uma contradição flagrante e progressiva com o desenvolvimento das forças produtivas que se dinamizavam” (Moura, 2019, p. 260, grifo meu).

Assim, a modernização ocorrida nas décadas finais da escravidão brasileira procedeu-se sob alicerces arcaicos, nos quais a exploração dos negros permaneceu com frágeis mudanças substanciais. Por isso, nem mesmo a abolição formal da escravidão em 1888 foi capaz de subverter por completo este processo violento: do contrário, o trato dado pelo Estado e pelas classes dominantes aos negros após a abolição fortaleceu o racismo e o tornou mais agudizado, mais enraizado. Isto porque o esfacelamento gradativo da estrutura econômica colonial não significou a supressão completa do imaginário e das relações sociais, econômicas e políticas que a ancoraram. Segundo Moura (2023, p 46-47):

A abolição no Brasil é feita conservando-se o latifúndio. As classes dominantes continuam praticamente as mesmas. Isso determina um trauma naquelas populações negras e mestiças egressas das senzalas, que ficam sem ter onde se situar social e economicamente nesse tipo de estrutura. Por outro lado, continuamos dependendo de uma economia de exportação e de um produto exclusivo: o café. (...) O modelo que substitui o escravismo poderá ser definido da seguinte maneira: a) falta de um capitalismo nativo em proporção capaz de dar-lhe autonomia nacional; b) conservação da propriedade latifundiária; c) subordinação aos grupos, interesses e nações imperialistas; d) existência de um aparelho de Estado altamente repressivo para impedir as manifestações da plebe marginalizada; e) conjugação de formas arcaicas de produção e dominação com formas modernas, fato que, ao invés de resolver os problemas internos, agrava-os ainda mais e, f) finalmente, uma distribuição de rendas altamente concentrada.

Dessa maneira, na transição da estrutura econômica colonial para a competitiva, ou seja, para o capitalismo, permaneceram os pilares racistas que, ainda hoje, permeiam as relações sociais, econômicas, políticas e culturais em nosso país.

Mas há um elemento central que não pode escapar da análise quando se trata

de apreender a questão étnico-racial no Brasil pelo método em Marx: compreendendo-a como uma totalidade articulada à totalidade concreta do capitalismo que tem dimensão tanto racista – e o processo de escravidão elucida este aspecto – quanto antirracista, as lutas sociais dos negros são expressões materiais e respostas às contradições postas pela dominação colonial e são, nesse sentido, também uma mediação que demonstra a particularidade da questão étnico-racial na realidade nacional. Nesse aspecto - e na contramão da perspectiva, por vezes, reproduzida no senso comum de que os negros escravizados foram “passivos” – recorro, novamente, à contribuição de Moura (2023).

O negro brasileiro foi sempre um grande organizador. Durante o período no qual perdurou o regime escravista e, posteriormente, quando se iniciou - após a abolição - o seu processo de marginalização, ele se manteve organizado com organizações intermitentes, frágeis e um tanto desarticuladas, mas sempre constantes. A organização de quilombos, de confrarias religiosas, irmandades, dos *cantos*, na Bahia, de grupos religiosos afro-brasileiros como candomblé, terreiros de xango e mesmo umbanda, mais recentemente, são exemplos significativos. Com isso, ele procurava obter alforria, minorar a sua situação durante o regime escravista e, posteriormente, fugir da situação de marginalização que lhe foi imposta após o 13 de Maio. Em toda a nossa história social, vemos o negro se organizando, procurando um reencontro com as suas origens étnicas ou lutando, por meio dessas organizações, para não ser destruído social, cultural e biologicamente (Moura, 2023, p.90).

Com isso, percebemos que as lutas sociais travadas desde o período da colonização até os dias atuais em território brasileiro, se configuram como respostas às contradições colocadas pelo racismo no capitalismo. Contradições estas que o povo negro responde, historicamente, com lutas antirracistas, o que corrobora com a concepção de questão étnico-racial cunhada nesta tese.

Estas mesmas contradições, por sua vez, estão vinculadas, com as mediações já apontadas, à própria totalidade concreta do modo de produção capitalista, uma vez que aquilo que se processa no interior da realidade nacional está articulado a necessidades postas pelo capitalismo em sua dimensão universal.

Assim, as lutas sociais tensionam o movimento do real historicamente, provocando alterações fundamentais do ponto de vista dos direitos sociais, ainda que enfrentando resistências contínuas e violentas. Isto porque, no curso da história, são respondidas pelo Estado e pelas classes dominantes no Brasil de modo extremo, tanto no período da colonização quanto em sua passagem para a ordem capitalista. Além disso, considerando a necessidade de permanência do racismo para subjugação e menor remuneração de trabalhadores negros em relação aos brancos, mecanismos de reprodução de desigualdades raciais também são engendrados e perpetrados no capitalismo brasileiro (Nascimento, 2016).

Desse modo, ao adentrarmos no século XX - findada a escravidão, a colonização e já na Primeira República (1889-1930) - a economia nacional, dado o avanço da urbanização e da industrialização, necessitava de mão-de-obra assalariada livre na produção. Mas, mesmo havendo trabalhadores negros recém libertos da escravidão, a opção brasileira não foi pela incorporação da força de trabalho autóctone disponível. Na contracorrente, o que se assistiu foi “uma crescente valorização do imigrante, implicando a proposta de europeização, isto é, de branqueamento da população” (Ianni, 2004, p. 133).

Ao eleger o emprego de trabalhadores estrangeiros em detrimento dos trabalhadores negros, a política imigratória evidenciou sua faceta profundamente racista no intuito de embranquecer o país (Nascimento, 2016), evidenciando o papel do Estado como um agente promotor da continuidade das desigualdades raciais.

Esta é uma das razões pelas quais Nascimento (2016) afirma o branqueamento da raça como uma forma de genocídio do povo negro no Brasil, pois o que se assiste a partir disso - e que ainda hoje é evidente - é a maior parte da população negra brasileira trabalhando com vínculos de emprego frágeis (quando não desempregada), habitando em moradias precárias, com acesso insuficiente a direitos básicos (como educação e saúde), vivenciando cotidianamente a violência e a repressão policial, sendo atacada em suas crenças, sua cultura, suas formas de viver. Em suma, enfrentando barreiras raciais, engendradas pela branquitude, que dificultam suas vidas há décadas. Em nosso capitalismo, de acordo com Moura

(2019, p. 30),

O negro urbano brasileiro, especialmente do Sudeste e Sul do Brasil, tem uma trajetória que bem demonstra os mecanismos de barragem étnica que foram estabelecidos historicamente contra ele na sociedade branca. Nele estão reproduzidas as estratégias de seleção estabelecidas para opor-se a que ele tivesse acesso a patamares privilegiados ou compensadores socialmente, para que as camadas brancas (étnicas e/ou socialmente brancas) mantivessem no passado e mantenham no presente o direito de ocupá-los. Bloqueios estratégicos, que começam no próprio grupo família, passam pela educação primária, a escola de grau médio até a universidade; passam pela restrição no mercado de trabalho, na seleção de empregos, no nível de salários em cada profissão, na discriminação velada (ou manifesta) em certos espaços profissionais.

Assim, a não incorporação dos negros no processo produtivo como trabalhadores assalariados bem como o engenho de bloqueios raciais nos demais campos da vida, resultou em alijamento, pois, apartados das possibilidades de venderem sua força de trabalho no mercado formal em razão do branqueamento, tiveram de se submeter às maiores penúrias para garantir a própria existência. Dessa maneira, dentro da divisão social do trabalho no capitalismo brasileiro, inscrita na divisão internacional, procedeu-se, também, sua divisão racial, ficando as piores condições de reprodução da vida e do trabalho destinadas aos negros.

Por essa razão, na constituição do capitalismo brasileiro, “o negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como ‘igual’” (Fernandes, 2007, p. 33), pois o fim legal da escravidão não se converteu em liberdade concreta e a estrutura racista permaneceu, aprofundando o que Fernandes (2021) caracteriza como “preconceito de cor”:

(...) O padrão de dominação racial, herdado com a relação racial tradicionalista e assimétrica, pressupõe o “preconceito de cor” como requisito número um. Doutro lado, a formação e o desenvolvimento da ordem social competitiva ainda não refletiram, estrutural e dinamicamente, na diferenciação desse padrão de dominação racial.

(...) as diferenças socioeconômicas e culturais da sociedade de classes serviram como suporte morfológico e dinâmico para a perpetuação do antigo padrão de dominação racial. Isso determinou certa exacerbação do “preconceito de cor”. A mudança social progressiva afetou o antigo sistema de relações raciais, sem, contudo, abalá-lo profundamente ou substituí-lo por algo mais ajustado aos requisitos materiais e morais da ordem social competitiva (Fernandes, 2021, p. 814).

É nessa direção que se afirma o racismo como constitutivo do Brasil e como central para compreensão de sua formação capitalista, pois “como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação, inclusive ideológicos, foram mantidos e aperfeiçoados” (Moura, 2019, p. 46).

Dessa maneira, o trato dado à questão étnico-racial no capitalismo brasileiro continua permeado de preconceitos, marginalização, segregação e violência, com renovação constante do racismo, sem ruptura substantiva com o imaginário e a ideologia colonial. O racismo é, nesta lógica, mais do que mera herança da escravidão: constitui-se como mecanismo necessário à reprodução do capitalismo brasileiro, de sua estrutura econômica, social, cultural e ideológica que, por sua vez, está inscrita e em relação articulada com a própria produção e reprodução ampliada do capitalismo.

Logo, as situações cotidianas de racismo, como as narradas no início desta seção, não são fortuitas, nem ocasionais, tampouco “casos isolados”: suas determinações têm arraigamento no processo histórico que relaciona questão étnico-racial e capitalismo e que continua a reproduzir o racismo como necessário à manutenção deste modo de produção.

A questão que se coloca como chave para nossa análise é, pelo método marxista e por sua correspondente elaboração teórica, conseguir captar as mediações e reconhecer as contradições que se expressam na totalidade que é a questão étnico-racial em nosso país. Totalidade esta que está, em processo (Guerra, 2009), articulada à totalidade concreta do modo de produção capitalista (Netto, 2011; Eiras, 2024), expressando sua dimensão universal, mas manifestando-se também

de maneira particular em razão das especificidades de nossa formação sócio-histórica na América Latina e no Brasil, como: dependência, colonização, escravidão e lutas sociais, como bem demonstram as análises do pensamento social latino-americano e brasileiro.

Enfrentar este debate do ponto de vista teórico-metodológico não é algo menor na luta antirracista. A existência do racismo em nossa realidade é presente de modo tão enraizado e profundo que tem, segundo Moura (2019), expressões, também, no campo da produção do conhecimento em âmbito universitário. Assim, historicamente,

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu. Queremos dizer, com isso, que houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo no contexto da sociedade de capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico-social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminadores que se sucedem na biografia de cada negro (Moura, 2019, p. 39).

Corroborando com a reflexão de Moura (2019) que evidencia que espaços de produção de conhecimento, como o acadêmico, contribuíram historicamente para o fortalecimento e reprodução do racismo no Brasil, compreende-se que o aprofundamento deste debate em direção antirracista é indispensável para subverter a história que nos fora contada pela história real.

Isto requisita pesquisa e investigação orientadas por perspectiva de crítica e transposição da realidade aparente e, aqui, reitero a centralidade do marxismo como fundamentação teórico-metodológica que, pela razão crítico-dialética (Guerra, 2009), permite a apreensão das determinações essenciais dos objetos que nos propomos a investigar.

Assim, esta seção, enquanto cerne da pesquisa, buscou demonstrar as reflexões que elucidam o argumento central que esta tese se propôs a defender: a perspectiva teórico-metodológica marxista, compreendida enquanto unidade articulada e indissociável entre teoria e método (Netto, 2011), oferece contribuições indispensáveis para a análise e apreensão crítica da questão étnico-racial no Brasil, permitindo sua compreensão como constitutiva e indissociável do capitalismo.

Para tal, em um primeiro momento, foram apresentadas as reflexões que aproximam a perspectiva marxista ao debate da questão étnico-racial para que, posteriormente, fosse possível aprendê-las na realidade brasileira pelas categorias de seu método - totalidade, contradição e mediação - com a rica contribuição dos estudos de pensadores latino-americanos e brasileiros, como Quijano (2005), Marini (200), Moura (2019, 2023), Fernandes (2007, 2021), Ianni (2004) e Nascimento (2016).

As questões abordadas partiram da realidade concreta que se expressa, cotidianamente, nas inúmeras ocorrências de racismo. Mas, entendendo que a aparência dos fatos não corresponde à sua essência (Marx, 2017), foi preciso ir além. Assim, no mesmo processo, a reflexão buscou resgatar elementos históricos não como narração do passado, mas para articular análise sincrônica e diacrônica (Netto, 2011) com o intuito de demonstrar que, frente à forma como a questão étnico-racial aparece em nossa realidade, alcançar suas determinações é central para fortalecer a luta antirracista também do ponto de vista da produção do conhecimento.

E, para tal, é preciso pesquisar e investigar, o que pressupõe a mobilização de uma perspectiva teórico-metodológica como a marxista, que busca conhecer a realidade em seu cerne não só para constatar, mas, sobretudo, para nela poder intervir com vistas à superação do capital (Guerra, 2023). Superação esta, que como aponta Gonçalves (2018), passa, também, pela supressão do racismo.

6) Síntese Final

Chego ao fim desta tese por onde comecei: pela realidade. A realidade ditou o objeto de pesquisa, seus objetivos, seus procedimentos metodológicos e o curso das reflexões elaboradas. Mobilizada pelas razões estruturais, profissionais e pessoais expostas na Introdução, o curso do texto buscou apresentar uma reflexão teórica que pudesse contribuir com o debate sobre marxismo e questão étnico-racial, mas cujo sentido visa espraizar o objeto de análise e incidir em nossa categoria profissional. Como colocado, não é uma tese sobre a Serviço Social, mas para o Serviço Social.

Tese esta escrita pela preocupação que sua autora possui, na direção do projeto ético-político crítico da categoria (cf. Abramides, 2019), em refletir sobre como esta profissão tem orientado e conduzido debates tão caros e urgentes, como a questão étnico-racial no Brasil, para contribuir e se somar à luta antirracista, pois esta expressa princípios e valores preconizados por nossa profissão, como os colocados em nosso Código de Ética Profissional (CFESS, 1993).

Parti das experiências vividas, pois foram estas que colocaram as indagações que levaram à formulação do objeto e das finalidades deste trabalho. Certamente, o campo da realidade vivida é um nível de conhecimento do real (cf. Guerra, 2009), mas não nos leva, imediatamente, à apreensão de suas determinações: conhecer exige ir além da aparência e, para tal, a pesquisa é uma mediação indispensável (Guerra, 2009).

Foi neste caminho que este trabalho foi construído: partindo das vivências que levaram à constituição de seu objeto analítico, mas buscando, pela investigação, chegar às suas determinações essenciais. Investigação esta referenciada na perspectiva teórico-metodológica marxista, aqui compreendida como aquela que, por seu método, melhor possibilita a apreensão do real sob perspectiva de totalidade, ao mesmo tempo em que tem como escopo intervir neste mesmo real com direção social bem definida: articulada aos interesses da classe trabalhadora tendo, no horizonte, a superação deste modo de produção.

E é neste sentido que cabe reiterar a importância da indissociabilidade entre teoria e método em Marx (Netto, 2011), bem como a necessidade de sua apreensão e mobilização pela articulação tríplice entre método crítico-dialético, teoria do valor-trabalho e perspectiva revolucionária (Teixeira, 2019). Nesse sentido, ir a fundo na pesquisa é essencial para ir além na realidade, reiterando o que Guerra (2009) nos coloca: a importância de conhecer para intervir.

Neste esteio, as reflexões aqui apresentadas – pelo movimento de abstração intelectual referenciado na razão crítico-dialética (Guerra, 2009) - partiram da realidade para a ela retornar: trata-se, portanto, da formulação de reflexões que tiveram como intuito contribuir para a intervenção de assistentes sociais que, no cotidiano do trabalho, defrontam-se constantemente com a questão étnico-racial tanto em sua dimensão racista quanto antirracista, conforme concepção do termo adotada nesta tese.

Neste caminho, este trabalho pretendeu se somar às necessárias contribuições, pesquisas e estudos que, no evoluir do Serviço Social brasileiro, têm sido realizadas por assistentes sociais comprometidas ética e politicamente com a luta antirracista na categoria e na realidade brasileira (Moreira, 2021). Por isso, neste momento de síntese, é imprescindível o agradecimento e reverência àquelas/es que, com ousadia e coragem, enfrentaram e enfrentam barreiras racistas para tensionar debates e abrir caminhos na profissão para que, hoje, esta tese possa encontrar voz, vez e eco.

Dito isso, chego ao seu fim com iguais ou mais questionamentos do que no momento em que a iniciei, com reflexões que instigam veredas profícuas para prosseguimento de estudos. Como mencionado, por razões distintas, o processo de conclusão da tese foi permeado por muitos desafios: destaque, sobretudo, os relacionados à necessidade de reformulação de sua direção que influíram na redução do tempo para sua conclusão, mas também nas possibilidades reais de adentar com maior envergadura em debates que são caros para nossa categoria.

Assim, nesta síntese final, reitero que este foi o trabalho possível realizado em condições possíveis. No entanto, não aponto este elemento com resignação, pois as

mesmas condições que impuseram desafios, colocaram também outros campos de possibilidades e, como sujeito no mundo, foi diante das condições concretas que as escolhas foram feitas com consciência e direção definidas.

Diante disso, nas conclusões deste trabalho, aponto as lacunas observadas ao fim da investigação para análise do objeto (que apontam para a necessidade de continuidade da pesquisa), os limites e as contribuições do marxismo enquanto perspectiva teórico- metodológica para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil e, por fim, breves, porém necessárias reflexões para o Serviço Social, reiterando o que foi pontuado como uma das justificativas desta tese: é o interesse por esta profissão que me mobiliza como assistente social e pesquisadora no campo dos Fundamentos do Serviço Social.

Dito isso, no que se refere às lacunas observadas como resultado do próprio processo de investigação, uma primeira que merece atenção diz respeito à necessidade de aprofundamento dos estudos sobre o método marxista, principalmente pela leitura imanente de suas produções, permitindo melhor consistência analítica. Contudo, tendo em vista a mencionada necessidade de reformulação da pesquisa - que impactou, como mencionado, nas condições de tempo para sua conclusão -, foi feita a predileção por melhor aprofundar as análises referentes à sua contribuição teórico-metodológica para apreensão da questão étnico-racial no Brasil (o que busquei demonstrar na seção 5 deste trabalho), haja vista que este foi o objetivo central da tese.

Ademais, um segundo elemento se relaciona à hipótese de pesquisa elaborada, de que a utilização do marxismo sem a necessária articulação entre apropriação teórica e mobilização metodológica pode incorrer em abordagens ecléticas que limitam a apreensão do objeto sob perspectiva de totalidade.

Foi levantada a reflexão de que isto poderia acontecer em decorrência tanto da possível cisão na apropriação entre teoria e método em Marx, como pelo próprio fato de o campo marxista não ter conferido centralidade histórica a esta discussão (Robinson, 2023). Tal possibilidade foi posta a partir da consideração de que, historicamente, o marxismo não conferiu centralidade ao debate da questão étnico-

racial na relação com o capitalismo (Robinson, 2023), o que poderia levar ao acionamento de seu referencial teórico com algumas limitações relacionadas, sobretudo, à forma como nos apropriamos desta perspectiva teórico-metodológica.

Assim, o recurso às produções marxianas e marxistas poderia ser mais aduzido no que toca à reprodução de seus elementos teóricos (principalmente na análise da perspectiva de totalidade do modo de produção capitalista) do que, necessariamente, no que se refere à mobilização do movimento de seu método para apreensão do objeto. Estas foram as reflexões que conformaram a hipótese de pesquisa, delineada na seção 2 deste trabalho.

Contudo, sua comprovação ou não, requisitaria a análise empírica das teses do Serviço Social que têm a questão étnico-racial como objeto, conforme exposto na seção 3, que abordou os caminhos da pesquisa. Tal análise chegou a ser iniciada, mas, devido à já mencionada necessidade de reformulação, não houve possibilidade, neste momento, de continuidade. Porém, há que se reiterar a ponderação há pouco colocada de que o mesmo processo que impôs desafios e alterações metodológicas, colocou, também, outros campos de escolhas. E, nestas, a hipótese permaneceu na tese como um indicativo que pode direcionar pesquisas futuras, uma vez que compreendo que a finalização do doutorado não corresponde ao encerramento das veredas de pesquisa que ainda desejo caminhar no curso da trajetória profissional.

Assim, esta tese é síntese de um processo que não encerra seu objeto de análise que, como colocado anteriormente, não está encerrado na própria realidade e permanece em movimento contínuo de transformações e contradições. Nesse sentido, ao apontar os limites percebidos no fim da investigação, aponta, também, para a abertura de novos caminhos investigativos nos quais a hipótese elaborada pode seguir como direção de pesquisa.

Tão ou mais importante quanto evidenciar as lacunas como perspectiva de continuidade de estudos, é apontar o saldo deste trabalho. Ao seu fim, o que se observa é que foi possível, pela reflexão teórica fundamenta na razão crítico-dialética (Guerra, 2009), demonstrar a contribuição teórico-metodológica do marxismo para a apreensão da questão étnico-racial no Brasil alcançando, assim, os objetivos

estabelecidos na investigação.

Por seu método indissociável de sua formulação teórica (Netto, 2011), o marxismo possibilita, pela pesquisa, transpor a aparência e apreender a essência do real em seus movimentos constitutivos e articulados. Assim, no que concerne o objeto de análise desta tese, tal perspectiva teórico-metodológica contribui para que possamos: compreender os nexos que articulam a questão étnico-racial, enquanto totalidade, à totalidade concreta da sociedade burguesa e de seu modo de produção capitalista (Netto, 2011; Eiras, 2024); conhecer sua dimensão racista, mas também apreender as contradições que engendram, no mesmo processo, sua dimensão antirracista; entender como as lutas sociais negras movimentam a realidade (Moura, 2019) e, também, captar as mediações que demonstram como a universalidade do capitalismo se expressa em nossa realidade de modo particular tanto em nossa formação sócio-histórica quanto na atualidade, cujas especificidades podem ser conhecidas com as contribuições do pensamento social latino-americano e brasileiro, como as referenciadas nesta tese. Neste esteio, o aprofundamento destas leituras também se coloca como fundamental para fortalecimento do debate em nossa categoria profissional.

A partir disso, e mesmo reconhecendo limites e lacunas, considera-se que o percurso da investigação permitiu a demonstração de seus objetivos e a sustentação do argumento central que a tese se propôs a defender: a perspectiva teórico-metodológica marxista, compreendida enquanto unidade articulada e indissociável entre teoria e método (Netto, 2011), oferece contribuições indispensáveis para a análise e apreensão crítica da questão étnico-racial no Brasil, permitindo sua compreensão como constitutiva e ineliminável do capitalismo.

Expostos os desafios e caminhos que este estudo propiciou, cabe, por fim, trazer as reflexões que apontam para o sentido e a direção deste trabalho: a preocupação e interesse pelo Serviço Social, por sua formação, intervenção e direção ético-política.

No curso do doutorado, cuja trajetória articulou estudos, trabalho (como assistente social, como docente e como pesquisadora) e inserção política na categoria

(ABEPSS), ficou evidente o quanto o Serviço Social avançou no debate étnico-racial, o que se expressa concretamente no posicionamento das entidades representativas da categoria - conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO - na luta antirracista, conforme aponta Dias (2015).

No entanto, o arraigamento histórico do racismo na realidade brasileira, assim como suas expressões contemporâneas tão prementes na realidade, exige que não arrefeçamos neste debate, tampouco em seu enfrentamento no cotidiano. Do contrário, para uma profissão que encontra nas determinações do real seu campo de intervenção, permanecer em movimento contínuo de pesquisa é indispensável e precípuo para orientar o exercício da profissão. Desse modo, no que toca aos estudos sobre a questão étnico-racial, alguns caminhos podem contribuir nesta direção para aprendê-la pela referência marxiana e marxista, que conforma a fundamentação teórico-metodológica preconizada em nosso projeto de formação contido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (ABEPSS, 1996).

Um deles consiste na aproximação com a vasta gama de leituras, pesquisas e produções sobre a questão étnico-racial sem juízos apriorísticos, mas com olhar crítico do ponto de vista teórico-metodológico marxista. Isto significa que, sem estudar profundamente e compreender a constituição teórica e metodológica das distintas e múltiplas produções que versam sobre este debate no campo das Ciências Sociais, não podemos nem aderir imediatamente às suas formulações, tampouco dispensá-las sem maiores desdobramentos. É preciso, antes de tudo, aprendê-las e interrogá-las com rigor para identificar suas contribuições, seus limites e, principalmente, o quanto se articulam ou não à perspectiva teórico-metodológica que fundamenta a formação em Serviço Social.

No entanto, para que isto possa ser feito com a rigorosidade necessária, é imprescindível seguir avançando nos estudos e leituras sobre o próprio campo marxista. A complexidade de apreensão de seu método e de suas elaborações teóricas, como destacado no curso da tese com as contribuições de Althusser (2017) e Gorender (2017), torna essencial este aprofundamento para que possamos apreender, dialogar e/ou refutar as produções de outro campos teórico-

metodológicos que estão, cada um com suas referências e intencionalidades teóricas, éticas e políticas, debatendo a questão étnico-racial. Com este movimento, é possível, com rigor teórico, referendar o necessário respeito ao pluralismo profissional (CFESS, 1993).

Além disso, a própria complexificação do modo de produção capitalista nos convoca à análise do momento histórico que vivenciamos de modo crítico, pois se trata de uma conjunção na qual “aprofunda-se o extermínio negro e indígena, o encarceramento da juventude negra, o controle territorial militarizado, a pseudo guerra ao tráfico etc.; mas há, também, um campo de batalha que se acirra no controle ideológico e na mistificação dos fundamentos das miséria que se espraia sob a sociabilidade do capital” (Souza, 2021, p. 5).

Neste cenário, qual a importância das reflexões de fundamentação teórico-metodológica marxista?

O mais relevante é compreendermos que a batalha das ideias em torno dos debates acerca do racismo além de epistemologias ou meras narrativas, são disputas políticas por projetos societários. Assim, é preciso atenção à reprodução mecânica das ideias importadas, dos jargões da moda, assim como é urgente, ao campo crítico, ultrapassar a superficialidade da crítica aos “identitarismos” e reconhecer as contradições que atravessam a questão. A disputa em torno do direcionamento do debate sobre raça, assim como do debate de sexualidade, gênero, etc., é parte da mudança do paradigma imperialista, desde as últimas décadas século XX, para o qual a dominação cultural torna-se cada vez mais essencial. Corresponde a tal mudança, a construção ideológica comandada pelas classes dominantes -por meios das suas instituições financiadoras de produção e difusão ideopolíticas, empreendidos pela cooptação dos movimentos de contestação à ordem burguesa - e pelas academias imperialistas - em particular norte-americanas - que esvaziam a capacidade de crítica radical ao capitalismo, ao passo que apresentam “novas” pseudo-teorias de luta pela igualdade (individualista), para as quais o inimigo das/dos oprimidas/os (não se fala em trabalhadoras/es) é o comunismo marxista, e não o imperialismo capitalista e sua pilhagem e destruição do mundo (Souza, 2021, p.7).

Frente à contundente reflexão de Souza (2021), finalizo esta tese de doutorado

ênfatizando que a importância da reflexão teórica reside, sobretudo, na sua possibilidade de lançar luz à nossa intervenção na realidade, conferindo-lhe direção posicionada para incidir na vida concreta da classe trabalhadora, a qual nós, como assistentes sociais, pertencemos. Classe esta que, na realidade brasileira, tem como marca efetiva a questão étnico-racial.

É nesta direção que há acordo com o apontamento de Souza (2021) de que não estamos tratando de embates de epistemologias ou narrativas, mas sim da direção societária que almejamos construir. É neste campo que a perspectiva teórico-metodológica marxista expressa seu potencial analítico e sua possibilidade de apreender a realidade para nela intervir (Guerra, 2009). Como colocado, não há nesta tese a compreensão de que o marxismo contenha, em si, uma teorização sobre a questão étnico-racial. Mas, recorrendo às suas formulações, sem cindir teoria e método, para alcançar as determinações do real, podemos nos valer de suas contribuições para entender e agir em nosso tempo histórico.

Isto requisita, como apontado, estudos contínuos e também direção ético-política definida que responda à questão que Giannotti (2017) nos provoca em sua análise sobre o método em Marx: “(...) a questão hoje em dia é mais do que teórica. (...). No fim das contas, que futuro queremos ter?” (Giannotti, 2017, p. 73).

Se o futuro almejado tem no horizonte a superação do racismo e do capitalismo no mesmo movimento (Gonçalves, 2018), não podemos nos furtar de sua compreensão e enfrentamento, também do ponto de vista teórico-metodológico, no presente. Para tal, nos cabe o estudo, a reflexão, o movimento e, principalmente, a ação.

Ação que se faz, sim, pela luta. Mas que pode se construir, também, pela celebração de nossas competências, de nossa história e de nosso saber, tendo, no horizonte, a construção de uma vida na qual possamos, além de resistir, existir com liberdade. Um horizonte no qual, como diz a canção de Emicida (2019) citada na epígrafe que abriu esta tese, seja permitido que nós falemos, e não as nossas cicatrizes.

Referências Bibliográficas

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*. Temporalis. V. 18. nº 36. Brasília, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23060/pdf>. Acesso em 14 de maio de 2025.

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 1996)*. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em 04 de maio de 2025.

ABRAMIDES, M. B. C. (org). *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos*. São Paulo: EDUC, 2021. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/40654/1/9786587387635.pdf>. Acesso em 12 de junho de 2025.

ABRAMIDES, M. B. C. *O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, J. A. *Terra, capital e trabalho no modo de produção escravista: bases agrárias do racismo brasileiro*. São Paulo: Editora Dialética, 2025.

ALTHUSSER, L. Advertência aos leitores do Livro I d'O *Capital*. In: MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. *Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em 08 de maio de 2025.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Brasília, 2003. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 04 de julho de 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.288, de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, 2010. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em 04 de julho de 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 04 de julho de 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.990, de 2014*. Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para cargos da administração pública federal. Brasília, 2014. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em 04 de julho de 2025.

BRASIL. *Decreto nº 11.956, de 2024*. Institui o Plano Juventude Negra Viva, no âmbito da Política Nacional de Juventude. Brasília, 2024. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D11956.htm. Acesso em 04 de julho de 2025.

BRASIL. *Lei nº 15.142, de 2025*. Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30 % das vagas oferecidas nos concursos públicos no âmbito da administração pública federal e dá outras providências. Brasília, 2025. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15142.htm. Acesso em 04 de julho de 2025.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Código de ética Profissional dos/as Assistentes Sociais*. Brasília (DF), 1993. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em 06 de maio de 2025.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil*. Brasília, 2024. Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCFESS-DadosComplementares-PerfilASnoBrasil2024.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2025.

COUTINHO, C. N. *Pluralismo: dimensões teóricas e políticas*. Cadernos ABESS, n.4. São Paulo: Cortez, 1991.

DIAS, S. A. *Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes*. Temporalis. Vol. 15. Nº 29. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/7182>. Acesso em 02 de novembro de 2024.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. V. 1. O campo do signo – 1945/1966. Bauru: Edusc, 2007.

EIRAS, A. A. L. T. S. Totalidade concreta, capitalismo e Serviço Social. Revista Libertas. V. 24. Nº 1. Juiz de Fora, 2024. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/44257/27585>. Acesso em 09 de maio de 2025.

EMICIDA. *AmarElo (Sample: Sujeito de Sorte – Belchior). Participação de Majur e Pablio Vittar*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Áudio.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FARIAS, M. Pensamento social e relações raciais no Brasil: a análise marxista de Clóvis Moura. In: Almeida, Silvio (org.) *Marxismo e questão racial. Dossiê Margem Esquerda*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

FORTUNA, S. L. A.; GUEDES, O. S. *A produção do conhecimento e o projeto ético-político do Serviço Social*. *Katálisis*. V. 23. Nº .1, jan./abr. 2020 - SERVIÇO SOCIAL: formação, trabalho profissional e tendências teóricas contemporâneas. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/3009>. Acesso em 22 de maio de 2025.

GIANNOTTI, J. A. Considerações sobre o método. In: MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

GONÇALVES, R. *Quando a questão racial é o nó da questão social*. *Rev. Katálisis*. V. 21. Nº 3. P. 514-522. Set./dez. Florianópolis, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514/37966>. Acesso em 11 de junho de 2025.

GUERRA, Y. *A dimensão investigativa no exercício profissional*. In: CFESS/ABEPSS. *Curso de Capacitação Profissional: Direitos sociais e competências profissionais*, Brasília, 2009.

GUERRA, Y. *A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais*. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS (Orgs.). *A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: CRESS, 2023.

GONZALEZ, L. *Festas populares no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2024.

GORENDER, J. *Apresentação*. In: MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 40ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil - 2ª edição*. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Nº 48. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em 23 de junho de 2025.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas, 2000

MARX, K.; ENGELS, F. *Escritos sobre a Guerra Civil Americana. Artigos do New-York Daily Tribune, Die Presse e outros (1861-1865)*. Trad. SILVA, F. V; FERREIRA, M. G. 1ª ed. Londrina/São Paulo: Aetia Editora/Peleja, 2020.

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017. 70 p.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOREIRA, T. W. F. *Serviço Social e questão étnico-racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão*. Sociedade em debate. v. 27. n. 1. 2021. Disponível em <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2812/1761>. Acesso em 24 de maio de 2024

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. *Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário*. R. Katálisis. Florianópolis. V. 23. Nº 2. P. 199-212, Maio/ago. 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 14 de julho de 2025.

MOURA, C. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Editora Dandara, 2023.

MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro*. Processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil nos pós 64. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. *Introdução ao método de Marx (primeira parte)* com José Paulo Netto. 2016. (Vídeo no YouTube). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNogRiq8&t=3155s>. Acesso em 22 de maio de 2025.

PAULA, L. G. P. *Estratégias e táticas: reflexões no campo do Serviço Social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

ROBINSON, C. J. *Marxismo Negro: a criação da tradição radical negra*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira De História & Ciências Sociais, 2009. Disponível em <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em 19 de maio de 2024.

SILVA, N. C. O. *Entre conservadorismos e rupturas: análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico- profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2018.

SILVA, N. C. O. *Pensamento pós-moderno e diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social: reflexões sobre os limites e conflitos desta relação*. Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília/DF: ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2024. v. 3. Disponível em <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03027.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2025.

SILVA, N. C. O. *Uso/Abuso e Dependência de Substâncias Psicoativas em Empresas: estratégias e táticas de intervenção profissional*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

SIMÃO, A. B.; SOUZA, R. R. S. *Pesquisa em Serviço Social: reflexões sobre os desafios para a formação e atuação profissional*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 96, p. 110-127, nov. 2008.

SOUZA, C. L. S. *Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina*. Revista Fim do Mundo. Marília/SP. Nº. 4. Jan.–abr. 2021.

Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11173>. Acesso em 01 de julho de 2025.

SOUZA, D. H. PEREIRA, L.L. *Formação profissional e debate sobre a questão racial no curso de Serviço Social da UnB: percepção das/os formandas/os e egressas/os do curso*. Em Pauta. v. 18. n. 45. Rio de Janeiro, 2020. Disponível <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47230>. Acesso em 04 de abril de 2025.

TEIXEIRA, R. J. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. Tese (Doutorado em Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2019.

WILLIAMS, E. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.

YAZBEK, M. C. *Fundamentos históricos e teórico- metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social*. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C.B.; et.al (Org.). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK, M. C. *O significado sócio-histórico da profissão*. In: CFESS/ABEPSS. *Curso de Capacitação Profissional: Direitos sociais e competências profissionais*, Brasília, 2009.

ANEXOS

Anexo 1: Carta do Conselho Central da Associação Internacional dos Trabalhadores endereçada ao presidente norte-americano Abraham Lincoln, cujo mote central é o fim da escravidão nos EUA (Marx, Engels, 2020).

A ABRAHAM LINCOLN, PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

(Marx. *Der Social-Demokrat*, 30 de dezembro de 1864)

Senhor,

Nós cumprimentamos o povo americano em ocasião da vitória por uma grande margem.

Se a resistência ao poder dos escravistas foi a palavra de ordem moderada de vossa primeira eleição, o grito de guerra de vossa reeleição é: Morte à Escravidão.

Desde o início da luta titânica que conduz a América, os operários da Europa sentem instintivamente que a sorte de sua classe depende da bandeira estrelada. A luta por territórios que inaugura a terrível epopeia não deveria decidir se a terra virgem de zonas imensas será fecundada pelo trabalho do imigrante, ou contaminada pelo chicote do feitor de escravos.

Quando uma oligarquia de 300 mil escravistas ousou, pela primeira vez na História do mundo, inscrever a palavra escravidão na bandeira da rebelião armada, no mesmo lugar onde, um século antes, a ideia de uma grande república democrática nascia ao mesmo tempo que a primeira declaração dos direitos do homem^[1] – que conjuntamente imprimiram um impulso inicial à revolução europeia do século XVIII, quando neste lugar a contrarrevolução se glorificava, com uma violência sistemática, de reverter “as ideias dominantes da época da formação da velha Constituição” e apresentava “a escravidão como uma instituição benéfica, quicá a única solução ao grande problema das relações entre o trabalho e o capital”, proclamando cinicamente que o direito de propriedade sobre o homem representava a pedra angular do novo edifício^[2] –, então as classes operárias da Europa entenderam imediatamente, antes mesmo que o apoio fanático das classes dominantes europeias à oligarquia confederada houvesse lhes advertido, que a rebelião dos senhores de escravos havia soado o alerta geral da santa cruzada da propriedade contra o trabalho e que, para os homens do trabalho, o combate de gigantes travado do outro lado do Atlântico colocava em jogo não apenas suas esperanças no futuro, mas também suas conquistas do passado. Eis por que eles suportaram os sofrimentos que lhes foram impostos pela crise do algodão^[3] e se opuseram com vigor

à intervenção em favor do escravismo, que estava sendo preparada pelas classes elevadas e "cultivadas" e, na maior parte da Europa, contribuíram com sua cota de sangue para a boa causa.

Enquanto os trabalhadores, o verdadeiro poder político do Norte, permitiram que a escravidão contaminasse a própria república, enquanto diante do negro, dominado e vendido sem ser consultado, se glorificavam por desfrutar do privilégio de ser livres para vender a si mesmos e escolher seus patrões, eles foram incapazes de combater em prol da verdadeira emancipação do trabalho ou de apoiar a luta emancipadora de seus irmãos europeus; essa barreira para o progresso, porém, foi levada pelo mar escarlata da Guerra Civil.

Os operários da Europa estão convencidos de que, se a Guerra de Independência Americana inaugurou uma nova época de ascensão das classes burguesas, a guerra dos americanos contra a escravidão inaugurou uma nova época de ascensão da classe operária. Eles consideram o anúncio de uma nova era que a vida tenha designado Abraham Lincoln, o enérgico e corajoso filho da classe trabalhadora, para conduzir o seu país em uma luta sem igual pela libertação de uma raça acorrentada e pela reconstrução do mundo social.

Assinada em nome da Associação Internacional dos Trabalhadores por seu Conselho Central.

Anexo 2: Teses de Doutorado em Serviço Social selecionadas (2018-2024)

Título da Tese	Autor/a	Ano de Defesa
Inteseccionalidade(s): um não lugar na formação em Serviço Social	Maria Antonieta Rocha dos Santos	2021
Serviço Social, classe, gênero e raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária	Rayane Noronha Oliveira	2021
A contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao 'racismo e ageísmo'	Jonorete de Carvalho Benedito	2022
A racialização como estruturante da questão social: entre silêncios e insurgências na produção de conhecimentos em Serviço Social	Daniela Ferrugem	2022
A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no Serviço Social	Eliane Santos de Assis	2022
Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas pós-graduações em Serviço Social no Brasil	Sheila Dias Almeida	2023
O movimento dos cursos pré-vestibulares populares na cidade de São Paulo (2003–2014) e a questão racial: impacto na formação do assistente social	Priscila Beralda Moreira de Oliveira	2023
Nós mulheres negras: determinações do capitalismo, racismo e sexismo nas condições de trabalho e de vida das mulheres negras atendidas nas varas de violência doméstica do TJSP	Lucinete Rodrigues de Santana	2023
Adesão formal ou real ao antirracismo no Serviço Social? Caminhos e descaminhos do debate étnico-racial na categoria profissional	Tales Willyan Fornazier Moreira	2024

Fonte: tabela elaborada pela autora